

Coleção
Encontros
em Psicologia
Social

Volume 4

Coordenadores:

Maristela de Souza Pereira
Dolores Galindo
Emerson F. Rasera

PRÁXIS EM PSICOLOGIA SOCIAL

o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privativista

ABRAPSO

Organizadores:

Deivis Perez
Eduardo Pinto e Silva
Maria Cristina Dancham Simões



ABRAPSO EDITORA

Coleção
Encontros em Psicologia Social

Coordenadores

Maristela de Souza Pereira

Dolores Galindo

Emerson F. Rasera

Volume IV

**Práxis em Psicologia Social:
o enfrentamento a pautas
autoritárias e à lógica privatista**

Organizadores

Deivis Perez

Eduardo Pinto e Silva

Maria Cristina Dancham Simões



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre
2017



Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o periódico de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2016-2017

Presidente: Emerson Fernando Raserá - UFU

Primeira Secretária: Maristela de Souza Pereira - UFU

Segunda Secretária: Dolores Galindo - UFMT

Primeiro Tesoureiro: Marco Antônio Torres - UFOP

Segundo Tesoureiro: Marcos Ribeiro Mesquita - UFAL

Primeira Suplente: Marília dos Santos Amaral - CESUSC

Segunda Suplente: Flavia Cristina Silveira Lemos - UFPA

Primeira Presidenta: Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)



Editoras

Cleci Maraschin

Neuza Maria de Fatima Guareschi

Editora executiva: Ana Lúcia Campos Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina

Benedito Medrado - Universidade Federal de Pernambuco

Conceição Nogueira - Universidade do Minho, Portugal

Francisco Portugal - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lupicínio Íñiguez-Rueda - Universidad Autonoma de Barcelona, España

Maria Lúcia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense

Pedrinho Guareschi - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Peter Spink - Fundação Getúlio Vargas

Revisão: RTA Ponto final

Editoração: Spartaco Edições

Capa: Tamara Pereira de Souza



Esta obra está licenciada sob [Licença Creative Commons BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir da obra, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

P972

Práxis em psicologia social [recurso eletrônico]: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista / Organização de Deivis Perez, Eduardo Pinto e Silva e Maria Cristina Dancham Simões. – Porto Alegre: Abrapso, 2017. – (Coleção Encontros em Psicologia Social / Coordenação de Maristela de Souza Pereira, Dolores Galindo e Emerson Fernando Rasera, Vol. 4).

196 p.

ISBN: 978-85-86472-39-8

1. Psicologia social. 2. Autoritarismo. 3. Democracia. I. Perez, Deivis. II. Silva, Eduardo Pinto e. III. Simões, Maria Cristina Dancham. IV. Pereira, Maristela de Souza. V. Galindo, Dolores. VI. Rasera, Emerson Fernando. VII. Título.

CDU – 302

Coleção

Encontros em Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade científica fundada em 1980, composta por profissionais, pesquisadores, docentes, militantes, estudantes de graduação e pós-graduação, constituindo-se como um importante espaço de análises, intercâmbios e ações sobre o mundo acadêmico e social, em uma perspectiva crítica às teorias e práticas que naturalizam e que banalizam as desigualdades sociais, e à produção de conhecimentos e formas de intervenção que não consideram os determinantes históricos e que se pretendem neutros. A ABRAPSO surgiu no momento de lutas pela democratização do país, e desde então tem empunhado essa bandeira, com vistas a contribuir para as discussões e intervenções pautadas no horizonte de uma sociedade mais justa, equânime, igualitária e comprometida com o acolhimento à diferença e com a construção de relações mais horizontais entre sujeitos e instituições.

Essa associação possui grande inserção nacional e evidencia sua capilaridade através da existência de nove Regionais, espalhadas pelas cinco regiões do país, as quais aglutinam 64 Núcleos, enquanto unidades estabelecidas em localidades em diversos pontos do território nacional, contabilizando em 2017 mais de três mil associadas/os. A cada dois anos, as Regionais realizam encontros científico-acadêmico-culturais, tradicionalmente sediados na localidade em que se encontra a gestão atual. Tais encontros possibilitam o fortalecimento da Psicologia Social no Brasil, marcadamente em seus contornos sociológicos, críticos e libertários, e propiciam a difusão das

produções locais para outros territórios, configurando assim uma forma de democratização também do conhecimento.

A coleção “Encontros em Psicologia Social” tem por objetivo dar organicidade aos trabalhos apresentados nos diferentes Encontros Regionais, respeitando a singularidade das produções locais. Sua publicação é fruto do esforço conjunto dos organizadores dos encontros, da Diretoria Nacional da ABRAPSO e da editora da entidade, que trabalharam de forma articulada para viabilizar aos leitores as obras que ora são apresentadas. Trata-se de material inédito e inovador, de interesse especial para psicólogos, profissionais das áreas de ciências humanas e sociais, estudantes, especialistas, pesquisadores e para o público em geral. Esperamos que a coleção possa contribuir para a efetivação de leituras mais críticas sobre a realidade social e para a promoção de práticas de resistência a todas as formas de opressão vigentes, e empoderadoras dos sujeitos e das coletividades.

Boa leitura!

Maristela de Souza Pereira

Dolores Galindo

Emerson F. Raserá

Coordenadores

Sobre os autores e autoras deste volume

Alessandro de Oliveira Campos - membro do Núcleo São Paulo da ABRAPSO, doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, professor de Psicologia Social Comunitária do Centro Universitário São Camilo.

Contato: alessandro_campos@yahoo.com

Antonio Carlos Simonian dos Santos - psicólogo social, mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor universitário, membro do Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO.

Contato: oi@rafaellima.org

Antonio Euzébios Filho - psicólogo, graduado e pós-graduado pela PUC-Campinas. Tem experiência na área da Psicologia Social, Psicologia Escolar e Educação, atuando, principalmente, em contextos educativos e comunitários. Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP campus Bauru) no curso de Psicologia.

Contato: auzebios@hotmail.com

Beatriz Borges Brambilla - membro da Coordenação do Núcleo São Paulo da ABRAPSO – Gestão 2016-2017, mestre e doutoranda em Psicologia Social, docente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP.

Contato: comafetividade@gmail.com

Cecília Pescatore Alves – psicóloga, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Professora da PUC-SP. Docente aposentada da Universidade de Taubaté (UNITAU). Núcleo Vale do Paraíba da ABRAPSO.

Contato: cpescatore@uol.com.br

Christiane Alves Abdala - psicóloga social comunitária, mestre em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), trabalhadora no Sistema Único de Saúde, membro do Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO.

Contato: chris_abdala@hotmail.com

Cinara Brito de Oliveira - membro da Coordenação do Núcleo São Paulo da ABRAPSO – Gestão 2016-2017, mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP e membro da Comissão Gestora Metropolitana do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

Contato: cibrito.psi@gmail.com

Cláudia Regina Campos Rodrigues - graduanda em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Contato: claudiarcrodrigues@gmail.com

Clélia Rosane dos Santos Prestes - doutoranda e mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (NEPAIDS-USP) e psicóloga do Instituto AMMA Psique e Negritude.

Contato: clelia.com@gmail.com

Cristiane Moreira Cobra - filósofa, doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica/PUC-SP, auxiliar docente

da área das Humanidades na Universidade de Taubaté (UNITAU) desde 2007, membro do Núcleo Vale do Paraíba da ABRAPSO.

Contato: cristiane_cobra@yahoo.com.br

Danielle Kepe de Souza Pinto - psicóloga social, mestranda em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, trabalhadora no Sistema Único de Assistência Social, membro do Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO.

Contato: danny_kepe@hotmail.com

Débora Cristina Fonseca - psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP de Rio Claro.

Contato: dcfon10@gmail.com

Deivis Perez - doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, líder do grupo “Pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica-Cultural” e professor no Departamento de Psicologia Social e Educacional e no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Contato: prof.devisperez2@hotmail.com

Eduardo Pinto e Silva - psicólogo, mestre e doutor em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP), com estágio ‘pós-doutoral pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Departamento e Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Contato: dups02@gmail.com

Elisa Harumi Musha - mestranda em Psicologia Social pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo/PUC-SP. Integrante do

Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP); especialista em Psicologia Hospitalar pelo Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Contato: elisa.hmusha@gmail.com

Elizangela André dos Santos - graduada em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos, e especialista na área de Ciências Sociais e Educação Comunitária. Membro da Coordenação do Núcleo São Paulo ABRAPSO – Gestão 2016-2017, mestra em Psicologia Social pela PUC-SP.

Contato: elidra3@hotmail.com

Fernando Aparecido Figueira do Nascimento - psicólogo social, mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, trabalhador no Sistema Único de Saúde, membro do Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO.

Contato: fernandofigueira76@hotmail.com

Gil Gonçalves Júnior - membro do Conselho Diretor e vice-presidente da Regional São Paulo - Gestão 2016-2017 - da Associação Nacional de Psicologia Social/ABRAPSO. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo (1978), mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Professor na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul/SP.

Contato: gilgoncalves14@yahoo.com.br

Gláucia Tais Purin - membro do Núcleo São Paulo da ABRAPSO, doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo/PUC-SP, psicoterapeuta e membro do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN).

Contato: glauciatp@hotmail.com

Guilherme Reis - psicólogo formado pela Universidade Paulista (UNIP) e especializando em Psicologia Clínica. Atua como psicólogo institucional no trabalho com autistas em organizações do Terceiro Setor.

Contato: guilherme_reis94@hotmail.com

Ivani Francisco de Oliveira - mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP e Conselheira do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. Membro do Núcleo ABC da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Contato: ivani.oliveira.psi@gmail.com

Jean Fernando dos Santos - Coordenador-membro do Núcleo São Paulo da ABRAPSO – Gestão 2016-2017, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUS).

Contato: jean.fernando@yahoo.com.br

Jéssica Rodrigues Rosa - psicóloga, mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual Paulista (UNESP campus Botucatu); atua no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da UNESP Botucatu (HCFMB).

Contato: jessicarrosa@gmail.com

José Fernando Andrade Costa - Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, atualmente é docente dos cursos de Psicologia e Serviço Social na Universidade de Santo Amaro

(Unisa). Atua principalmente com os seguintes temas: Psicologia Comunitária, Teoria Crítica, Ação Pública, Assistência Social e Direitos Humanos.

Contato: josefernando.ac@hotmail.com

José Leon Crochick - docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/USP, bolsista produtividade em pesquisa do CNPq e editor da Revista Psicologia USP.

Contato: jlchna@usp.br

Juliana Lopes da Silva - psicóloga, mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC-Campinas, membro do Núcleo Campinas e região da ABRAPSO.

Contato: ls.julianalopes@gmail.com

Ladislau Dowbor - professor titular da PUC-SP, e consultor de várias agências das Nações Unidas. Autor, entre outros, de *Democracia Econômica*, Editora Vozes. Seus textos estão disponíveis em <http://dowbor.org>

Contato: ladislau@dowbor.org

Luciana Nogueira Fioroni - psicóloga, mestre em Saúde Mental e doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral em Medicina Preventiva pela USP. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Gestão da Clínica da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Contato: lufioroni@ufscar.br

Luiz Carlos da Rocha - doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor no Departamento de Psicologia Social e Educacional da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

e fundador do Núcleo Assis da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Contato: lcrocha@assis.unesp.br

Maria Cristina Dancham Simões - psicóloga, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica/PUC-SP, professora e supervisora no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista (UNIP), membro do Núcleo Vale do Paraíba da ABRAPSO.

Contato: macris.simoese@gmail.com

Mariana Pereira da Silva - psicóloga, mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC-Campinas, membro do Núcleo Campinas e região da ABRAPSO.

Contato: mariananox@gmail.com

Mariana Serafim Xavier Antunes - membro do Núcleo São Paulo da ABRAPSO, do Núcleo de Estudos em Identidade-Metamorfose (NEPIM) e Núcleo Inanna de Pesquisa em Sexualidades, Feminismos, Gênero e Diferenças (NIP). Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Psicoterapeuta.

Contato: marianaserafim@hotmail.com

Márcia Hespanhol Bernardo – docente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC-Campinas.

Contato: marciahespanhol@hotmail.com

Mário Henrique da Mata Martins - doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, com estágio doutoral sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). É mestre em Psicologia Social também pela PUC-SP e graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Contato: martins.mariodamata@gmail.com

Nicelle Juliana de Paula Sartor - psicóloga especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA); mestranda em Saúde Coletiva na Universidade Estadual Paulista (UNESP câmpus Botucatu). Atua no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da UNESP Botucatu (HCFMB).

Contato: nicellejuliana@hotmail.com

Priscila Carla Cardoso - psicóloga pela Universidade Estadual Paulista (UNESP câmpus Bauru), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Rio Claro e psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Vinhedo-SP.

Contato: priscilacardoso@gmail.com

Rafael Lima - acadêmico de Psicologia na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), membro do Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO.

Contato: oi@rafaellima.org

Robert Miniguine Tavanti - doutorando em Psicologia Social no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP; mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Contato: robertopsico@hotmail.com

Ruchelli Stanzani Ercolano - psicóloga e mestranda no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Contato: ruchelliercolano@hotmail.com

Stephanie Carolin Santos Almeida - graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Contato: stephanie_csa@hotmail.com

Sueli Terezinha Ferrero Martin - psicóloga. Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Docente do Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria e do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, FMB, UNESP-Botucatu. Núcleo Cuesta da ABRAPSO.

Contato: suelitfmartin@gmail.com

Virginia Junqueira - médica, mestre e doutora pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, com estágio pós-doutoral na área de Economia Política da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista.

Contato: virginiaj@uol.com.br

William Joseph Gomes de Oliveira - psicólogo do Centro Educacional Municipal Terapêutico Especializado Madre Cecília (CEMTE), da Prefeitura Municipal de Taubaté (SP), membro do Núcleo Vale do Paraíba da ABRAPSO.

Contato: williamdeoliveira2006@gmail.com

Sumário

Coleção Encontros em Psicologia Social	01
<i>Maristela de Souza Pereira, Dolores Galindo e Emerson F. Raserá</i>	
Sobre os autores e autoras deste volume	03
Apresentação	15
<i>Deivis Perez, Eduardo Pinto e Silva e Maria Cristina Dancham Simões</i>	
Prefácio	19
<i>Gil Gonçalves Júnior</i>	
 Seção I - Sobre o autoritarismo e seus enfrentamentos na história da ABRAPSO e nas práticas sociais	
O irracional em todos nós	23
<i>Ladislau Dowbor</i>	
Pontos sobre o autoritarismo contemporâneo	42
<i>José Leon Crochik</i>	
Notas sobre o enfrentamento do autoritarismo dentro e fora da Psicologia	55
<i>Antonio Euzébios Filho</i>	
ABRAPSO: uma história de enfrentamentos e contradições	65
<i>Sueli Terezinha Ferrero Martin e Cecília Pescatore Alves</i>	
Enfrentamento da lógica privatista no SUS	76
<i>Virginia Junqueira</i>	

Seção II - Pesquisas e práticas em diálogo: Psicologia Social no entendimento e enfrentamento de um inusitado momento político

Psicologia Social contra o golpe	87
<i>Luiz Carlos da Rocha, Deivis Perez e Ruchelli Stanzani Ercolano</i>	
Caminhos da Psicologia Social: perspectivas de ação diante da privação de direitos	93
<i>José Fernando Andrade Costa, Carlos Eduardo Mendes e Ivani Francisco de Oliveira</i>	
Para uma Psicologia não fascista	101
<i>Antonio Carlos Simonian dos Santos, Guilherme Reis, Fernando Aparecido Figueira do Nascimento e Mário Henrique da Mata Martins</i>	
Movimentos sociais e autônomos no enfrentamento às pautas autoritárias e à lógica privatista	108
<i>Christiane Alves Abdala, Fernando Aparecido Figueira do Nascimento, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Danielle Kepe de Souza Pinto e Rafael Lima</i>	
Violência de Estado na democracia: opressões de raça, gênero e orientação sexual	116
<i>Ivani Francisco de Oliveira, Elizangela André dos Santos, Clélia Rosane dos Santos Prestes</i>	
A lógica privatista na Educação e Saúde: enfrentamentos à violência na escola, ao capitalismo acadêmico e ao desmonte do SUS	124
<i>Cláudia Regina Campos Rodrigues, Débora Cristina Fonseca, Eduardo Pinto e Silva, Luciana Nogueira Fioroni, Priscila Carla Cardoso e Stephanie Carolin Santos Almeida</i>	
Práxis da Psicologia Social na Saúde Coletiva e no contexto atual do SUS: reflexões de uma roda de conversa	134
<i>Jéssica Rodrigues Rosa e Nicelle Juliana de Paula Sartor</i>	

Juventudes: práticas culturais, políticas e participativas	141
<i>Robertb Miniguine Tavanti e Elisa Harumi Musha</i>	
Políticas educacionais na contemporaneidade: reflexões e enfrentamentos	150
<i>Maria Cristina Dancham Simões, William Joseph Gomes de Oliveira, Cristiane Moreira Cobra e Cecília Pescatore Alves</i>	
O que fazer? Provocações para construção de práticas emancipatórias	163
<i>Jean Fernando dos Santos, Beatriz Borges Brambilla, Cinara Brito de Oliveira, Mariana Serafim Xavier Antunes, Gláucia Tais Purin e Alessandro de Oliveira Campos</i>	
Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social	172
<i>Deivis Perez, Ruchelli Stanzani Ercolano e Luiz Carlos da Rocha</i>	
Psicologia Social do Trabalho: alguns desafios e compromissos na atual conjuntura	183
<i>Juliana Lopes da Silva, Mariana Pereira da Silva e Márcia Hespagnol Bernardo</i>	
Carta de São Caetano do Sul	191

Apresentação: retomando críticas à realidade social por meio do compartilhamento de reflexões e práticas em Psicologia Social

Este livro é o resultado do trabalho conjunto dos membros da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e compõe-se de contribuições espontâneas dos convidados de mesas-redondas e dos coordenadores das rodas de conversa propostas em nosso XIII Encontro, que ocorreu entre os dias 11 e 14 de novembro de 2016, na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Sob o tema “Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista”, representantes dos núcleos paulistas e da coordenação regional engajaram-se na reflexão de nossa práxis atual, tendo em vista a tendência contemporânea de inúmeros segmentos da nossa sociedade à simpatia e adesão ao autoritarismo e, simultaneamente, a disposição para apoiar a implantação de medidas políticas e socioeconômicas estruturadas sob égide do neoliberalismo. Tais medidas se dirigem para

a retirada de direitos sociais e cívicos conquistados, para a flexibilização e eliminação de leis dedicadas à defesa da classe trabalhadora, para a redução dos espaços destinados à participação e tomada de decisão acerca das políticas públicas e renúncia das responsabilidades sociais e científicas pelo Estado, esta manifestada por intermédio da severa redução dos investimentos em áreas fundamentais como a saúde, a ciência e a educação.

Nesse Encontro da ABRAPSO São Paulo, seus integrantes assumiram o desafio de produzir reflexões rigorosas sobre os rumos do país e garantir o exercício dos recursos teóricos, metodológicos e práticos que a Psicologia Social pode oferecer ao exame, contra-posição e defrontamento das ideias e das ações dos grupos opostos ao legítimo funcionamento da democracia brasileira, reativos ao respeito à alteridade e ao convívio bonançoso com as manifestações da pluralidade ética e estética humanas. Em face do exposto, e num cenário marcado por um recente golpe parlamentar-empresarial-judiciário-midiático sofrido pelo povo brasileiro, que resultou na deposição de uma presidenta eleita, a ABRAPSO reafirmou os compromissos manifestados desde a sua criação, que remetem a uma postura de compreensão crítica dos problemas sociais brasileiros, contribuindo assim para o desenvolvimento da Psicologia Social no país.

Esta obra está ordenada em duas seções articuladas e complementares entre si. A seção 1, com cinco capítulos, foi nomeada “Sobre o autoritarismo e seus enfrentamentos na história da ABRAPSO e nas práticas sociais” e traz registrados os resultados das mesas-redondas, as quais abordaram questões como: a irracionalidade como dimensão constitutiva do humano, que precisa ser assumida e compreendida; as características do autoritarismo na contemporaneidade e a necessária confrontação deste fenômeno em nossa sociedade, sob o enfoque da Psicologia Social e de outras áreas dos saberes acadêmicos; a história da ABRAPSO e a sua tradição no engajamento em lutas sociais; o avanço da lógica privatista sobre os serviços públicos

essenciais, com destaque para os riscos aos quais está exposto o Sistema Único de Saúde.

A segunda seção, “Pesquisas e práticas em diálogo: Psicologia Social no entendimento e enfrentamento de um inusitado momento político” possui onze capítulos e foi reservada para a exposição das contribuições dos organizadores das Rodas de Conversa, que coordenaram e mediaram os debates em torno dos trabalhos acadêmicos e dos relatos de práticas profissionais que foram apresentados no evento. Nesta parte, optamos por garantir aos Núcleos da ABRAPSO São Paulo a autonomia para uma anotação solta de amarras, que permitisse emergir a riqueza dos saberes que circularam nas Rodas de Conversa. Isso favoreceu o surgimento tanto de capítulos que consignaram mais fielmente os relatos de investigações e de experiências ocupacionais em Psicologia Social, quanto de produções textuais em que os autores optaram por nos trazer ensaios e notas livremente inspiradas na dialógica e polifonia percebidas no Encontro.

A seção 2 do livro principia com notas sobre as contribuições que a Psicologia Social e a academia podem oferecer para o entendimento do inusitado momento político vivido pelos brasileiros, seguidas de considerações sobre as perspectivas de ação dos trabalhadores da Psicologia Social no atual cenário sociopolítico e os papéis que eles devem assumir no sentido de uma atuação comprometida com a liberdade e emancipação humana. Temos ainda, capítulos destinados a discussões impreteríveis na atualidade, como: a violência de Estado, os seus nexos com as opressões e os seus liames com o sofrimento de pessoas em função da raça, cor ou orientação sexual; a racionalidade privatista aplicada à educação e à saúde; a práxis da Psicologia Social no âmbito da saúde coletiva; as políticas públicas educacionais hegemônicas no bojo de um tecido social excludente; a dialética materialista como um instrumento para a compreensão da realidade e capaz de estimular a metamorfose social; a Psicologia

Social do Trabalho e sua função no apoio à resistência dos trabalhadores face às malvadezas do presente mundo laboral.

Dispomos, no final do livro, a Carta de São Caetano do Sul, documento elaborado coletivamente pelos membros da ABRAPSO São Paulo, que (re)afirma o posicionamento ético e político da associação em relação ao risco de recuo dos direitos humanos e sociais em nosso país e solicita uma Psicologia comprometida com a transformação da injusta realidade da população brasileira e com a sua libertação.

Cumpramos notar que no momento político, econômico, social e histórico em que o Brasil se encontra, de gradual cerceamento de direitos e retrocessos em diferentes âmbitos, este livro expressa, sob diferentes olhares, uma mesma necessidade e, concomitantemente, um convite: de retomar a crítica e o compartilhamento de reflexões e práticas em Psicologia Social, com o objetivo de ampliar as possibilidades de resistência.

São Paulo, julho de 2017.

Deivis Perez

Eduardo Pinto e Silva

Maria Cristina Dancham Simões

Organizadores

Prefácio

“Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista” foi o tema definido para o **XIII Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO**, que se realizou no período de 11 a 14 de novembro de 2016, nas dependências da Universidade de São Caetano do Sul/USCS, em São Caetano do Sul/SP.

O intento com a escolha desse tema foi estimular a reflexão a respeito da práxis em Psicologia Social quando, não apenas em nosso país, mas também e intensamente nele, verifica-se o aumento da manifestação de simpatia a pautas autoritárias e à lógica privatista, ao mesmo tempo em que, contrariamente, percebe-se o surgimento de novas formas de organização e atuação, adotadas por diversos segmentos sociais, para enfrentar o retrocesso que essa ampliação do conservadorismo representa.

Mais especificamente, e dando seguimento a uma diretriz desta Regional, pretendeu-se estimular a reflexão de como, nesse contexto de tendências díspares entre si, essa práxis pode expressar os compromissos sociais, éticos e políticos assumidos à época da fundação da entidade, em julho de 1980, que permanecem atuais em sua essência, conquanto, naquele momento, se entrelaçassem a outras exigências.

Os **eixos temáticos** buscaram contemplar dimensões que permitissem estabelecer nexos mais gerais entre reflexões específicas a respeito da práxis e, por extensão, favorecessem o agrupamento de trabalhos que tratavam de expressões concretas das exigências com que se entrelaçam os compromissos da Psicologia Social na atualidade. Isso pode ser constatado pelos títulos desses eixos: Formação e pesquisa na realidade brasileira; Trabalho no contexto da lógica privatista; Prática profissional e compromisso social; Políticas públicas na conjuntura atual; As determinações sociais da adesão ao autoritarismo e Formas de resistência: atores e práticas.

As **modalidades de trabalho** – Roda de Conversa, Pôster em Debate e Arte ABRAPSO – foram programadas tanto de maneira a estimular e favorecer o debate dos conteúdos a serem apresentados, quanto a possibilitar o diálogo entre pesquisadores, profissionais, estudantes, militantes de movimentos sociais e demais pessoas interessadas nesses conteúdos. Assim, limitou-se o número de trabalhos a serem apresentados em cada uma das sessões dessas atividades, justamente para que o tempo dedicado ao debate fosse suficientemente extenso, além do que procurou-se garantir nessas sessões, mediante convites, a presença de pessoas que atuam em espaços diversos, notadamente militantes de movimentos sociais. Tal prática foi adotada até mesmo nas mesas redondas, cujos temas já eram indicados no título do **Encontro**. Subjacente a isso, havia o objetivo de afastar-se do academicismo estrito que usualmente permeia esse tipo de evento e contrapor-se ao produtivismo que hoje caracteriza a academia.

O **Encontro** foi marcado pela divulgação de um manifesto em sua abertura, no qual se presta apoio e solidariedade a movimentos sociais, coletivos autônomos, artistas, estudantes, mulheres, lideranças indígenas e povos latino-americanos que são atingidos pelas e resistem às pautas autoritárias e à lógica privatista, e também por ter elaborado e difundido a **Carta de São Caetano do Sul**, que repudia a PEC 55 – manifestação concreta dessas pautas – e alerta para as

graves consequências sociais de sua aprovação. São documentos que integram os Anais do **Encontro**.

Outra característica desse **Encontro** foi a de sua configuração ter resultado de um amplo e intenso processo de reflexão, do qual participaram todos os núcleos estruturados e ativos da **Regional São Paulo**, que assim puderam contribuir para a definição dos vários aspectos envolvidos: tema, objetivos, eixos, atividades, convidados, programação etc. Destaca-se ser essa uma prática que tem sido usual nesta **Regional**. Provavelmente em função disso, a realização do **Encontro** transcorreu dentro do previsto naquilo que tange aos aspectos formais e funcionais, bem como de acordo com depoimentos informais durante o evento e opiniões expressas em mensagens enviadas por e-mail após a sua realização, tanto por participantes quanto por coordenadores de atividades.

Dessa forma, atingiu-se um nível razoável de sucesso quanto aos propósitos: (a) estimular a discussão e o debate, notadamente pela destinação de tempo adequado para tanto, contrapondo-se ao produtivismo acadêmico; (b) favorecer o intercâmbio de pesquisadores e profissionais da área com militantes e integrantes de movimentos sociais e coletivos; (c) enfatizar as reflexões a respeito de possíveis práticas emancipatórias em psicologia social e (d) extrapolar o academicismo estrito que não raro caracteriza esse tipo de encontro.

Com esta publicação pretende-se, em alguma medida, porquanto nem todos os convidados puderam oferecer suas contribuições, difundir resultados desse **Encontro**, com a esperança, talvez um tanto pretensiosa, de que possam ser de alguma valia para quem, independentemente de como e onde atua, oponha-se a essas pautas e, portanto, assumo o compromisso de contribuir para a emancipação dos segmentos mais desfavorecidos.

Gil Gonçalves Júnior

Vice-presidente da Regional São Paulo da Associação Nacional de Psicologia Social/ABRAPSÓ - Gestão 2016-2017

Seção I

Sobre o autoritarismo e seus enfrentamentos na história da ABRAPSO e nas práticas sociais

O IRRACIONAL EM TODOS NÓS

Ladislau Dowbor

Mentimos, trapaceamos e justificamos tão bem que passamos a acreditar honestamente que somos honestos.
(Jonathan Haidt¹, *A mente moralista*)

Temos razões de sobra para nos sentirmos ultrapassados pelos acontecimentos. E não se trata de desgraças naturais, e sim de uma catástrofe em câmara lenta que estamos construindo nós mesmos, o chamado *homo sapiens*, que também definimos como animal racional, esquecendo que nestas duas palavras a primeira é animal. Somos, sem dúvida, muito capazes de inventar novas máquinas e tecnologias sofisticadas. Mas somos analfabetos em termos de nos administrarmos como sociedade civilizada. A presente nota constitui uma reflexão sobre o irracional, pois para entendermos o nosso

1 Sobre Jonathan Haidt, *The Righteous Mind (A mente moralista)*, confira resenha em: Dowbor, L. (2013). Esquerda e Direita frente à Ética. Ladislau Dowbor: dicas de leitura. Recuperado de <http://dowbor.org/2013/06/jonathan-haidt-the-righteous-mind-why-good-people-are-divided-by-politics-and-religion-a-mente-moralista-por-que-boas-pessoas-sao-divididas-pela-politica-e-pela-religiao.html/>

mundo, temos justamente de assumir racionalmente a nossa dimensão irracional.

É difícil traduzir a expressão inglesa *self-righteousness*. Ela expressa a profunda convicção de uma pessoa de que domina os outros da altura da sua elevada postura ética. Em geral, leva a comportamentos estreitamente moralistas e intolerantes. E frequentemente vemos atos violentos justificados com fins altamente morais. Não há barbárie que não se proteja com argumentos de elevada nobreza. Sentimento que permite soltar as rédeas do ódio, aquele sentimento agradável de odiar com boas razões. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na época do golpe de 1964, representou um marco histórico da hipocrisia na defesa de privilégios. As classes médias que se vestiram de verde-amarelo para travar o avanço social dos mais pobres, com seus ridículos patos e panelas, seguem na mesma tradição. A hipocrisia tem pernas longas. As invasões de países se dão em geral para proteger as populações de armas de destruição de massas, as ditaduras para salvar a democracia, os ataques sexuais são feitos da altura moral de quem usa o sexo como se deve.

Jonathan Haidt (2012), no seu livro *The Righteous Mind*, que traduziremos aqui por “a mente moralizante”, para distinguir da pessoa meramente ‘moral’, parte de um problema relativamente simples: como é que a sociedade americana se divide, de maneira razoavelmente equilibrada, em democratas e republicanos, cada um acreditando piamente ocupar a esfera superior na batalha ética, e considerando o adversário como hipócrita, mentiroso, enfim, desprovido de qualquer sentimento de moralidade? O imoral é o outro. No entanto, de cada lado há pessoas inteligentes, sensíveis, por vezes brilhantes – mas profundamente divididas. Em nome da ética, o ódio impera.

O tema, evidentemente, não é novo. Um dos livros de maior influência, até hoje, nos Estados Unidos, é *O Dilema Americano*, de Gunnar Myrdal, dos anos 1940, que lhe valeu o prêmio Nobel. É uma das análises mais finas, não dos Estados Unidos, mas do bom

americano médio, e de como cabem na mesma cabeça a atitude compenetrada no serviço religioso da sua cidade, a profunda convicção da importância da liberdade e dos direitos humanos, e práticas como a perseguição e assassinato de negros. O livro é muito inteligente e correto. Myrdal (1944) adverte que desautoriza qualquer uso da sua análise para um antiamericanismo barato. O objetivo dele não é defender ou atacar, é entender. Mas conclui que “o problema negro” nos Estados Unidos “é um problema dos brancos”. A análise, naturalmente, poderia ser estendida para muito além da mente americana.

O campo de trabalho de Haidt (2012) é a disciplina chamada psicologia moral, *moral psychology*. Estuda justamente como se articulam, em termos psicológicos, as construções dos nossos valores, e em particular os valores que podemos qualificar de políticos. Com que base real passamos a achar que o que fazemos é moralmente certo ou correto? Através de quais mecanismos o que era razão se transforma em mera racionalização de emoções subjacentes?

Há as leis, naturalmente, mas estas definem o que é legal, e frequentemente as leis foram elaboradas por quem as manipula, tornando legal o que é moralmente indefensável. Os paraísos fiscais permitem às corporações pagar poucos impostos, o que não é viável para a pequena empresa, e muito menos para as famílias. Não é ilegal uma empresa declarar a sua sede no paraíso fiscal, evitando assim de pagar impostos no país onde funciona, enquanto os seus empregados naturalmente pagam os impostos normalmente, inclusive porque são deduzidos na folha de pagamento. Basta ser legal para ser ético? Quando grupos, sem nenhum compromisso com a moralidade, assumem o controle do legislativo, onde fica a fronteira?

Snowden, ao revelar a amplitude da invasão da privacidade e do uso invasivo das tecnologias de rastreamento da *National Security Agency* (NSA) cometeu um ato ilegal, do ponto de vista da justiça americana (ainda que com controvérsias), mas o fez, com risco próprio, por razões éticas. Os que lutavam contra a escravidão eram

presos e condenados. Mandela pagou 30 anos da sua vida por combater um regime legal, mas medieval. Os republicanos qualificam Snowden de traidor, como a Máfia considera traidor quem não se solidariza com o grupo, ainda que seja para cometer crimes. A ética pode ser muito elástica.

Há um referencial confiável, um valor absoluto? Durkheim (2008, p. 338) escreveu que “... é moral tudo que é fonte de solidariedade, tudo que leva o homem a regular as suas ações por algo mais do que o seu próprio egoísmo.” Haidt (2012, p. 270) busca “os mecanismos que contribuem para suprimir ou regular o auto interesse e tornam as sociedades cooperativas.” Paulo Freire (2011), que era um homem simples, mas não simplório, resumia a questão dizendo que queria “uma sociedade menos malvada.” Com quais mecanismos psicológicos os grupos sociais conseguem justificar, em termos éticos, o que claramente traz danos aos outros, e vantagens para eles? Chamemos isto de racionalizações, coisa que Haidt (2012) chama de raciocínio motivado (*motivated reasoning*).

Haidt (2012) entra no coração das racionalizações. A visão é de que buscamos mais *parecer* bons do que *ser* bons.

Mentimos, trapaceamos e dobramos regras éticas frequentemente quando achamos que podemos sair impunes, e então usamos o nosso raciocínio moral para gerir as nossas reputações e justificá-los junto aos outros. Acreditamos no nosso raciocínio *a posteriori* tão profundamente que terminamos moralisticamente (*self-righteously*) convencidos da nossa própria virtude. Somos tão bons nisto, que conseguimos enganar até a nós mesmos. (Haidt, 2012, p. 190)

A visão geral aqui é que o raciocínio serve essencialmente para justificar o que já foi decidido por outros mecanismos intuitivos: “É o primeiro princípio: as intuições chegam em primeiro lugar, o raciocínio estratégico em segundo” (Haidt, 2012, p. XIV). O que resulta é um raciocínio de confirmação, não de análise e compreensão:

“Que chance existe que as pessoas pensem de mente aberta, de forma exploratória, quando o auto interesse, a identidade social e fortes emoções as fazem querer ou até necessitar chegar a uma conclusão preordenada?” (Haidt, 2012, p. 81).

Provavelmente o maior interesse do livro de Haidt (2012) é que nos permite entender um pouco melhor este nosso poço escuro de ódios e identificações políticas, ao detalhar, baseado em pesquisas, a diversidade das motivações. Ele trabalha com uma “matriz moral” de seis eixos, que estão por trás das nossas atitudes de solidariedade ou de indignação, de aprovação ou de ódio.

O primeiro é o “cuidar” (*care*), que nos faz evitar causar danos aos outros, querer reduzir sofrimentos. Está dentro de todos nós. Ao ver um cachorrinho ser maltratado, ficamos indignados, mesmo que não gostemos de cachorro. É um motor poderoso que exige, inclusive, que as pessoas que massacram ou torturam outras pessoas precisem “desumanizar” a sua vítima, transformá-la em objeto fictício: é um terrorista, um comunista, um marginal, um gay, uma puta, qualquer coisa que a rebaixe do status de pessoa, permitindo o tratamento desumano. O garotão de classe média que atea fogo ao mendigo se sente, inclusive, mais “pessoa”. Está “acima”. O mendigo não é pessoa, é mendigo. Vai trabalhar, vagabundo!

A liberdade constitui outro vetor de valores, com o correspondente repúdio à opressão. Naturalmente, para muitos, a liberdade significa também a liberdade de oprimir, mas para isto precisam aqui também reduzir a dimensão humana de quem oprimem. Os doutores do direito canônico resolveram assim o dilema de se defender a liberdade de ter e de caçar escravos: o negro não teria alma. Os vietnamitas foram massacrados pelos americanos para proteger o seu direito à liberdade. Assim, todo valor precisa criar as suas hipocrisias para ser violentado. Foi em nome da liberdade que nos Estados Unidos e aqui no Brasil repelimos a limitação das armas de fogo pessoais, ainda que se saiba que os donos são as primeiras vítimas.

E, no entanto, reconhecemos, sim, a aspiração à liberdade como um valor fundamental, que orienta as nossas opções éticas.

Um terceiro vetor de valores está no que consideramos tratamento justo, ou não desigual. Em inglês, o conceito utilizado, *fairness*, fica mais claro. Milhões de brasileiros ficam indignados em cada fim de semana, quando o árbitro dá um cartão amarelo por uma falta, e não dá o mesmo cartão em falta semelhante para o outro time. Se o cartão foi merecido ou não, é até secundário, gera indignação o tratamento desigual. Critério ético perfeitamente válido, e estão com razão milhões de pessoas que vêm como escandaloso o tratamento desigual na justiça, que ostenta no seu símbolo a balança, a imparcialidade. A não ser, naturalmente, que se trate de pessoas de um partido que odiamos. Mas o sentimento é muito enraizado. Pesquisa com macacos mostram que se um macaco recebe uma comida mais gostosa, os outros que receberam a mesma comida de sempre se recusam a comer. E até se recusam a comer uma guloseima se os outros também não recebem.

Um quarto vetor é o da lealdade que nos faz buscar adotar os valores do nosso grupo, considerando traidor quem não os adota. Muito utilizado nas forças armadas, o *esprit de corps* faz com que, por exemplo, militares jurem, com toda tranquilidade, que os seus colegas não torturaram, ou não estupraram, porque se sentem leais aos seus companheiros. Esta lealdade, superando a consideração ética sobre o crime cometido, gera inclusive um agradável sentimento de pertencimento heróico ao grupo. Um filme famoso, com Al Pacino, *Perfume de Mulher* (Brest, 1999), é centrado neste tema: um jovem universitário, que constatou uma pequena bandidagem dos seus colegas, recusa-se a denunciá-los, ainda que o ameacem de prejudicar o seu futuro universitário. O sofrimento dele permeia todo o filme justamente porque é um rapaz profundamente ético.

Um quinto conjunto de valores está centrado na autoridade, que nos faz considerar ético o que os líderes decidem, e chamar de subversivos os que se rebelam. Esta identificação *a priori* com a au-

toridade é profundamente escorregadia, em particular porque nos permite fazer qualquer coisa com a justificativa que estávamos cumprindo ordens. Aqui, o maravilhoso texto de Hannah Arendt sobre o julgamento de Adolf Eichmann² nos ajuda muito, pois nos permite entender que não se trata apenas de criminalizar quem se esconde atrás do argumento de autoridade, trata-se de aprofundar como funciona a banalização do mal, e o tipo de ódio que muita gente tem contra quem os priva do que consideram ódio legítimo.

Vá dizer a pessoas de direita que o Superior Tribunal Federal (STF) foi preconceituoso: ficam apopléticos, estamos privando-os do gosto do seu ódio, ainda que só cego não veja as distorções. Mas ver as distorções exige o uso da razão, a capacidade de contestação objetiva. Há uma experiência muito conhecida, com estudantes universitários, chamados a dar choques elétricos em pessoas desconhecidas a pedido de funcionários com batas de médico, que justificavam que se tratava de uma experiência científica. A maioria dos estudantes não se fez de rogada.

O último vetor de justificativas éticas levantado por Haidt (2012) é o do sagrado, argumento ligado a tradições ou razões religiosas, que nos fazem condenar ao fogo do inferno quem não acredita em outras visões de mundo. Aqui temos um prato cheio. Uma leitura básica é o famoso manual de instruções da inquisição, *O Martelo das Feiticeiras* (Kramer & Sprenger, 1486/2004), que ensinava por exemplo que as mulheres suspeitas de bruxaria ou de serem possuídas deviam ser torturadas nuas, pois as fragiliza, e de costas, pois as expressões de dor e de desespero causados pela tortura, obra naturalmente do próprio demônio, podiam ser fortes a ponto de amolecer o inquisidor. Tudo em nome de Jesus, da caridade, do amor ao próximo. As muti-

2 Veja também o filme “Hannah Arendt”, de 2012, dirigido por Margarethe von Trotta – Gmbh, H. (Produtor), & Trotta, M. (Diretor). (2012). Hannah Arendt [Filme]. Alemanha: Esfera Cultural. Sobre o qual fiz uma resenha, veja em: Dowbor, L. (2013). Hannah Arendt: além do filme. Ladislau Dowbor: bons filmes. Recuperado de <http://dowbor.org/2013/08/hannah-arendt-alem-do-filme-agosto-2013-3p.html>

lações de meninas, a quem se corta (sem anestesia) os lábios externos da vagina (*clisteroctomia*), atingem milhões de crianças. Estamos no século 21!

Ao comparar as visões em inúmeras entrevistas de pessoas no espectro político completo, da esquerda até os mais conservadores, Haidt (2012) constata que há uma graduação muito clara relativamente a quais elementos da matriz se dá mais importância. Assim, a esquerda dá muito mais importância aos três primeiros eixos, ligados, portanto, a não fazer dano, não machucar, a reduzir o sofrimento e assegurar o cuidado; à luta contra a opressão e pela liberdade; e às regras limpas do jogo, com igualdade de tratamento, a chamada justiça social. Inversamente, a direita dá menos valor aos primeiros, e concentra as suas visões na lealdade de grupo (veja-se a *Ku Klux Klan*, por exemplo), à autoridade e a correspondente obediência, e ao respeito de valores considerados sagrados, no sentido em boa parte religioso, onde muitas vezes o sagrado mistura o político e o religioso, como no *Gott mit Uns* dos nazistas, acompanhado do símbolo da *swastika*. O fato de milhões ficarem fanatizados, num país que não poderia ser considerado de baixo nível educacional, é significativo. Não se trata de educação, e sim de instituições, de cultura política.

A conclusão interessante é que a direita usa argumentos e sentimentos que calam fundo nas pessoas, pois mais fortemente ancoradas nas emoções, nos sentimentos de grupo, coesão, bandeira, religiosidade, autoridade e obediência. São mensagens que ecoam mais fortemente no emocional do que no raciocínio, que permitem dar uma aparência de legitimidade ética ao ódio. A direita americana, por exemplo, sempre agitou um demônio – externo naturalmente – para justificar tudo e qualquer coisa: foram utilizados Khadafi, Saddam Hussein, Osama Bin Laden, até Fidel Castro, e hoje o terrorismo em geral. No Brasil temos o ótimo exemplo da Veja, que vive de agitar ódio contra demônios que explicariam todos os males. Não resolve nada, pelo contrário, mas funciona.

Explicar o drama de pessoas que passam fome e as estatísticas de mortalidade infantil apela muito mais para o raciocínio, que não tem o mesmo efeito mobilizador do que os argumentos que atingem o fundo emocional. Apelar para o emocional, inclusive quando se utiliza os primeiros eixos que são mais característicos da esquerda – por exemplo, nos movimentos antiaborto – dá à direita vantagens de um discurso simplificado e que pega mais no fígado do que na razão, como por exemplo a bandeira dos “marajás” de Collor, ou da “vassourinha” de Jânio Quadros, ou ainda a cruzada moralista anticorrupção que usa mais a mídia e o espetáculo do que mecanismos de geração da transparência. Catarse nacional, pegamos o culpado. O sistema, baseado em formas ultrapassadas e opacas de gestão, naturalmente permanece.

Temos de buscar um mundo mais equilibrado. Não desaparecerão as motivações mais valorizadas na direita. O essencial é entender melhor as raízes emocionais da razão, a facilidade com a qual se constroem pseudo-razões e fanatismos. Ajuda-nos por exemplo a entender como se constrói uma campanha contra a presença de médicos cubanos em regiões onde médicos nossos não querem ir, projeto inatacável do ponto de vista humanista. Inúmeras razões são apresentadas, mal encobrindo um ódio ideológico que é a verdadeira razão. O ódio, como fenômeno de massas, é contagioso. Explicar racionalmente um projeto é muito menos contagiante.

Temos em particular de nos preocupar com o poder dos que simplesmente não têm contas morais a prestar, o universo das grandes corporações.

Se o passado serve para nos iluminar, as corporações crescerão para se tornarem cada vez mais poderosas com a sua evolução, e elas mudam os sistemas legais e políticos nos países onde se instalam para gerar um ambiente mais favorável. A única força que resta na terra para enfrentar as maiores corporações são os governos nacionais, alguns dos quais ainda mantêm o poder de cobrar impostos, regular, e dividir as corporações em segmentos

menores quando se tornam demasiado poderosas. (Haidt, 2012, p. 297)

É realista? Vem-nos à lembrança a frase de Milton Friedman, da escola de Chicago, de que as empresas, como as paredes, não têm sentimentos morais. Ou a visão proclamada em *Wall Street: Greed is Good*, a ganância é boa. Parece que uma parte do universo escapa a qualquer ética. O filme *O Lobo de Wall Street* (Scorsese, 2013) vem naturalmente à memória. O personagem real da história deu entrevistas dizendo que o filme não exagerou nada. Chega o denominador comum que assegura a absolvição por atacado: todos fazem, não fizemos nada, que toda *Wall Street* não faça.

Aqui a dimensão é outra, pois se trata da diluição das responsabilidades nas instituições. Joseph Stiglitz, ex-economista chefe do Banco Mundial, “Nobel” de economia, e insuspeito de esquerdismo, resumia a questão em pronunciamento na ONU sobre direitos humanos e corporações:

Mas infelizmente, a ação coletiva que é central nas corporações mina (*undermines*) a responsabilidade individual. Tem sido repetidamente notado como nenhum dos que estavam encarregados dos grandes bancos que trouxeram a economia mundial à borda da ruína foi responsabilizado (*held accountable*) pelos seus malfeitos. Como pode ser que ninguém seja responsável? Especialmente quando houve malfeitos (*misdeeds*) da magnitude dos que ocorreram nos anos recentes? (Stiglitz, 2013, p. 1)

Quando somos uma massa, e que todos fazem mais ou menos o mesmo, o que pode se ver no caso do linchamento de um rapaz na favela, ou massacres numa guerra, mas muito mais prosaicamente numa gigantesca corporação onde tudo se dilui – a ética se torna tão diluída que desaparece.

Ninguém gosta de se achar pouco ético. E nossas defesas são fortes. Não posso deixar de citar aqui o texto genial de John Stuart Mill, de 1861, escrevendo sobre a sujeição das mulheres na Grã Bretanha

da época, quando elas eram reduzidas a palhacinhas decorativas e proibidas de qualquer participação adulta na sociedade e na construção dos seus destinos. Ao ver a dificuldade de penetrar na mente preconceituosa, Mill (1861/1997) escreve:

Enquanto uma opinião estiver solidamente enraizada nos sentimentos (*feelings*), ela ganha mais do que perde estabilidade quando encontra um peso preponderante de argumentos contra ela. Pois se ela tivesse sido construída como resultado de uma argumentação, a refutação do argumento poderia abalar a solidez da convicção; mas quando repousa apenas em sentimentos, quanto pior ela se encontra em termos de argumentos, mais persuadidos ficam os seus defensores de que o que sentem deve ter uma fundamentação mais profunda, que os argumentos não atingem; e enquanto o sentimento persiste, estará sempre trazendo novas barreiras de argumentação para consertar qualquer brecha feita ao velho. (p. 3)

A mensagem aqui não é de passar a mão na cabeça da esquerda ou da direita, e sim de sugerir que tentemos entender melhor como se geram os agrupamentos políticos, as identificações com determinadas bandeiras, os eventuais fanatismos e as formas primárias como dividimos a sociedade em bons e maus. O maniqueísmo é perigoso. Quando vemos que os mesmos homens podem ser autores tanto de atos abomináveis como de comportamentos heróicos, o que interessa mesmo é construir instituições que permitam que se valorize as nossas dimensões mais positivas. Nas palavras de Haidt (2012, p. 92), criar “os contextos e sistemas sociais que permitam às pessoas pensar e agir bem.”

Casos extremos ajudam a entender os dilemas, ao permitir de certa maneira ver a realidade com uma lupa. Trata-se, tema central do pensamento de Hannah Arendt (Dowbor, 2013), de refletir sobre a natureza do mal. O pano de fundo é o nazismo, e o julgamento de um dos grandes *mal-feitores* da época, Adolf Eichmann. Hannah acompanhou o julgamento para o jornal *New Yorker*, esperando ver

o monstro, a besta assassina. O que viu, e só ela viu, foi a banalidade do mal. Viu um burocrata preocupado em cumprir as ordens, para quem as ordens substituíam a reflexão, qualquer pensamento que não fosse o de bem cumprir as ordens. Pensamento técnico, descasado da ética, banalidade que tanto facilita a vida, a facilidade de cumprir ordens. A análise do julgamento, publicada pelo New Yorker, causou escândalo, em particular entre a comunidade judaica, como se ela estivesse absolvendo o réu, desculpando a monstruosidade.

A banalidade do mal, no entanto, é central. O meu pai foi torturado durante a II Guerra Mundial, no sul da França. Não era judeu. Aliás, de tanto falar em judeus no Holocausto, tragédia cuja dimensão trágica ninguém vai negar, esquece-se que esta guerra vitimou 60 milhões de pessoas, entre os quais 6 milhões de judeus. A perseguição atingiu as esquerdas em geral, sindicalistas ou ativistas de qualquer nacionalidade, além de ciganos, homossexuais e tudo que cheirasse a algo diferente. O fato é que a questão da tortura, da violência extrema contra outro ser humano, me marcou desde a infância, sem saber que eu mesmo viria a sofrê-la. Eram monstros os que torturaram o meu pai? Poderia até haver um torturador particularmente pervertido, tirando prazer do sofrimento, mas no geral, eram homens como os outros, colocados em condições de violência generalizada, de banalização do sofrimento, dentro de um processo que abriu espaço para o pior que há em muitos de nós.

Por que é tão importante isto, e por que a mensagem do filme é autêntica e importante? Porque a monstruosidade não está na pessoa, está no sistema. Há sistemas que banalizam o mal. O que implica que as soluções realmente significativas, as que nos protegem do totalitarismo, do direito de um grupo no poder dispor da vida e do sofrimento dos outros, estão na construção de processos legais, de instituições e de uma cultura democrática que nos permita viver em paz. O perigo e o mal maior não estão na existência de doen-

tes mentais que gozam com o sofrimento de outros – por exemplo quem queima um pobre que dorme na rua, gratuitamente, pela diversão – mas na violência sistemática que é exercida por pessoas banais.

Entre os que me interrogaram no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, em 1970, encontrei um delegado que tinha estudado no Colégio Loyola de Belo Horizonte, colégio que eu mesmo tinha frequentado. Colégio de orientação jesuíta, onde se ensinava a nos amar uns aos outros. Encontrei um homem normal, que me explicava que arrancando mais informações seria promovido, ele me explicou os graus de promoções possíveis na época. Aparentemente queria progredir na vida. Outro que conheci, violento ex-jagunço do Nordeste, claramente considerava a tortura como coisa banal, coisa com a qual seguramente conviveu nas fazendas desde a sua infância. Monstros? Praticaram coisas monstruosas, mas o monstruoso mesmo é a naturalidade com a qual a violência se pratica.

Um torturador na OBAN (Operação Bandeirante) me passou uma grande pasta A-Z onde estavam cópias dos depoimentos dos meus companheiros que tinham sido torturados antes. O pedido foi simples: por não querer se dar a demasiado trabalho, pediu que eu visse os depoimentos dos outros, e fizesse o meu, confirmando as verdades, bobagens ou mentiras que estavam lá escritas. Explicou que eu escrevendo um depoimento que repetia o que já sabiam, deixaria satisfeitos os coronéis que ficavam lendo depoimentos no andar de cima (os coronéis evitavam sujar as mãos), pois veriam que tudo se confirmava, ainda que fossem histórias absurdas. Segundo ele, se houvesse discrepâncias, teriam de chamar os presos que já estavam no presídio Tiradentes, voltar a interrogá-los, até que tudo batesse. O torturador de plantão queria economizar trabalho. Não era alemão. Burocracia do sistema. Nos campos de concentração, era a IBM que fazia a gestão da triagem e classificação dos presos, na época com máquinas de cartões perfurados. No documentário *A*

Corporação (Achbar & Abbott, 2003), a IBM esclarece que apenas prestava assistência técnica.

O mal não está nos torturadores, e sim nos homens de mãos limpas que geram um sistema que permite que homens banais façam coisas como a tortura, numa pirâmide que vai desde o homem que suja as mãos com sangue até um *Rumsfeld* que dirige uma nota ao exército americano no Iraque, exigindo que os interrogatórios sejam *harsher*, ou seja, mais violentos. Hannah Arendt (Dowbor, 2013; GmbH & Trotta, 2012) não estava desculpando torturadores, estava apontando a dimensão real do problema, muito mais grave.

A compreensão da dimensão sistêmica das deformações não tem nada a ver com passar a mão na cabeça dos criminosos que aceitaram fazer ou ordenar monstruosidades. Hannah Arendt (Dowbor, 2013) aprovou plenamente e declaradamente o posterior enforcamento de Eichmann. Eu estou convencido de que os que ordenaram, organizaram, administraram e praticaram a tortura devem ser julgados e condenados.

O segundo argumento poderoso que surge no filme sobre Hannah Arendt (GmbH & Trotta, 2012) vem das reações históricas de judeus pelo fato de ela não considerar Eichmann um monstro. Aqui, a coisa é tão grave quanto a primeira. Ela estava privando as massas do imenso prazer compensador do ódio acumulado, da imensa catarse de ver o culpado enforcado. As pessoas tinham, e têm hoje, direito a este ódio. Não se trata aqui de deslegitimar a reação ao sofrimento imposto. Mas o fato é que ao tirar do algoz a característica de monstro, Hannah estava tirando o gosto do ódio, perturbando a dimensão de equilíbrio e de contrapeso que o ódio representa para quem sofreu. O sentimento é compreensível, mas perigoso. Inclusive, amplamente utilizado na política, com os piores resultados. O ódio, conforme os objetivos, representa um campo fértil para quem quer manipulá-lo.

Quando exilado na Argélia, durante a ditadura militar, conheci Ali Zamoum, um dos importantes combatentes pela independência do país. Torturado, condenado à morte pelos franceses, foi salvo pela independência. Amigos da segurança do novo regime localizaram um torturador seu, numa fazenda do interior. Levaram Ali até a fazenda, onde encontrou um idiota banal, apavorado num canto. Que iria ele fazer? Torturar um torturador? Largou ele ali para ser trancado e julgado. Decepção geral. Perguntei um dia ao Ali como enfrentavam os distúrbios mentais das vítimas de tortura. Na opinião dele, os que se equilibravam melhor eram os que, depois da independência, continuaram a luta, já não contra os franceses, mas pela reconstrução do país, pois a continuidade da luta não apagava, mas dava sentido e razão ao que tinham sofrido.

No *1984* de Orwell (1949/2005), os funcionários eram regularmente reunidos para uma sessão de ódio coletivo. Aparecia na tela a figura do homem a odiar, e todos se sentiam fisicamente transportados e transtornados pela figura do Goldstein. Catarse geral. E odiar coletivamente pega. Seremos cegos se não virmos o uso hoje dos mesmos procedimentos, em espetáculos midiáticos.

O texto de Hannah (Dowbor, 2013), apontando um mal pior, que são os sistemas que geram atividades monstruosas a partir de homens banais, simplesmente não foi entendido. Que homens cultos e inteligentes não consigam entender o argumento é em si muito significativo, e socialmente poderoso. Como diz Jonathan Haidt (2012), para justificar atitudes irracionais, inventam-se argumentos racionais ou racionalizadores. No caso, Hannah (Dowbor, 2013) seria contra os judeus, teria traído o seu povo, tinha namorado um professor que se tornou nazista. Os argumentos não faltaram, conquanto o ódio fosse preservado, e com o ódio o sentimento agradável da sua legitimidade.

Este ponto precisa ser reforçado. Em vez de detestar e combater o sistema, o que exige uma compreensão racional, é emocional-

mente muito mais satisfatório equilibrar a fragilização emocional que resulta do sofrimento, concentrando toda a carga emocional no ódio personalizado. E nas reações históricas e na deformação flagrante, por parte de gente inteligente, do que Hannah (Dowbor, 2013) escreveu, encontramos a busca do equilíbrio emocional. Não mexam no nosso ódio. Os grandes grupos econômicos que abriram caminho para Hitler, como a Krupp, ou empresas que fizeram a automação da gestão dos campos de concentração, como a IBM, agradecem. Alimentar o ódio rende mais do que entender e explicitar o sistema que gera as deformações.

O caso de Hannah (Dowbor, 2013) pode ser visto como um espelho que nos obriga a ver o presente pelo prisma do passado. Os americanos se sentem plenamente justificados em manter um amplo sistema de tortura - sempre fora do território americano, pois geraria certos incômodos jurídicos. Israel criou, através do Mossad e conexos, a organização do sistema mais sofisticado de tortura da atualidade, estão sendo pesquisados instrumentos eletrônicos de tortura que superam em dor infligida tudo o que se inventou até agora. O NSA criou um sistema de penetração em todos os computadores, mensagens pessoais e conteúdo de comunicações telefônicas do planeta, a legalidade que se lixe. Jovens americanos no Iraque filmaram nos seus celulares a tortura praticada em Abu Ghraib (Kennedy, 2007), são jovens, moças e rapazes saudáveis, bem formados nas escolas, que até acham divertido o que fazem. Nas entrevistas posteriores, a bem da verdade, numerosos foram os jovens que denunciaram a barbárie, ou até que se recusaram a praticá-la. Mas foram minoria³.

O terceiro argumento, e central na visão de Hannah (Dowbor, 2013), é a desumanização do objeto de violência. Torturar um semelhante choca os valores herdados ou aprendidos. Portanto, é es-

3 Melhor do que qualquer comentário é ver o filme "O Fantasma de Abu Ghraib". Kennedy, R. (Diretor). (2007). O Fantasma de Abu Ghraib [Filme]. Estados Unidos da América: HBO Documentary Films.

sencial que não se trate mais de um semelhante, pessoa que pensa, chora, ama, sofre. É um judeu, um comunista, ou ainda, no jargão moderno da polícia, um “elemento”. Na visão da *Ku Klux Klan*, um negro. No plano internacional de hoje, o terrorista. Nos programas de televisão, um marginal. Até nos divertimos, vendo as perseguições. São seres humanos? O essencial, é que deixe de ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa, e se torne uma categoria. Sufocaram 111 presos nas celas? Ora, eram marginais.

Sebastian Haffner, estudante de Direito na Alemanha, em 1930, escreveu na época um livro – *Defying Hitler: a memoir*⁴ (Kramer & Sprenger, 1486/2004) – manuscrito abandonado, resgatado recentemente por seu filho que o publicou com este título. O livro mostra como um estudante de família simples vai aderindo ao partido nazista, simplesmente por influência dos amigos, da mídia, do contexto, repetindo com as massas as mensagens. Na resenha do livro, que fiz em 2002, escrevi que o que deve assustar no totalitarismo, no fanatismo ideológico, não é o torturador doentio, é como pessoas normais são puxadas para dentro de uma dinâmica social patológica, vendo-a como um caminho normal. Na Alemanha da época, 50% dos médicos aderiram ao partido nazista. O próximo fanatismo político não usará bigode nem bota, nem gritará *Heil* como neonazistas ou fascistas. Usará terno, gravata e multimídia. E seguramente procurará impor o totalitarismo, mas em nome da democracia, ou até dos direitos humanos.

Estamos vendo alguma coisa?

Referências

Achbar, M. & Abbott, J. (Diretores). (2003). *The Corporation* [Filme]. S.l.: Imagem Filmes, 2003.

4 Sobre Defying Hitler, confira resenha em Dowbor, L. (2003). Defying Hitler: a memoir. Ladislau Dowbor: bons filmes. Recuperado de <http://dowbor.org/2003/08/defying-hitler-a-memoir.html/>

Brest, M. (Produtor). (1999). *Scent of a Woman* [Filme]. Estados Unidos da América: Universal Pictures.

Dowbor, L. (2003). Defying Hitler: a memoir. *Ladislau Dowbor: bons filmes*. Recuperado de <http://dowbor.org/2003/08/defying-hitler-a-memoir.html>

Dowbor, L. (2013). Esquerda e Direita frente à Ética. *Ladislau Dowbor: dicas de leitura*. Recuperado de <http://dowbor.org/2013/06/jonathan-haidt-the-righteous-mind-why-good-people-are-divided-by-politics-and-religion-a-mente-moralista-por-que-boas-pessoas-sao-divididas-pela-politica-e-pela-religiao.html>

Dowbor, L. (2013). Hannah Arendt: além do filme. *Ladislau Dowbor: bons filmes*. Recuperado de <http://dowbor.org/2013/08/hannah-arendt-alem-do-filme-agosto-2013-3p.html>

Durkheim, E. (2008). *Da divisão do trabalho social* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Freire, P. (2011). *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez.

Gmbh, H. (Produtor), & Trotta, M. (Diretor). (2012). *Hannah Arendt* [Filme]. Alemanha: Esfera Cultural.

Haidt, J. (2012). *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. New York: Pantheon Books.

Kennedy, R. (Diretor). (2007). *O Fantasma de Abu Ghraib* [Filme]. Estados Unidos da América: HBO Documentary Films.

Kramer, H. & Sprenger, J. (2004). *O martelo das feiticeiras* (P. Fróes, Tard.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. (Original publicado em 1486)

Mill, J. S. (1997). *The Subjection of Women*. New York: Dover Publications. (Original publicado em 1861)

Myrdal, G. (1944). *An American dilemma: the negro problem and modern democracy*. New York: Harper y Brothers Publishers.

Orwell, G. (2005). *1984* (29ª Ed). São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1949)

Scorsese, M. (Diretor). (2013). *O lobo de Wall Street* [Filme]. Estados Unidos da América: Paris Filmes.

Stiglitz, J. (2013). Joseph E. Stiglitz's address to panel on Defending Human Rights. *Global Policy Forum*. Recuperado de <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/218-injustice-and-inequality/52556-joseph-e-stiglitzs-address-to-panel-on-defending-human-rights.html>

PONTOS SOBRE O AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO

José Leon Crochick

O intuito deste texto é apresentar questões relacionadas às formas do autoritarismo contemporâneo e suas marcas. Como considera que é um fenômeno objetivo expresso também por indivíduos, reporta a condições sociais e políticas e seus possíveis efeitos sobre a constituição psíquica.

As divisões sociais atuais existentes, e percebidas em vários locais do mundo - às vezes sob a forma de guerra civil, outras pela tentativa dos refugiados serem aceitos em outras pátrias, outras pelo conflito entre os interesses dos capitalistas e os dos trabalhadores, sendo os desempregados considerados entre estes - remetem a posicionamentos bem delimitados, fixos, mas com quase nenhuma possibilidade de comunicação entre as partes divididas. Os conflitos próprios à Guerra Fria parecem ter ressuscitado sob novas formas; mas a tensão

existente e o temor pela destruição parecem retornar. A ameaça de destruição atômica prossegue, a coexistência entre a riqueza abundante e a pobreza excessiva também.

Se, por um lado, prega-se e defende-se a liberdade de manifestação de opiniões, por outro lado, elas são taxadas, tão logo são formuladas; assim, é difícil supor que sejam efetivamente livres. Uma opinião não expressa conhecimento, a não ser parcial, sobre determinado tema; caberia, assim, discuti-la, aprofundá-la, confrontá-la com outras e, principalmente, com seu objeto para que se torne conhecimento e possa guiar as ações. O impedimento da confrontação de opiniões em relação ao tema que tratam impede a verdade. Se o pensamento deve sua existência a condições objetivas, então é objetivo, ainda que não se reduza ou se restrinja àquelas condições. Neste sentido, as opiniões trazem algo do objeto e são objetivas, e não meras formulações sobre o objeto, o que torna imprescindível entendê-las a partir da objetividade social.

Os embates atuais, no Brasil, sobre a Previdência Social, reforma trabalhista, reforma política, reforma fiscal, não podem ser reduzidos aos cálculos da lógica financeira; devem envolver a discussão entre interesses distintos que estão em questão, e que só podem ser resolvidos quando superadas as divergências de interesses. E isso só é possível por meio de transformações das condições objetivas que contrapõem classes entre si. Não é possível, assim, a não ser de forma ideológica, que certamente expressa autoritarismo, pensar essas reformas do ponto de vista lógico.

No Brasil de nossos dias, mostra-se que a estrutura de contribuição e distribuição de benefícios está ultrapassada e que, em breve, não dará conta do que se propõe, o que pode ser verdade ou não. Ao mesmo tempo, análises indicam que há muita sonegação da contribuição à Previdência, assim como desvio e má administração dos recursos arrecadados. Com essas análises, é difícil aceitar aquela lógica. A difícil aceitação dessa lógica também se dá porque ela se estabelece como se fosse abarcar todos os cidadãos, quando, em verdade, não

atinge os que podem viver do lucro e de renda financeira. É uma lógica que, por meio de cálculos, serve à ideologia que, conforme Marx e Engels (1846/1987), tende a supor que os interesses dos que possuem maior poder social – econômico e político – são os de todos. A negação dos interesses sociais diversos e sua subsunção aos cálculos aritméticos convertem-se em ideologia, sob a forma de sua aparente neutralidade.

A neutralidade suposta da ciência, da lógica, da matemática é parte do autoritarismo contemporâneo. Segundo Horkheimer e Adorno (1947/1985), a técnica é tão democrática quanto a sociedade na qual se desenvolve. Como nossa sociedade, na melhor das hipóteses, só é democrática em sua forma - o que também nega as divergências sociais existentes que impedem a sua plena existência, e a tornam também parte da ideologia - aquela suposta neutralidade, que pela lógica formal representa os interesses do capital, torna-se autoritária.

Comumente o autoritarismo é associado ao dogmatismo, e, de fato, deixar-se guiar por dogmas ou impô-los impede o pensamento, a decisão e, conseqüentemente, a autonomia. O aparente oposto, expresso no relativismo, no ceticismo, não é menos avesso à autonomia de pensar, pois, se não pretende ser a única forma de pensar, não permite a comunicação entre diversas concepções, tratando-as como se não houvesse distinções de conseqüências políticas entre elas. Neste sentido, o relativismo é tão autoritário quanto o dogmatismo, e mais perigoso do que ele, pois, é falsa sua atribuição democrática de que cada um decide conforme quiser.

A expressão ‘fé racional’, criada por Kant (1786/2004), propõe um método para o conhecimento que tenta evitar o autoritarismo nas duas formas descritas acima – o dogmatismo e o relativismo. Devemos ter suposições – a ‘fé’ – de que algo existe e se constitui de qual e tal forma, mas é a análise pelas categorias da razão que permite verificar essa existência e constituição. O sujeito do conhecimento não é negado e nem o objeto que é racionalmente examinado.

A ciência, mesmo em sua versão positivista, permitiu o exame indutivo, além do dedutivo, contido na expressão kantiana; a 'fé' é substituída pela hipótese. De todo modo, a relação entre sujeito e objeto se mantém. Quando ela é rompida, de acordo com Horkheimer e Adorno (1947/1985), cada metade corresponde a uma falsa percepção do objeto. O conhecimento, segundo esses autores, constitui-se da projeção sobre o objeto do que o sujeito supõe que ele seja e da experiência que corrige essa percepção. Se não há experiência, o objeto é subsumido às categorias e às necessidades – psíquicas e de autoconservação - do sujeito; passa a ser o que o sujeito necessita que ele seja, e não há conhecimento. Se não há projeção, o sujeito se anula e reproduz a aparência do que seus órgãos de sentido ou instrumentos de mensuração detectam do objeto. Como estes últimos, assim como o método científico, são construções históricas dos sujeitos, o não reconhecimento dessa autoria conduz ao engano de que o que é percebido, mensurado, independe do método, isto é, do sujeito.

A consequência dessa ruptura não é somente o falso conhecimento, mas a formação danificada dos indivíduos. Essa formação só pode ocorrer com a experiência, e esta não é plena se não houver a participação do sujeito com suas projeções. A ausência de projeções sobre o objeto implica a anulação das experiências passadas e, assim, o acúmulo e a perenidade do que foi aprendido por meio de diversas experiências. Cada nova experiência não parte de um receptáculo vazio, que elimina todas as anteriores, mas de um 'eu' que se constitui por meio delas. Essa nova experiência permite que as anteriores sejam modificadas e/ou confirmadas. Se a nova experiência não permite modificar as anteriores, mesmo com seu fortalecimento por meio de sua confirmação, não houve experiência, mas, como assinalado antes, redução do objeto da experiência às necessidades do sujeito. Se as experiências anteriores são negadas, a possibilidade de expressar o que é o objeto e suas determinações é empobrecida.

O autoritarismo atual se expressa por uma forma de pensamento e entendimento que são exteriores aos objetos e às pessoas a que tenta se impor. Se a dominação social não tem de ser exercida por meio das forças armadas, estas ficam de prontidão para agir quando os interesses dos mais poderosos estiverem em risco e servem como ameaça permanente para se realizar quando a ideologia falha. A ideologia, nos tempos do capitalismo concorrencial, segundo Horkheimer e Adorno (1956/1978), era simultaneamente falsa e verdadeira, mas dizia respeito a conteúdos e a seu confronto com a possibilidade de sua realização na sociedade à qual se propunha. Era verdadeira por defender interesses universais, tais como a igualdade, a liberdade, a justiça, a felicidade; e era falsa por não entender que as condições objetivas próprias ao capitalismo não somente impedem a realização desses interesses, como desenvolvem seu contrário: desigualdade, opressão, injustiça, infelicidade. A ideologia contemporânea, conforme esses autores, é mentira manifesta; o confronto entre as ideias e a realidade mostra o anacronismo, o conservadorismo do que propõe, de forma que uma consequência do autoritarismo atual é o impedimento do progresso social que, atrelado ao progresso técnico, permitiria uma vida digna e plena, no que for possível, para todos.

O autoritarismo atual, conforme mencionado, é dado pela exteriorização da relação entre sujeito e objeto, entre conceito e objeto, entre pensamento e o objeto que suscita esse pensamento. Dessa maneira, a forma ocupa o lugar do que é pensado, independentemente do objeto que é pensado; as contradições reais do objeto são atribuídas a falhas do pensamento formal e, assim, são desconhecidas e desconsideradas. A formação atual, marcada pela exterioridade do pensamento, da lógica, do método científico, em relação ao mundo, impede de se relacionar o que foi separado: forma e conteúdo, e a primeira se torna o conteúdo mais importante para a formação. A percepção e o pensamento são doutrinados a serem repetitivos e a não perceberem conflitos e contradições na realidade; o mundo percebido é o que pode ser percebido, apreendido, pelo método

científico e pensado formalmente; não se pergunta mais pelo que o determina e por suas tendências de desenvolvimento, como negação determinada, tal como Hegel (1807/1992) pôde propor. O resultado de tal formação é o estreitamento da consciência quanto ao tempo e ao espaço, categorias fundamentais para a constituição do indivíduo.

O tempo e o espaço, categorias da estética delimitadas por Kant (1781/1980), são produtos do entendimento humano, não são encontradas no mundo fenomenal; no entanto, são elas, em conjunto com as categorias do entendimento, que permitem, segundo este pensador, a experiência, o conhecimento. Kant define a experiência pelo contato entre a forma, que representa o sujeito do conhecimento, e o objeto a ser pensado; o que é o objeto em si mesmo não se pode apreender, não porque não exista, mas porque não temos condições para conhecer sua essência; dessa forma, o conhecimento é possível por meio dessa experiência, e não pela negação do objeto ou pela sobreposição da forma sobre o conteúdo. Em sua análise sobre a 'sociabilidade insociável', Kant (1874/ 2004) indica o desenvolvimento histórico das relações humanas, defendendo a criação das regras a se tornarem, com o tempo, cada vez mais universais. Assim, pode considerar o tempo do objeto para além da categoria estética do tempo: como história. De todo modo, a experiência ocorre pela diferença entre o que é posto pelo sujeito e pelo objeto; com essa distinção, o objeto não é reduzido às categorias do sujeito, e nem este se anula em suas categorias.

No campo da razão prática, da moral, Kant (1785/1980) pode delimitar o conceito de imperativo categórico, modo racional de sopesar a ação humana em conformidade com consequências para o todo, caso se tornasse universal; dessa forma, nenhum conteúdo é imposto como racional em si mesmo, mas sempre examinado pela razão individual. Neste sentido, o imperativo categórico é democrático, e deixa de sê-lo quando os conteúdos não são considerados pela mesma razão como históricos. Se todos mentissem, ninguém

acreditaria em ninguém, e a confiança é fundamental para a manutenção da sociedade, para um projeto coletivo, humano. O mesmo vale para o cumprimento de promessas, para o roubo, porém, esses atos podem ter significados distintos de acordo com o momento histórico: mentir, não cumprir promessas no fascismo, pode salvar vidas, e assim ser moral; cumprir ordens no fascismo pode ser imoral; roubar quando se tem fome não é imoral. Mas, ao menos, ao tempo de Kant, havia algo específico a ser examinado pela razão; hoje, só restam os códigos que indicam o que se deve fazer, com a aparente marca de livre escolha.

Para ilustrar: a atual exigência de que os projetos de pesquisa científica obtenham a aprovação de comitês de Ética mostra a contradição: a autonomia que deveria ser marca de todo pesquisador é posta sob suspeita, e o desenvolvimento da pesquisa passa a ser externamente monitorado, sobrepondo-se à ação do pesquisador que deveria ser autônomo para realizar o que julgue adequado para cumprir os objetivos científicos. O pensamento, a percepção e a conduta moral não são somente monitorados, mas determinados externamente. A formação atual é propícia a essa determinação externa, e não, como pretendia o Iluminismo, ao desenvolvimento de discernimento individual. A ideologia não precisa mais exercer o papel de convencimento ou de justificativa de dominação, a formação já limita a consciência, dificultando a percepção e o pensamento; o autoritarismo já se apresenta na formação pela exterioridade do mundo.

Tal exterioridade só é possível por ser a educação voltada à alienação e não à consciência e à experiência que constitui essa consciência, possibilitando a diferenciação individual. A alienação se refere ao desconhecimento que a sociedade é produto humano, ao impedimento de nela se reconhecer. Freud (1930/2011) e Adorno (1955/2015) argumentaram que, entre os objetivos principais da civilização, a felicidade individual não encontra lugar, e que o indivíduo não somente não se reconhece na civilização no que tem

de possibilidades de proporcionar uma vida livre e segura, como é hostil a ela. Tal paradoxo se explica pelos objetivos distintos que civilização e indivíduo têm: a primeira intenta se reproduzir; o último, a felicidade.

Conforme Adorno (1967/1997) argumenta, citando Goethe e Hegel, a formação dever-se-ia se dar pela experiência, pela estranheza que o outro gera. O ‘estranho’, que conforme Freud (1919/1996), é demasiado familiar, possibilita a identificação com o que é desconhecido, e que, pela familiaridade do que se nega para viver em civilização, ainda mais quando essa é repressiva e opressiva, possibilita a experiência que sempre forma, e não simplesmente fortalece o existente. Pelo estranhamento, ao contrário da alienação, o indivíduo pode se (re)apropriar do que teve de abandonar – sua própria humanidade; abandono esse devido ao mandamento de o eu individual ter de ser único a partir do nada, ao passo que tal unicidade só pode ocorrer por meio de identificações. Cabe dizer, não identificação cega a movimentos e a ideários coletivos, mas com pessoas, que claro são formadas pela coletividade, mas que por isso mesmo deveriam ser afirmadas, e não negadas, em favor de um pretenso interesse coletivo que, no mais das vezes, é o mesmo que se expressa por meio da lógica que se coaduna ao capital, e não aos interesses de uma humanidade pacificada.

Por mais que o conhecimento científico seja fundamental para a liberdade e felicidade individuais e para a existência de uma sociedade verdadeiramente racional, a experiência, por meio da estranheza, é mais próxima do fazer artístico ou da ciência quando a imaginação não foi tolhida pelo método científico e não busca reafirmar o conhecido. Se a ciência se caracteriza pela distância do objeto, a arte tem na proximidade desse objeto sua possibilidade de ser. Uma obra de arte leva ao estranhamento próprio à durabilidade que o momento contemplativo contém, e enfrenta, dessa forma, a ruptura ocasionada pela morte. Indica algo que insiste em se expressar; e mesmo quando sua magia, uma vez que se aparenta com o fetiche da

magia, se nomeia, mantém o encanto. Essa estranheza é a ‘aura’ que Benjamin (1939/1989) delimita terem os objetos únicos; é o que permite aos objetos ‘devolverem o olhar’, tal como ocorre nos sonhos, nos quais os objetos contemplam o sonhador. As pessoas, tais como os objetos auráticos, deveriam ter unicidade e a possibilidade de retribuir o olhar. Dessa forma, o objetivo de Baudelaire, segundo Benjamin (1939/1989), de tornar eterno o efêmero, seria alcançado.

O ensaio de Poe (1845/2000) – *Filosofia da Composição* – demonstra como a exposição das técnicas utilizadas para a feitura do poema ‘O corvo’ não retira o encanto desse poema; assim, como uma flor perfumada sempre nos contemplará com seu odor, a poesia de Poe nos conduz à bela melancolia: saudades do que a vida poderia ser, se não fosse interrompida com a perda de objetos, ideais, encanto. A estranheza se remete ao que se perdeu e a memória não conservou; a estranheza traz novamente o encanto do que se teve de abandonar pela alienação.

A formação, a educação, pela e para a estranheza é feita pela crítica à ideologia, que, nos dias que correm, traz como início a dúvida se a vida, a sociedade, os indivíduos deveriam ser assim. E dada a única resposta existente, procurar pelas outras tendências e possibilidades. O autoritarismo se expressa pelo pensamento aderido ao existente e incapaz de transcendê-lo pela crítica imanente.

O autoritarismo é, em geral, associado à hierarquia social; seus representantes são tidos como indivíduos que apreciam mandar a partir das certezas que herdaram dessa hierarquia. Se essa hierarquia social se mantém atualmente, como desde a origem da civilização ocidental, a partir da separação entre comando e trabalho, possibilitado pelo surgimento da propriedade privada, conforme Horkheimer e Adorno (1947/1985), o indivíduo ‘convicto’, preso a dogmas, é substituído pelo que segue as convicções dos mais poderosos, sejam esses quem forem, seja o que for que defendam. O autoritário contemporâneo admira a força pela força, independentemente ao que essa força se dirige. Se, em tempos do nazismo, a força da natureza, da raça, do

sacrifício dos heróis era valorizada em detrimento da subjetividade, do pensamento, quase que como uma resposta à suposta vantagem do trabalho intelectual sobre o braçal, com a substituição cada vez mais ampla do trabalho braçal pelas máquinas, este serve de modelo para o trabalho intelectual, que se apresenta como produção em série, sempre repetindo a mesma fórmula, independentemente do objeto, tal como foi desenvolvido antes neste texto.

O trabalho intelectual atualmente é valorizado; os denominados ‘nerds’ são associados à possibilidade de obtenção da riqueza pela criação de aparatos técnicos, sobretudo associados à inteligência artificial. Não é, no entanto, o mesmo trabalho intelectual de outrora, que expressava a objetividade por meio da crítica e estranhamento do que foi estabelecido, mas a sua redução às técnicas de pensar, o que fortalece sua exterioridade em relação ao objeto. Se o pensamento só ocorre na relação com o objeto, ele não é independente dele, mas se constitui por ele.

Poder-se-ia dizer que a relação entre dois objetos, ou partes de um mesmo objeto, é dialética, mas isso não expressa a relação mesma entre esses objetos; essa relação se dá na expressão das contradições e possíveis superações existentes. Assim, se a relação entre indivíduo e sociedade e a relação entre sujeito e objeto são dialéticas, não são a mesma e são expressões de relações próprias e não externas aos objetos relacionados. Por ser lógica do objeto, a dialética, o próprio pensamento, o expressam; como lógica do sujeito, o pensamento formal submete o objeto às suas categorias. A dificuldade da coexistência de ambas as formas de pensamento – a lógica do sujeito e a lógica do objeto – é marca do autoritarismo contemporâneo. Deve-se ressaltar que a lógica do sujeito foi gerada a partir de necessidades objetivas, e assim não é meramente subjetiva; e a lógica do objeto não prescinde do sujeito, que somente como sujeito pode expressá-la.

Somente uma sociedade racional pode proteger o máximo possível a vida de seus membros e permitir que sejam felizes e livres, mas tal razão não deveria ser externa a eles. A atual sociedade pos-

sui racionalidade, mas é uma racionalidade adequada à técnica, é a que é importante para ajustar meios a fins, nos termos de Habermas (1968/1983): um agir racional com respeito a fins. Quanto mais a sociedade avança nesses termos, mais é exercido o controle técnico sobre a natureza humana, de forma a eliminar qualquer dúvida ou ação que não seja prevista.

Retomando o exemplo inicial deste texto, no Brasil de hoje, não deve haver dúvidas sobre a necessidade de que as reformas da Previdência, trabalhista, política, tributária devam ocorrer nos rumos indicados; duvidar disso não é compreendido como possibilidade de diálogo, mas como oposição ao poder estabelecido e/ou como ignorância. Diferentemente da época do Iluminismo, que apostava em uma sociedade racional com indivíduos racionais, a atual traz uma racionalidade que suscita a irracionalidade individual: o sacrifício do pensamento que, por sua vez, leva à irritação com o pensamento que duvida.

A relativização e a neutralização de todo conteúdo, deixado aparentemente ‘ao gosto do freguês’, por possibilitarem uma formação voltada à obediência de regras que podem prescindir de críticas - a não ser as que permitem aperfeiçoá-las - permitem tornar equivalente a razão técnica e o pensamento mágico - lembrando que a magia também se caracterizava por técnicas presentes nos rituais. Se a subjetividade não pode se desenvolver por meio da experiência, propiciada por uma razão que se perde em objeto distinto de si, para compreender o incompreensível, apela-se para diversas possibilidades de resolver a vida por meios próprios à superstição. E não é casual que a astrologia, o horóscopo, a Yoga tentam se valer de fórmulas científicas ou filosóficas para aparentar racionalidade. O desespero contido em tais tentativas indica que a racionalidade técnica não é suficiente para a adaptação à vida contemporânea. Esse desespero que mostra essa insuficiência não basta como ruptura com a repetição maquinal do pensamento lógico, pois pela superstição produz-se algo que é tão ritualístico quanto este pensamento, mas pode levar à

estranheza de si mesmo e ao que se opõe, como falsa oposição, posto que na base do pensamento científico, técnico, repetitivo, também se encontra a fé de que pode-se prescindir do pensamento que busca expressar os objetos para se viver a vida, apesar das injustiças existentes que cada vez mais tornam a vida prenhe de infelicidade.

Referências

Adorno, T. W. (1997). Educación para qué? In T. W. Adorno, *Educación para la emancipación* (J. Muñoz, Trad., pp. 93-104). Madrid: Ediciones Morata. (Original publicado em 1967)

Adorno, T. W. (2015). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In *Ensaíos sobre psicologia social e psicanálise* (V. Freitas, Trad., pp. 71-135). São Paulo: UNESP. (Original publicado em 1955, com pós-escrito de 1966)

Benjamin, W. (1989). Sobre alguns temas em Baudelaire. In *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* (J. M. Barbosa & H. A. Baptista, Trad., pp. 103-149). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1939)

Freud, S. (1996). *Lo siniestro* (L. L.-B. Torres, Trad., Obras completas Tomo III, pp. 2483-2505). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1919)

Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Penguin-Companhia das Letras. (Original publicado em 1930)

Habermas, J. (1983). Técnica e ciência enquanto ideologia. In B. Horkheimer & A. Habermas, *Textos escolhidos* (Z. Loparic & A. M. A. Loparic, Trad., pp. 313-343). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1968)

Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do espírito* (P. Menezes & K. H. Effen, Trans.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1807)

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1978). *Temas básicos da sociologia* (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1956)

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *A dialética do esclarecimento* (G. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1947)

Kant, I. (1980). *Crítica da razão pura* (V. Rohden & U. B. Moosburger, Trads.). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1781)

Kant, I. (1980). *Fundamentação da metafísica dos costumes* (P. Quintela, Trad., Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1785)

Kant, I. (2004). Que significa orientar-se no pensamento? In *A paz perpétua e outros opúsculos* (A. Morão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1786)

Kant, I. (2004). Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In *A paz perpétua e outros opúsculos* (A. Morão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1784)

Marx, K. & Engels, F. (1987). *A ideologia alemã* (J. C. Bruni & M. A Nogueira, Trads.). São Paulo: Hucitec. (Original publicado em 1846)

Poe, E. (2000). *Filosofia da composição* (D. Raphael, Trad.). São Paulo: Globo. (Original publicado em 1845)

NOTAS SOBRE O ENFRENTAMENTO DO AUTORITARISMO DENTRO E FORA DA PSICOLOGIA

Antonio Euzébios Filho

O texto é um convite para uma breve reflexão sobre o autoritarismo presente dentro e fora da Psicologia, pensando também no enfrentamento deste fenômeno na sociedade e no campo da ciência e profissão psicológicas. Considerando o curto espaço para um tema tão complexo, trataremos de debates sucintos sobre temas distintos, mas correlacionados. Primeiramente, procuramos caracterizar o que entendemos por autoritarismo. Num segundo momento, tentamos elucidar algumas questões que indicam elementos de autoritarismo dentro e fora da Psicologia. Por último, esboçamos estratégias de enfrentamento do autoritarismo no campo acadêmico e social, sob um olhar das psicologias críticas.

Como introdução, procuramos elucidar algumas características comuns às psicologias críticas (compreendidas no plural). Em primeiro lugar, destacamos que a característica fundamental das psicologias críticas parte de um posicionamento por um dos “lados” da nossa sociedade (Martín-Baró, 1983, 1996), descartando a fantasia da neutralidade científica. Assim, partem do pressuposto de uma sociedade dividida em classes sociais, que cumprem funções distintas no processo de produção e reprodução do capital, ao mesmo tempo em que tomam “para si” a perspectiva da classe dominada. Nesta direção, destacamos a psicologia classista proposta por Martín-Baró (1983, 1996), que explicita uma posição ético-política radical em defesa de um projeto de sociedade oposto ao capitalismo.

Apesar de divergências teóricas que possam existir, as psicologias críticas também se caracterizam pela ruptura com o psicologismo e por estabelecer um diálogo constitutivo com outras ciências, especialmente, as ciências sociais críticas (aquelas que, igualmente, não endossam o pragmatismo, adaptacionismo e segregacionismo). Isso as afasta do individualismo metodológico, uma característica marcante da psicologia dominante (Dazinger, 2002). Nesta direção, consideramos que a Psicologia não deve perder a especificidade, mas compreender que esta especificidade vai além da especialização de uma ‘ciência do indivíduo’ (e da prática clínica tradicional, baseado no modelo médico individualista).

Para Martín-Baró (1983, 1996), Parker (2007) e Yamamoto (2007), a práxis psicológica crítica deve se caracterizar pelas contribuições que elas podem dar aos processos de mudança social. As psicologias críticas encontram-se num campo semelhante da crítica social e, assim, unem-se numa prática de enfrentamento das desigualdades sociais, considerando que este enfrentamento exige uma superação da psicologia hegemônica (Yamamoto, 2007).

Se, como afirma Martín-Baró (1983, 1996), o projeto de sociedade determina o projeto de psicologia, as psicologias críticas pressupõem, dentre outros aspectos, o enfrentamento do autoritarismo

na sociedade capitalista, mas também no interior da ciência e da profissão.

Algumas linhas sobre o autoritarismo

O autoritarismo pode ser compreendido por diferentes óticas, períodos históricos e concepções. A Psicologia Social se debruçou sobre esta temática sob várias perspectivas teóricas. Historicamente, foi dado destaque para questões relacionadas ao fascismo, por exemplo, com Reich (1933/2001). Martín-Baró (1998), em outro contexto histórico, observou os contornos psicossociais de regimes ditatoriais presentes na América Latina. E assim temos outros tantos exemplos...

Como não teremos tempo de nos aprofundar nos estudos que tratam deste conceito no campo da Psicologia, e em sua complexidade, no campo das Ciências Sociais, limitamo-nos a tratar do autoritarismo como materialização de uma prática essencialmente política, geralmente empreendida a partir do Estado capitalista.

Assim, do ponto de vista da concepção marxista de sociedade, o autoritarismo (e seus efeitos prescritos na violência, opressão e exploração) pode ser considerado como consequência “natural” do modo de sociabilidade capitalista (Urban, 2004). Ainda assim, o capitalismo comporta vários tipos de autoritarismo. Temos o tipo do capitalismo clássico: aquele que de forma alguma prescinde do controle policial e militar, mas quer evitar confrontos físicos para expandir sua dominação. É o liberalismo clássico que encontra possibilidades de desenvolvimento em momentos de “calmaria” ideológica, isto é, de controle mais ou menos seguro das ideias da classe dominante. Mas todo tipo de capitalismo é autoritário, militarizado e excludente e faz uso do Estado para isso. Neste sentido Lênin (1918) afirmou que o Estado, em última instância, caracteriza-se pela política armada. Ainda assim, o uso de classe do Estado aceita variações, por exemplo, aceitando ou não tendências de nacionalização do capital

privado (Urban, 2004), ou mesmo combinando liberalismo com o velho fascismo.

O fascismo também é uma produção do capitalismo. Porém, sabemos que ele é caracterizado como um fenômeno de massas, que combina o liberalismo econômico com um conservadorismo social, culminando com uma carga a mais de ideologia nacionalista e xenofóbica (Urban, 2004). De todo modo, consideramos que há elementos de fascismo na conjuntura atual, no Brasil e no mundo, e isto pode ser observado tanto nos resultados eleitorais quanto na atuação política de determinados segmentos dentro e fora do Estado (Urban, 2004).

Fato que, no que vem sendo denominado de neoliberalismo, podemos encontrar uma soma de diferentes elementos do autoritarismo: a combinação do uso da força policial com a ideologia dominante. Vemos, assim, traços de totalitarismo econômico liberal, que intensifica as formas de exploração e desigualdade social, podendo combinar elementos fascistas e nacionalistas, mesmo sem questionar o capital estrangeiro (desde que ele seja ocidental, como enfatizou Urban, 2004).

Para que o neoliberalismo fosse posto em prática, a burguesia teve de encontrar - após a queda do muro de Berlim e do êxito das experiências neoliberais - um terreno fértil para disseminação ideológica do seu modo de vida. Os processos de fetichização presentes no individualismo, o consumismo, a simplificação do conhecimento e banalização das expressões culturais somaram-se à intensidade das formas de exploração e extração de mais valia. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se expandiram as campanhas do poder público e privado, em parceria, que tratam de “sustentabilidade” e “cidadania” (César, 2004), quando observamos uma progressiva destruição da natureza e um aumento da distância entre ricos e pobres (Shorrocks, Davies, & Lluber, 2014). Deste modo, o capitalismo destrutivo, como previa Meszáros (1996), tomou conta, definitivamente, de todo o globo com mais ou menos intensidade.

Do autoritarismo dentro e fora da psicologia

Parafrazeando Marx, assim como a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, o projeto de sociedade dominante é responsável por determinar as estruturas teóricas, a prática profissional - e mais do isso, os compromissos políticos - da psicologia dominante. Há, portanto, de se considerar como pressuposto uma relação intrínseca entre ciência e ideologia.

Com efeito, a sociedade conservadora e autoritária criou uma psicologia igualmente conservadora e permeada pelo autoritarismo. E o desafio da psicologia crítica é entender, em primeiro lugar, a natureza desta sociedade para pensar em superar a psicologia da classe dominante.

A psicologia dominante é caracterizada por Martín-Baró (1983) pelos princípios ético-políticos (ou pela falta deles). Ao reconhecer o fato de que Wundt tenha moldado caminhos para uma ciência psicológica, Martín-Baró (1983) descreve a transição do eixo da psicologia da Europa para os EUA como um dos principais fatos históricos que remetem ao fortalecimento de uma ciência e profissão hegemônicas. Para o autor, este momento foi caracterizado pela ascensão do positivismo, que passou a hegemonizar não apenas a Psicologia, mas as Ciências Sociais.

A predominância do positivismo foi caracterizada por uma conversão da filosofia especulativa para um pragmatismo acrítico. Com o positivismo também notamos, assim como Lukács (1967), uma conversão de um humanismo para o individualismo no centro das atenções da produção científica. A busca pela verdade em troca da busca pela utilidade, a ausência de problemas substancialmente novos, já que os temas estudados passaram a se limitar às necessidades práticas do capital. Isto culmina em uma “mesquinha especialização” e um “esquecimento” da ontologia (Lukács, 1967, p. 64).

No campo da Psicologia, segundo Vigotski (1926/1999, p. 58), o positivismo transpôs o modelo das ciências naturais para a psicologia

e, com isso, revela o autor: “apaga-se radicalmente toda a diferença entre o comportamento animal e do homem. A biologia traga a sociologia e a fisiologia o faz com a psicologia.” Mas é importante ressaltar que a psicologia dominante não apresenta apenas características epistemológicas específicas. Caracteriza-se, sobretudo, por um projeto de sociedade e assim, trazem prescrições previstas na ideologia do adaptacionismo e da normatização social, como ressaltaram Martín-Baró (1983) e Parker (2007). Isto ocorre pela aplicação explícita do biologicismo ou, de maneira mais sofisticada, por meio do individualismo metodológico (Dazinger, 2002). Munido, então, de técnicas específicas, centradas no sujeito isolado, consolida-se, assim, o “giro cognitivo” da psicologia dominante, caminhando para o fortalecimento da especialidade do psicólogo, especialmente nos EUA (Dazinger, 2002).

Historicamente, a confluência de perspectivas gnosiológicas com determinados compromissos políticos, sob a ordem do capital, marca uma psicologia hegemonicamente autoritária e coloca a necessidade de um enfrentamento do autoritarismo também no interior da ciência e da profissão.

Para Martín-Baró (1983), o autoritarismo na psicologia dominante pode ser observado, por exemplo, nos primeiros projetos psicométricos, com as teorias eugenistas ou simplesmente a partir da construção de técnicas voltadas para normatização e classificação baseadas no modelo médico hegemônico, ajudando, portanto, a patologizar, todas formas de resistência ao capitalismo - seja estética, cultural, política ou propriamente econômica.

Sendo assim, Martín-Baró (1983, 1996) indica um outro caminho para a Psicologia, ao elucidar o compromisso ético-político da psicologia classista (que, como dissemos anteriormente, caracteriza-se como uma psicologia crítica). Segundo o autor, a tarefa da psicologia crítica é desideologizar a sociedade de classes a partir das ferramentas que a psicologia oferece, com a finalidade de contribuir para processos de decodificação e desnaturalização das relações de

poder e do modo de vida burguês. Chegamos, pois, ao conceito de conscientização.

Trata-se de um conceito que foi extraído de Paulo Freire (2001) por Martín-Baró (1996) com o objetivo de pensar o compromisso ético-político de uma psicologia crítica. Em o *papel do psicólogo*, Martín-Baró (1996) refere-se à conscientização como um caminho teórico-prático para romper com o projeto de sociedade inscrito na psicologia dominante e, ao mesmo tempo, busca contribuir para construção de uma práxis psicológica gerada a partir das demandas e necessidades sentidas pela classe trabalhadora. O conceito em questão revela o compromisso da Psicologia da Libertação em confluência com outras perspectivas críticas ao reconhecer que, consciente ou inconscientemente, a ciência e a profissão têm um caráter de classe, seja ele qual for. Portanto, a psicologia é produto da luta de classes e dela não pode fugir. O conceito de conscientização caminha para o enfrentamento da “questão social”, reagindo à suposta neutralidade científica (que, sabemos bem, fortalece a perspectiva hegemônica da normatização e do adaptacionismo social).

Conclusões finais: pensando a conjuntura atual a partir da psicologia crítica...

A psicologia autoritária tem uma função eminentemente prática, não apenas teórica. Por isto, combatê-la significa superar um modelo de sociedade pragmático, excludente e destrutivo.

A função prática da hegemonia positivista no campo da Psicologia revela-se de diferentes maneiras e intensidades. Este modo de fazer ciência e profissão, que contribui para uma sociedade desigual e moralmente normatizadora, vale-se de diferentes ferramentas: a formação, as práticas universitárias, a construção de técnicas e a atuação política propriamente dita, com um nível de organização que se volta, por exemplo, para disputa das entidades representativas da profissão.

As psicologias críticas também necessitam destas mesmas ferramentas, utilizando-as, porém, numa direção totalmente oposta, contribuindo para um processo de mudança social. Citamos algumas tarefas já empreendidas pelos movimentos críticos da psicologia, mas que necessitam ser constantemente fortalecidas e revistas:

1. no nível da formação, citamos a construção de currículos problematizadores da realidade, que passam por uma reflexão crítica sobre a história da Psicologia, mas também pela inserção de temas transversais para uma análise da realidade brasileira, e que prevê uma atuação profissional em diálogo com as políticas públicas e garantia de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora;

2. no nível das práticas universitárias de pesquisa e extensão, ressaltamos a construção de projetos de ação e reflexão teórica que caminham juntos, rompem com o modelo clínico tradicional e que buscam se aproximar da realidade da maioria da população brasileira. Tanto a construção de um currículo crítico, citado anteriormente, como de práticas universitárias transformadoras e engajadas socialmente visam superar aquilo que Chauí (2014) denominou de universidade operacional;

3. no campo da atuação técnica, além dela ser referenciada pelas diretrizes previstas em nossa legislação e no código de ética profissional, devem ser revistas constantemente buscando superar a classificação nosológica clássica, pautada pelo modelo médico individualista (Dazinger, 2002), apontando também para saídas coletivas e para o fortalecimento de vínculos comunitários (afetivos e políticos);

4. no campo da atuação nas entidades representativas da profissão e em associações científicas, é importante não perder de vista os princípios ético-políticos que colocaram a “esquerda” nestes espaços (Hur, 2005). Assim, sempre é fundamental se atentar à radicalidade de um programa político para a categoria de psicólogos para não cairmos nas teias do neoliberalismo e do gerenciamento do “social” (César, 2004). É necessário continuar a fortalecer as entidades para

que elas não sejam tomadas pelos setores autoritários e conservadores (como aqueles, no Brasil, que vem empreendendo o projeto da “Cura Gay” inclusive por meio da profissão). Diga-se que, para enfrentamento de pautas conservadoras e autoritárias é necessário se unir para além dos limites da institucionalidade e compor as lutas também fora do campo psicológico.

Pois bem, concluímos por aqui certos de que tocamos superficialmente em questões complexas que envolvem o autoritarismo dentro e fora da Psicologia. Seguimos, porém, refletindo sobre este tema cotidianamente: na sala de aula, nos encontros acadêmicos, na prática profissional e na política do dia a dia. Seguimos em diante, procurando aprender com a história de lutas sociais em nossa sociedade e em nossa ciência e profissão.

Referências

- Cesar, M. J. (2004). *“Empresa cidadã”: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez.
- Chauí, M. (2014). *Contra a universidade operacional. A greve de 2014*. Recuperado de http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chauí.pdf
- Dazinger, K. (2002). *Constructing the subject: historical origins of psychological research*. Cambridge: University Press.
- Freire, P (2001). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (9ª Ed). São Paulo: Paz e Terra.
- Hur, D. (2005). *Políticas da psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período de redemocratização do país*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lênin, V. I. (1918). *Estado e revolução*. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>
- Lukács, G. (1967). *A crise da filosofia burguesa* (J. C. Bruni, Trad.). São Paulo: Senzala.

- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trota.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1983). *Acción y ideología* (10ª Ed.). San Salvador: UCA Editores.
- Meszáros, I. (1996). *Produção destrutiva e estado capitalista* (G. Toscheff & M. Cipolla, Trans.). São Paulo: Ensaio.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology*. London: Pluto Press.
- Reich, W. (2001). *Psicologia das massas e do fascismo* (M. G. M. Macedo, Trad., 3ª Ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Shorrocks, A., Davies, J., & Lluberás, R. (2014). *Global Wealth report*. Recuperado de http://economics.uwo.ca/people/davies_docs/global-wealth-databook-2014-v2.pdf
- Urban, M (2004). *El viejo y la nueva derecha radical*. Barcelona: Crítica Alternativa.
- Vigotski, L. S. (1999). *Teoria e método em psicologia* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1926)
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, ‘terceiro setor’ e ‘compromisso social’: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.

ABRAPSO: UMA HISTÓRIA DE ENFRENTAMENTOS E CONTRADIÇÕES

Sueli Terezinha Ferrero Martin

Cecilia Pescatore Alves

O tema dessa mesa é fundante para as preocupações de todos que se aproximam e atuam no campo da Psicologia Social, sejam aqueles que estão chegando (jovens na idade ou no contato com a ABRAPSO), ou aqueles que puderam acompanhar e participar de parte mais longa dessa história. “ABRAPSO: uma história de enfrentamentos e contradições” nos remete a pensar esta Associação hoje, buscar as conexões com o seu passado e com o que queremos para o futuro.

Ao olharmos para nossa Associação hoje, vemos que alcançamos um vigor, uma amplitude de ação que não imaginávamos obter quando iniciamos sua constituição. Ela está organizada e ativa em todas as regiões brasileiras, com muitos núcleos em funcionamento. Isso é um aspecto muito positivo do que a ABRAPSO tem conse-

guido nos últimos anos. Mas gostaríamos de trazer algumas reflexões sobre o que pensamos ser o seu significado.

Silvia Lane (1984a), principal idealizadora da ABRAPSO, no final da década de 1970, já nos alertava para o fato de que:

todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada. (pp. 81-82)

O que significa isso? A ideia de que como todo grupo, instituição, entidade, a ABRAPSO, portanto, exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, reproduzindo ideologia. Assim, em todos os níveis, estes estão intrinsecamente ligados ao modo de produção e expressam, direta e indiretamente, as suas consequências. E, ao fazer esse encontro, em momento histórico tão difícil e assustador, precisamos olhar para a ABRAPSO e buscar captar as tensões internas de diferentes modos de pensar a humanidade, desvelar as contradições presentes em seu fazer, que deve nos ajudar a perceber qual a função histórica que ela está cumprindo neste momento: contribuir para manter, reformar ou transformar a sociedade?

Acreditamos que vivemos internamente a luta por todos esses caminhos, numa disputa de sua direção ideológica, expressando o que vemos acontecer no cenário de outras entidades, no cenário político mais amplo, nos movimentos sociais, no mundo acadêmico, etc.

Esse processo de crítica e construção de diferentes espaços de produção da Psicologia Social se deu em um contexto e conjuntura política ditatorial que, entre 1960 e 1980, em vários países latino-americanos (Venezuela, Cuba, Chile, México, Brasil, El Salvador), levou vários psicólogos a desencadear um movimento crítico, no sentido de questionar a prática da psicologia em sua relação de dependência aos modelos dos países desenvolvidos. Essa crítica visava cons-

truir uma Psicologia que levasse em consideração as particularidades nacionais e o momento histórico pelo qual passavam esses países. Além disso, esse movimento questiona o distanciamento existente entre teoria e prática.

Essa crítica, afirma Lane (1984b), culmina na França em 1968 – (sobre os pressupostos ideológicos dominantes da Psicologia Social norte-americana) que se estende para a Inglaterra como uma crítica epistêmica ao positivismo que, em nome da objetividade, perde o ser humano. Na América latina “a psicologia social oscila entre o pragmatismo norte-americano e a visão abrangente de um homem que só era compreendido filosófica e sociologicamente – ou seja, um homem abstrato” (Lane, 1984b, p. 11). Segundo a autora, isso se manifesta nos Congressos Interamericanos de Psicologia que, em 1976, em Miami, tiveram seu apogeu “com críticas mais sintetizadas e novas propostas, principalmente pelo grupo da Venezuela, que se organiza numa Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEP-SO) coexistindo com a Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO) (Lane, 1984a, p. 11).

Nesse período faziam também suas críticas os psicólogos brasileiros e buscavam caminhos para a Psicologia Social que contemplassem a nossa realidade. Em 1979 (SIP – Lima, Peru) esses movimentos emanaram “propostas concretas em bases materialista-históricas e voltadas para trabalhos comunitários, agora com participação de psicólogos peruanos, mexicanos e outros” (Lane, 1984b, p.11).

Enfatiza ainda Lane (1984b, p. 13): “Caberia à Psicologia Social recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade – apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem enquanto produtor da história.”

Esse pressuposto epistemológico fundamentou a opção pelos setores populares que ocuparam alguns espaços: creches comunitárias ou públicas, associações de moradores, trabalho com mulheres da periferia, sindicatos, movimentos populares, postos de saúde, cons-

tituindo-se, na década de 1970, como afirma Lane (1980a; 1984a), numa vertente da Psicologia Comunitária, a Psicologia Social Comunitária.

É neste contexto que vimos surgir várias iniciativas no sentido de responder aos questionamentos que se faziam à Psicologia Social e aos psicólogos preocupados com a realidade das classes populares no Brasil. Os questionamentos são retomados e explicitados durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujo tema central foi “Ciência e Educação para uma sociedade democrática”, com a realização da mesa redonda “Psicologia Social como Ação Transformadora”, apresentada por Silvia Lane, Genaro Ieno Neto e Maria Lúcia Violante. Nesta ocasião Lane questiona: “Como a Psicologia Social enquanto ciência pode ser transformadora? Que conhecimentos ela oferece à prática educativa e, conseqüentemente, à saúde e ao trabalho, tornando as ações transformadoras?” (Lane, 1980b, p. 67).

A partir desse período histórico, muito foi realizado para a construção da Psicologia Social que desse conta de pesquisar/atuar na perspectiva apontada. Neste processo vimos muitas mudanças na história da Psicologia Social brasileira: reestruturação do curso de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP; criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO); aumento considerável de publicações e eventos científicos na Área de Psicologia Social no Brasil; desenvolvimento de inúmeros projetos de intervenção comunitária, em diferentes espaços sociais, consolidando a Psicologia Social Comunitária.

Em 10 de julho de 1980, quando da formalização da ABRAPSO durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Rio de Janeiro, na ata de sua fundação consta que a ABRAPSO nasce da necessidade de se ter um espaço em que fossem considerados: (a) o aspecto psicológico do homem em relação a um contexto socioeconômico; (b) a existência da dicotomia entre o trabalho científico e a ação concreta transformadora;

(c) as deficiências da postura metodológica positivista que enquadra os pesquisadores em esquemas simplificadores que não dão conta dos fenômenos complexos (Associação Brasileira de Psicologia Social [ABRAPSO], 1980; Lane, 1980b). Estando, portanto, no campo de sua ação, a ruptura com essas formas de se pensar a produção científica e a práxis na Psicologia Social.

Sua criação foi gestada no Seminário de Psicologia Social e Problemas Urbanos, realizado em outubro de 1979, na PUC-SP. Foi nesse seminário que, pela primeira vez, um grupo de psicólogos sociais (aproximadamente cem participantes) discutiu e refletiu sobre o objeto de estudo e a atuação profissional dos cientistas sociais em geral e, particularmente, dos psicólogos.

É importante ressaltar que a criação da ABRAPSO permitiu a organização coletiva dos psicólogos sociais brasileiros, com a participação de profissionais de outras áreas, e a sistematização e publicação da sua produção científica. Com a ABRAPSO tivemos uma disseminação de eventos científicos na área, com a participação crescente de pesquisadores e profissionais, representando também a consolidação da Associação não apenas em nível nacional, mas também nas diferentes regiões do país. Além disso, surge também a Revista Psicologia & Sociedade¹ que, de 1986 até a atualidade, tornou-se o principal espaço de publicação na área.

Os desdobramentos das intensas atividades da ABRAPSO nas últimas três décadas vão além da publicação da revista. Eles são também visíveis nas publicações de anais dos encontros nacionais, regionais e locais e de coletâneas que têm sido cada vez mais frequentes nos últimos anos, garantindo a circulação dos trabalhos apresentados nos eventos da ABRAPSO. Além disso, tem sido desde o princípio um desdobramento de sua organização a manifestação pública política,

1 Antes da consolidação da revista, tivemos de 1982 a 1985 a circulação do Boletim semestral da ABRAPSO “Psicologia e Sociedade”. Em 1986 o boletim foi transformado em revista semestral.

com denúncias e apoios, tanto em lutas específicas quanto nas mais abrangentes, em defesa de uma sociedade mais justa e ao respeito aos direitos humanos. É claro que no decorrer de sua história há variações políticas importantes quanto às bandeiras a se defender. Como já citamos anteriormente, “o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia” (Lane, 1984a, p. 82). As contradições se manifestam desde sempre, da sua pré-história, no Seminário sobre Psicologia Social e Problemas Urbanos, até os dias atuais.

Para exemplificar de que modo os enfrentamentos e contradições estiveram sempre presentes na nossa história, cabe lembrar que no mesmo período em que foi realizado o Seminário (29 a 31 de outubro de 1979) ocorreu o assassinato, no dia 30, de Santo Dias da Silva, operário metalúrgico e membro da Pastoral Operária, pela Polícia Militar, durante um piquete de greve em frente à fábrica da Sylvania, em Santo Amaro (SP)². No dia 31 de outubro, último dia do nosso evento, aproximadamente 30 mil pessoas saíram às ruas de São Paulo para acompanhar o enterro e protestar contra a morte de Santo, pelo direito de associação sindical e de greve e contra a ditadura. Acompanhar ou não o enterro e as manifestações naquele dia foi, no nosso modo de ver, a primeira grande questão divergente na ABRAPSO. Após defesas e argumentações, o grupo presente se dividiu: parte dele foi para a Praça da Sé, e outra parte ficou na PUC-SP, dando continuidade às atividades do evento.

Tínhamos naquela época apenas quatro temáticas em foco: relações sociais e trabalho; abordagem psicossocial da saúde mental; a família e a socialização da criança; participação na comunidade – problemas da vida urbana e condições sociais de moradia e habitação

2 Cf: Portal Vermelho (2009). Momento Social: Santos Dias, operário morto durante greve em 79, ganha memorial em São Paulo. Recuperado de <http://www.contee.org.br/noticias/msoc/nmsoc872.asp>; Portal Memórias da Ditadura (2017). Santos Dias. Recuperado de <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/santo-dias/>

popular. Era um momento efervescente, em plena ditadura militar, vários movimentos sindicais e populares surgindo. O intenso processo de urbanização e a não priorização das questões urbanas fizeram com que as grandes cidades não tivessem infraestrutura suficiente para responder às necessidades da classe trabalhadora: creches, escolas, transporte público, saúde, etc. Essas eram as questões centrais e não é à toa que o foco do nosso primeiro encontro e de alguns seminários iniciais foi a questão urbana e a participação da população. Hoje essas questões não estão resolvidas e atualmente corremos o risco de muitos retrocessos, mas houve, nesse longo período, a implementação pelo Estado do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; do Estatuto do Idoso, em 2003; do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, creches, educação infantil, urbanização, etc. Todos esses avanços só foram possíveis porque os movimentos sociais se mobilizaram e pressionaram o Estado a assumir as suas responsabilidades.

No entanto, nas últimas décadas, com a reestruturação do capitalismo e o projeto neoliberal, com a precarização do trabalho e, portanto, da vida, nos vemos diante desses e de outros problemas cruciais para a classe trabalhadora. Além disso, a conjuntura política atual - que não é específica do Brasil, mas que aqui apresenta certas particularidades, como a crise econômica, o avanço do conservadorismo, os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e na perda de direitos trabalhistas e previdenciários - nos coloca velhos e novos desafios. São expressões da luta de classes, no campo da sociedade em geral e nas relações cotidianas.

Desde o período de seu projeto, em 1979, e de sua formalização, em 1980, a ABRAPSO assumiu diferentes papéis no decorrer da história: prevalência da militância no primeiro momento, preocupada em promover práticas e manifestações que contribuíssem com a transformação social; processo de institucionalização, com preocupações mais acadêmicas e com menos diálogo com a sociedade, com outros setores, com os movimentos sociais.

Vivemos um momento difícil, pós-impeachment da Presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 31 de agosto de 2016. Nesse período pós-Golpe, vivemos uma agudização da luta de classes, com expressões exacerbadas de ódio, preconceitos e violência contra os direitos humanos e sociais e a todas as manifestações no espectro da esquerda política.

Como estamos hoje em relação às preocupações fundantes da organização da ABRAPSO? Quanto o crescimento e o vigor de nossa Associação têm contribuído para a superação desses problemas? Quanto ela tem contribuído para potencializar esses problemas? Que tipo de prática deve ser prevalente? O espaço, a discussão e produção acadêmica ou o papel político junto a outros coletivos onde o movimento estiver? Será que não temos que revisitar e retomar a importante discussão e desdobramentos práticos que a “Crise da Relevância” da Psicologia nos trouxe? Ou retomar e repensar as preocupações iniciais da ABRAPSO, de forma atualizada ao contexto em que vivemos, que embora se assemelhe em alguns aspectos ao período da ditadura militar não pode ser comparado a ele?

Faz-se necessário enfatizar que a indignação de um grupo de psicólogos e profissionais de áreas afins, brasileiros e latino-americanos, que teciam críticas à produção de conhecimento e à atuação da Psicologia deslocada da realidade vivida possibilitou a fundação da ABRAPSO. Não foi mais uma entidade de psicologia, mas sim uma associação que congregou uma Psicologia Social - como bem nos lembra Lane (1984b) - que assume a historicidade do conhecimento e do homem, voltando seu foco teórico para a apreensão do indivíduo como um ser concreto, produto e produtor da história; enfim, como manifestação de uma totalidade histórico-social e comprometida com a realidade brasileira.

Assim, foi o caráter epistemológico - ético e político - que sustentou a fundação da ABRAPSO - ao propor um compromisso com a realidade social, na busca do saber que orienta ações psicológicas. A ABRAPSO tem reunido e incentivado a produção de um saber

sobre o homem que se dá a partir de uma relação interdisciplinar, num suporte epistemológico associado a um componente político e ético; sobretudo, de uma ética social fundamentada na noção de cidadania plena para todos, cuja validade epistêmica ocorre a partir da não neutralidade do conhecimento, da não adequação às condições de vida, da não discriminação a qualquer diferença e da clareza dos pressupostos da concepção de homem e de indivíduo que possibilite a busca para a emancipação.

A construção de um conhecimento centrado no compromisso pela emancipação exige, necessariamente, uma dimensão política. Esses pressupostos, associados ao intercâmbio dos interessados na Psicologia Social que a entidade reúne, desencadeou a concretude de posicionamentos críticos diante de fatos ocorridos na realidade brasileira que levam em seu contexto a marca da injustiça e da discriminação social.

Embora críticas tenham sido produzidas ao lugar e às práticas tradicionais da Psicologia, e tenha-se buscado a construção de teorias e práticas visando um projeto e possibilidades de intervenção significativa na realidade brasileira, estas não se instituíram, de forma significativa, na medida em que o compromisso social, no próprio interior da Psicologia e áreas afins, ainda é muitas vezes entendido como posturas de solidariedade, ou mesmo de ações partidárias e/ou religiosas.

Além disso, ressaltamos que não é porque se produz saber que este é comprometido com a realidade, assim como não é porque se trabalha com a realidade social que se busca a sua transformação em uma sociedade justa e igualitária.

Pensando a produção da Psicologia Social e os objetivos e finalidades da ABRAPSO, podemos elaborar uma revisão crítica referente à entidade no que se refere à constituição de uma ciência e de uma atuação profissional que não fragmente seu objeto de estudo (o ser humano), reduzindo-o ao uno em detrimento do múltiplo; que preserve a preocupação com a pluralidade cultural e individual

como enfrentamento da homogeneização, da afirmação do mesmo e da negação da diferença; que enfrente o distanciamento entre as exigências de produção acadêmica e a produção do saber comprometido com os movimentos sociais; e que possibilite o desvelar das contradições cotidianas vividas no interior das instituições sociais.

Contudo, vivemos atualmente uma realidade de aliados do espírito criador e crítico. E é nesse contexto que estão se definindo valores, perspectivas e saber. Ao mesmo tempo, a Psicologia, como área de conhecimento e campo de ação, incorpora um significativo potencial para contribuir com a busca de soluções para as muitas e graves demandas que emergem em nossa realidade.

Portanto, mesmo sob a aparência de algo óbvio - o compromisso da Psicologia Social com a realidade -, ao se examinar mais detidamente o quadro brasileiro, impõe-se uma tomada de posição que envolve um avanço do que está posto. Esse avanço acarreta, necessariamente, produções que contemplem dimensões ética, política e epistêmica; ética que orienta a prática de profissionais comprometidos com os ideais *abrapsonianos*. A ideia de uma ação baseada nessa ética implica em seu compromisso com a construção de uma sociedade justa e solidária, no sentido democrático. Essa talvez seja uma das formas de possibilitar o confronto do absoluto transpassado pela relação de poder na produção do saber.

Habermas (1983) afirma que a instituição é o lugar onde a unidade e a multiplicidade se constroem mutuamente, mas que este movimento tende a ser abafado na sociedade moderna e os papéis tendem a se tornar complexos de comportamentos cristalizados e estereotipados. Ao invés de permitirem o exercício profissional e relacional, tornam-se marcas, estigmas, e as pessoas passam a ser não para si e para o outro, mas para o seu papel e para sua instituição.

Estamos sendo: o aluno? O psicólogo? O pedagogo? O assistente social? O cientista social? O professor da instituição pública? O professor da instituição privada? O gestor? O pesquisador produ-

tividade? Enfim, a qual papel obedecemos? Ou, independente do papel que desempenhamos, a interlocução tem caracterizado nossas relações? Possibilitar atividades em que as pessoas, ao interagirem, possam se transformar, em detrimento do encontro em que se estabelece a verdade, em função do grau hierárquico ocupado, deve ser nossa meta.

Pensamos que é esse tipo de diálogo que é necessário ser cultivado, nos eventos e atividades da ABRAPSO, a fim de possibilitar a produção interdisciplinar; e, sobretudo, o diálogo com a comunidade, com os coletivos, com a sociedade. Em tempos difíceis como os vividos neste momento histórico, de contradições e enfrentamentos, necessitamos nos alimentar das características de militância que marcaram a fundação da ABRAPSO, a fim de que nossas atividades sejam reinventadas para o enfrentamento vivido cotidianamente em nome de uma sociedade justa e democrática.

Referências

- Associação Brasileira de Psicologia Social [ABRAPSO] (1980). *Ata de fundação* (pp. 2-9). Recuperado de http://www.ABRAPSO.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=543
- Habermas, J. (1983). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1980a). *O que é psicologia social* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1980b). A psicologia social como ação transformadora. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), *Anais I Encontro Brasileiro de Psicologia Social, 32ª Reunião Anual da SBPC* (pp. 67-71). São Paulo: ABRAPSO.
- Lane, S. T. M. (1984a). O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984b). Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

ENFRENTAMENTO DA LÓGICA PRIVATISTA NO SUS

Virginia Junqueira

Este capítulo busca expor conexões entre o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde (SUS) e o aprofundamento, desde 2007-2008, da crise econômica e financeira que se estende em escala mundial, remontando à década de 1970. Inicialmente serão abordadas, em breves linhas, algumas das circunstâncias históricas em que a crise emergiu e, em seguida, serão referidos os impactos provocados sobre a sustentação financeira do SUS. Finalmente, serão arroladas alternativas para fortalecimento financeiro do sistema público de saúde.

A assim denominada Era de Ouro (os “trinta anos gloriosos”) - período histórico que se estendeu dos anos pós-Segunda Guerra Mundial ao início da década de 1970 - apesar de se constituir como fenômeno planetário, disse respeito particularmente aos países capi-

talistas desenvolvidos, e é evocada, hoje, em contraste às posteriores décadas de crise (Hobsbawm, 1995).

O *boom* econômico, ancorado na disseminação do modelo fordista de produção, nas inovações e novidades tecnológicas, e na chamada “revolução verde”, progressivamente fez com que a força de trabalho fosse menos necessária e, por um momento, pareceu que as economias cresceriam para sempre (Hobsbawm, 1995), sem que se notassem, então, a deterioração e as perturbações provocadas nos recursos naturais e no meio ambiente.

Para Hobsbawm (1995, p. 267), essa época foi marcada por “uma espécie de casamento entre o liberalismo econômico e a democracia social”, com algum recurso ao planejamento econômico empreendido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse capitalismo “reformado” provocou a reação dos defensores do livre mercado, que ganhou terreno a partir da década de 1970.

São apontados, entre outros fenômenos relevantes dos períodos que se seguiram à década de 1970, o aumento do peso político econômico dos Estados Unidos, o desmoronamento da União Soviética, o endividamento dos Estados nacionais frente aos grandes fundos privados de aplicação financeira, a integração internacional dos mercados financeiros (Chesnais, 1996) e a tendência de dominância e imposição do capital financeiro em relação às economias dos países (Mendes, 2012), além do crescimento do desemprego e do trabalho sem vínculo formal (Harvey, 2011). O processo de expansão das grandes empresas transnacionais redesenhou a divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que deslocou a implantação das plantas industriais dos países centrais (Chesnais, 2005).

Desde 1973 houve centenas de crises financeiras no mundo (Harvey, 2011) e, na maior parte dos países, as respostas têm sido hegemonicamente a retração das funções anteriormente executadas pelos Estados, sincronicamente a uma progressiva apropriação do fundo público pelo setor privado (Mendes, 2012). Diversos autores apon-

tam para o aprofundamento das desigualdades em escala planetária, ao mesmo tempo em que a riqueza cresce (Stiglitz, 2012; Krugman, 2014; Piketty, 2014). A concentração da riqueza sobreveio em meio a reformas de Estado e à reestruturação produtiva, que se constituem como dois dos mais importantes fenômenos político-econômicos que marcaram as mudanças na relação público/privado nas últimas décadas.

Os sistemas de seguridade social da Europa Ocidental sofreram considerável recuo com relação aos direitos sociais que haviam sido conquistados na “Era de Ouro”. Os cortes orçamentários, particularmente nas décadas de 1980 e 1990, comprometeram a qualidade da prestação de serviços públicos e afetaram negativamente o acesso a todos os níveis de assistência, sobretudo quando as taxas de desemprego aumentaram.

Mladovsky et al (2012), em trabalho patrocinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), reconheceram que a crise financeira que eclodiu em 2007 teve um amplo efeito negativo – um “choque” – sobre a disponibilidade de recursos nos sistemas de saúde europeus, concomitante a um incremento da demanda por serviços de saúde. No entanto, bancos privados tiveram suas dívidas publicizadas com recursos dos fundos públicos, ao mesmo tempo em que os governos europeus decretavam medidas de austeridade fiscal.

Segundo documento da Comissão Europeia, o setor financeiro desempenhou papel principal na eclosão da crise econômica de 2007-2008, enquanto os governos e os cidadãos europeus pagaram amplamente o custo. Haveria um forte consenso na Europa, e também internacionalmente, no sentido de que o setor financeiro deveria contribuir de modo mais justo face aos custos de lidar com a crise e dada a atual sub-taxação do setor (European Commission, 2011).

Cabe ressaltar que vários países europeus, como Alemanha, Inglaterra, França, Itália e os países escandinavos - cujas redes físicas dos serviços públicos de saúde estão bem estabelecidas por terem

sido construídas e ampliadas durante décadas, e cujos quadros de pessoal, apesar das crises e das restrições orçamentárias recentes, são relativamente mais estáveis e adequados ao perfil demográfico e epidemiológico das populações - destinam mais de 70% dos recursos totais da saúde ao setor público. Ao contrário, o gasto público no setor saúde, no Brasil, é menor que o gasto privado, oscilando em torno de 47% e 53% respectivamente.

Ao reconstituir a trajetória de financiamento do SUS, é possível compreender como se chegou a esta inversão. Em outras palavras, como um sistema nacional público de saúde - conquista do Movimento da Reforma Sanitária (MRSB) - teve sua implantação marcada, desde 1988, por sucessivos descumprimentos do disposto em lei e também por forte resistência a forjar legislação que, de fato, sustente, estavelmente, as ações e serviços públicos de saúde.

Assim é que, apesar das disposições constantes do artigo 55 da Constituição Federal de 1988 determinarem que 30%, no mínimo, do orçamento da Seguridade Social seja destinado ao setor público da saúde, o Ministério da Previdência e Assistência Social repassou apenas 20,2%, em 1992 (Mendes, 2012). Em 1993, a Lei de Diretrizes Orçamentárias dispunha que 15,5% do total das contribuições deveriam ser destinadas ao SUS. No entanto, nenhum recurso foi repassado, sob a alegação da crise na Previdência.

Naquele mesmo ano foi formulada a Proposta de Emenda Constitucional n. 169 (PEC 169/1993), que buscava conferir estabilidade ao financiamento da saúde, assegurando a reserva de 30% do orçamento da Seguridade Social, acrescido de 10% das receitas advindas de impostos, respeitadas as transferências constitucionais, da União, estados e municípios. A lenta tramitação dessa PEC se prolongou até 2000, quando foi finalmente aprovada, depois de “depurada” da vinculação dos recursos da Seguridade.

Outro golpe no financiamento do SUS proveio da criação do Fundo Social de Emergência, em 1994, dispositivo que perdura até

a atualidade sob a denominação de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que continua retirando recursos das contribuições sociais da sua finalidade original. A DRU foi sucessivamente prorrogada e deve se estender até 2023, tendo seu percentual sido elevado para 30%.

Ainda em 1994, foi proposta a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), aprovado apenas em 1997, como Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Até sua interrupção, em 2007, a CPMF compunha aproximadamente apenas 30% do total das fontes de financiamento do SUS, uma vez que, concomitantemente, houve redução de outras fontes oriundas da renda e do lucro das empresas, como Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição sobre o lucro líquido (CSLL).

A Emenda Constitucional n. 29 de 13 de setembro de 2000, que estabeleceu a participação mínima de cada ente federado no financiamento das ações e serviços públicos de saúde (Lei n. 29/2000), foi finalmente regulamentada pela promulgação da Lei Complementar n. 141 de 13 de janeiro de 2012, que definiu o piso constitucional de aplicação na saúde e quais despesas podem ser qualificadas como sendo da saúde. O governo federal adiou, mais uma vez, a definição do percentual mínimo a ser investido na saúde, editando, com apoio do Congresso, lei que fixou o gasto federal em saúde em 10 % das receitas correntes líquidas, como meta a ser atingida em 2020 (Lei Complementar n. 141/12).

No entanto, a medida mais dura ainda estava por vir e foi implementada pelo governo que assumiu em seguida ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A fixação, por 20 anos, de teto dos gastos primários, entre os quais se incluem saúde, educação e assistência social, foi imposta pela Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016, promulgada em dezembro de 2016, e só terá eventual revisão dentro de 10 anos (Emenda Constitucional n.

95/16). Já o pagamento dos juros da dívida pública não foi objeto de congelamento. Vários estudos foram publicados mostrando a perda de recursos pelos setores da saúde, assistência social e educação (Fundação Getúlio Vargas [FGV], 2016; Paiva, Mesquita, Jaccoud, & Passos, 2016; Tornakia, 2016; Vieira & Benevides, 2016).

Ao mesmo tempo, a base governista no Congresso continua, no ano de 2017, votando outros projetos de lei e de emendas constitucionais que atacam, frontalmente, direitos previdenciários, sociais e trabalhistas, em uma ofensiva de extrema agressividade contra os trabalhadores e a população pobre. Todas essas medidas que avançam sobre os fundos públicos caminham no sentido de privilegiar os interesses do capital, particularmente, na sua dimensão financeirizada.

Como já mencionado, diversos estudiosos afirmam que não há o alegado “rombo” da Previdência, mas apenas o desvio de recursos da área social para garantir os mais altos juros pagos aos títulos da dívida pública (Gentil, 2017; Rezende, 2016). Os debates que levantaram questionamento da proposta de reforma da Previdência já apontaram várias alternativas no sentido de fortalecer o fundo público da Seguridade Social. Algumas delas foram discutidas na 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2015, e resumidas em documento publicado pelo Centro Brasileiro Estudos de Saúde (CEBES):

1. auditoria da dívida pública e aumento do investimento como alavanca para o crescimento econômico, reduzindo juros e não cedendo às pressões cambiais e de balanço de pagamentos;

2. reforma tributária reduzindo a tributação sobre o consumo e concentrando no patrimônio e na renda. Redistribuição das alíquotas do IR para pessoa física com faixas mais altas e aumento da faixa de isenção; redução da tributação indireta sobre o consumo; aumento da tributação sobre a acumulação; aumento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos grandes latifúndios; redução das taxas que incidem diretamente sobre o setor produtivo (Imposto

sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); fim da isenção dos lucros e dividendos e com a dedução dos juros sobre o capital próprio e alívio da carga tributária dos trabalhadores com imposto progressivo;

3. fim dos subsídios dos planos privados de saúde por meio de estratégia progressiva, instituindo um limite de valor de gastos com saúde, que podem ser dedutíveis do IR como no caso da educação; não financiar planos privados para servidores públicos com recursos públicos; proibir anulação ou perdão das dívidas dos planos com o Estado; proibir subsídios diretos aos planos e não promover incentivos aos planos privados individuais;

4. taxação das grandes fortunas e aplicação dos recursos na saúde;

5. fim da Desoneração das Receitas da União (DRU);

6. flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a contratação de trabalhadores da saúde (investindo no quadro de servidores próprios da saúde e diminuindo a contratação de Organizações Sociais);

7. investimento de 10% da Receita Corrente Bruta da União na saúde pública (Centro Brasileiro Estudos de Saúde [CEBES], 2015).

Em resumo, o que se procura demonstrar é que, mesmo em circunstâncias históricas muito desfavoráveis para os trabalhadores, há alternativas que dariam sustentação financeira à Seguridade Social. O combate à sonegação fiscal, a redução de desonerações, a cobrança de grandes devedores que procrastinam o recolhimento de impostos, entre outras medidas, aportariam recursos muito superiores ao alegado *déficit* da Previdência (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal [ANFIP] & Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2017).

No entanto, o capital busca saídas para sua própria crise retirando direitos e se apropriando do fundo público, por meio de várias estratégias, entre as quais, é preciso também ressaltar, a transferência de gestão e recursos para o setor privado que explora a saúde sob a

forma de organizações sociais (Contreiras, 2011). Medidas tomadas a pretexto da assim denominada austeridade visam, na verdade, priorizar a especulação financeira em detrimento do tão propalado equilíbrio das contas públicas e da criação de empregos. Os principais beneficiários da remuneração dos títulos da dívida pública são os bancos, os grandes investidores estrangeiros e nacionais, as seguradoras, os fundos privados de pensão e Previdência. Portanto, trata-se de desvendar os números da crise, para que a população tenha acesso a informações que esclareçam o que está, de fato, em jogo.

Referências

Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal [ANFIP] & Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE] (2017). *Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira*. Brasília: ANFIP/DIEESE. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/livro/2017/previdenciaSintese.pdf>

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde [CEBES]. (2015). *Tese do CEBES para a XV Conferência Nacional de Saúde*. Recuperado de <http://cebes.org.br/2015/04/tese-do-cebes-para-a-15a-conferencia-nacional-de-saude/>

Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital* (S. Finzi, Trad.). São Paulo: Xamã.

Chesnais, F. (Org.) (2005). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências* (R. M. Marques & P. Nakatani, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Contreiras, H. (2011). *Organizações Sociais e a gestão privada na rede municipal de saúde da cidade de São Paulo*. Mestrado profissional. Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Emenda Constitucional n. 169, 7 de julho de 1993. (1993). Altera o inciso IV do artigo 167 e o artigo 198 da Constituição Federal e prevê recursos orçamentários a nível da União, Estados e Municípios para a manutenção do Sistema Único de Saúde com o financiamento das redes públicas, filantrópicas e conveniadas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000. (2000). Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília, DF: Presidência da República.

Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

European Commission. (2011). *Proposal for a Council Directive on a common system of financial transaction tax*. Recuperado de http://ec.europa.eu/taxation_customs/taxation-financial-sector_en#fate

Fundação Getúlio Vargas [FGV]. (2016). FGV: salário mínimo seria de R\$400 se limite de gastos valesse desde 1998. *Info Money*. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2016/10/11/salario-minimo-seria-de-r-400-hoje-e-saude-pode-perder-r-743-bi-em-20-anos-2-estudos-polemicos-sobre-apec-241.htm>

Gentil, D. (2017). *Debate: reforma da Previdência, Denise Gentil* [YouTube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=flzKNjyU_5I

Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo* (J. A. Peschanki, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Hobsbawm, E. J. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 -1991* (M. Santarrita, Trad., 2ª Ed.), São Paulo: Companhia das Letras.

Krugman, P. (2014). The Rich, the Right and the facts: deconstructing the income distribution debate. *The American Prospect*. Recuperado de <http://prospect.org/article/rich-right-and-facts-deconstructing-inequality-debate>

Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012. (2012). Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Mendes, A. N. (2012). *Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado*. São Paulo: Hucitec.

Mladovsky, P., Srivastava, D., Cylus, J., Karanikolos, M., Evetovits, T., Thomson, S., & McKee, M. (2012). Health policy responses to financial crisis in Europe. In World Health Organization (WHO) & European Observatory on Health Systems and Policies, (Eds.), *Policy summary 5*. Recuperado de http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0009/170865/e96643.pdf

Paiva, A. B., Mesquita, A. C. C. S., Jaccoud, L., & Passos, L. (2016). *O novo regime fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil* (Nota Técnica n. 27). Brasília, DF: IPEA. Recuperado de https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/09/nt_27_IPEA_regime_fiscal_assistencia_social.pdf

Piketty, T. (2014) *O capital no século XXI* (M. B. Bolle, Trad.). Rio de Janeiro: Intrínseca.

Rezende, F. (2016). *Depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado* [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=hhQqwk2MFxM>

Stiglitz, J. *Desigualdade é raiz da crise, diz Stiglitz*. Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. 2012. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512298-desigualdade-e-raiz-da-crise-diz-stiglitz>

Tornakia, M. (2016). Educação perderá 24 bilhões por ano, com PEC 241, aponta estudo da Câmara dos Deputados. *Painel Acadêmico*. Recuperado de <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/7719-educacao-perdara-r-24-bilhoes-por-ano-com-pec-241-aponta-estudo-da-camara-dos-deputados>

Vieira, F. V. & Benevides, R. P. S. (2016). *Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do SUS e para a efetivação do direito à saúde no Brasil* (Nota Técnica n. 28). Brasília, DF: IPEA.

Seção II

**Pesquisas e práticas em diálogo:
Psicologia Social no entendimento
e enfrentamento de um inusitado
momento político**

PSICOLOGIA SOCIAL CONTRA O GOLPE

Luiz Carlos da Rocha

Deivis Perez

Ruchelli Stanzani Ercolano

Em 2016 a democracia brasileira sofreu um golpe. Sob o olhar atônito dos que consideravam impossível ocorrer por aqui um golpe ao estilo paraguaio, um governo legitimamente eleito foi abruptamente derrubado por uma manobra parlamentar. A deposição do governo constitucional foi preparada por massacrante campanha midiática, que levou às ruas, além de néscios, hipócritas e acumpliciados, um sem número de pessoas de boa fé levadas a fazer da Presidente e de seu partido o bode expiatório das mazelas da crise econômica e de seculares vícios da política brasileira.

Porém, os que investiram alguma esperança de que a manobra recuperasse a economia, sustasse o desemprego e moralizasse a política não tardaram a ver baldadas as expectativas que a instrumentalização política do judiciário e a manipulação midiática lhes inculcaram. Tão

logo tomado o poder, uma enxurrada de medidas profundamente antipopulares e lesivas aos interesses nacionais, acompanhada por formidável recrudescimento da violência repressiva, veio mostrar que as diferenças entre o governo legítimo e o empossado poder golpista estavam na contramão de qualquer esperança respeitável. Então, fazemos nossas as palavras de Raduan Nassar (Carta Capital, 2017), quando agraciado pelo Prêmio Camões de 2016: “O golpe está dado e não há como ficar calado”.

Mas também nossa Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) não permaneceu calada. Antes mesmo do desfecho da operação golpista, a Associação reafirmara seu compromisso com a democracia e a luta pela justiça social, e conclamara seus próximos ao debate esclarecedor e à resistência. Não poderia ser de outra maneira. Quem se perdesse em achar que a Associação Brasileira de Psicologia Social se renderia à censura covarde e à neutralidade irresponsável por certo não lhe conhece a história.

Fundada entre os que lutavam contra a ditadura militar, a ABRAPSO sempre trabalhou por uma Psicologia Social comprometida com os ideais de autonomia e empoderamento popular, absolutamente avessos aos dos golpistas. E dela e dos que lhe dão vida nos mais diversos movimentos sociais, nos organismos de implementação de políticas públicas, nas universidades que queremos públicas e para todos, e onde quer que a Psicologia Social esteja presente, corre o incentivo à iniciativa e à resistência. Disso poderíamos citar o testemunho de muitos, e agora mesmo nos passa pela lembrança as palavras firmes e a imagem querida de tantos e de tantas. Mas é a saudade e o carinho que nos leva a evocar, em nome de todos nós, a memória seminal de Sílvia Lane (1933-2006), nossa fundadora, e de Madre Cristina (1916-1997), nossa inspiradora.

De Sílvia, lembramos sobretudo o firme espírito de iniciativa tantas vezes por nós testemunhado, e registrado por Antonio Ciampa (2007), em artigo em sua homenagem, quando evocou Hanna Arendt (1906-1975) para lembrar que seu maior legado foi a sua

permanente disposição e coragem de tomar a iniciativa e de implementar movimento a algo que parecesse difícil ou mesmo impossível. De Madre Cristina, recorremos à nossa própria memória para recordar que, em 1971, nos anos de chumbo da ditadura implantada por outros golpistas, como os de hoje, quando o silêncio e a acomodação eram impostos pelas armas, ela evocava Chico Buarque para incentivar jovens estudantes de Psicologia, como nós, naqueles tempos duros, como os de agora: “é preciso que a prepotência da força seja vencida pela esperança, e quero muito que seja pela coragem de vocês, e não apesar de vocês”.

É sob essa grande inspiração que oferecemos a pequena contribuição deste artigo, cujo objetivo é exercitar recursos da Psicologia Social no exame de um dos muitos episódios do golpe. E, sobretudo, apoiar nossa práxis no entendimento crítico e no enfrentamento da dura conjuntura que o golpe parlamentar-judiciário-midiático-civil de 2016 nos impõe. Movidos por essa esperança, passamos agora a apresentar o referencial teórico-metodológico, o desenvolvimento deste breve artigo.

Sobre o referencial teórico-metodológico

O referencial aqui adotado situa-se no âmbito geral da ênfase histórico-social da Psicologia Social, em sua vertente foucaultiana. Mais especificamente, tomaremos como ferramentas teóricas duas noções apresentadas por Michel Foucault em seus estudos genealógicos. A primeira tem sua síntese na inspirada inversão do célebre aforismo de Clausewitz, e sugere que a política possa ser pensada como a continuação da guerra desenvolvida por outros meios:

se o poder é em si próprio ativação e desdobramento de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, ou em termos funcionais de reprodução das relações de produção, não deveríamos analisá-lo acima de tudo em termos de combate, de confronto e de guerra? (Foucault, 1979, p. 176)

Essa proposta adverte que poder é uma relação de força que pode impor regras e delas se utilizar, porém, por mais que pareça, nunca se submete ou se limita a elas.

A segunda tem um caráter um tanto epistemológico e propõe a instigante ideia de que a verdade, ingenuamente compreendida como uma adequada representação do real, pode ser melhor entendida como um efeito de discursos e de práticas sociais que mantêm com o real uma relação fundamental de luta e estranhamento (Foucault, 1996). Essa posição inovadora, e algo surpreendente, decorre de premissas que o filósofo extrai do pensamento nietzschiano, as quais lhe permitem contraditar Kant e, parodiando-o, postular entre a experiência e o objeto de experiência uma relação de absoluta heterogeneidade.

Em termos mais simples, a proposta é que se considere criticamente aquilo que chamamos de conhecimento como uma construção que pode se propor como verdade, pode mesmo circular e cumprir funções (efeitos) de verdade, ainda que não a seja e nunca tenha a menor condição de sê-la. Para a práxis, o convite é focar criticamente, sobretudo, os domínios de saber que detêm o poder de constituir a verdade sobre algo e resistir a tomar seus veredictos como emanados da suposta natureza de seus objetos de saber e de poder. Assim, como já sabemos, rotulações psiquiátricas revelam mais sobre a Psiquiatria que sobre seus “pacientes”. E o desenvolvimento desse *impeachment* revela mais acerca das forças golpistas que sobre “pedaladas”.

Sobre os fiscais das pedaladas

Como se sabe, a caracterização das chamadas pedaladas fiscais como crime de responsabilidade foi formalmente decisiva para o processo de *impeachment*. O artifício contábil é comum a todos os exercícios presidenciais, pelo menos desde FHC, e foi utilizado pelo menos por uma dúzia de governadores recentes, entre eles o próprio

Anastasia que, no Senado, desempenhou o papel de relator do “crime”.

Na sessão do Senado que perpetrou o impedimento de Dilma, a acusação apresentou duas únicas testemunhas, um procurador do Ministério Público (MP) e um auditor do Tribunal de Contas da União (TCU). A importância dessas testemunhas consistia em ser, o primeiro, o autor da representação que indagava sobre o possível crime ao TCU, e o outro, um auditor do órgão, destacado especialista na questão. O procurador seria desqualificado como testemunha por decisão do presidente do STF - e, no caso, da sessão - por seu vínculo militante nas manifestações de rua e mídia social da causa da rejeição das contas do governo pelo TCU. Mas, o interessante é que, ouvidos separadamente, o auditor reconheceu que foi ele próprio quem redigiu, em conjunto com o procurador, a representação formalmente apresentada à apreciação do TCU pelo Ministério Público: algo como se o promotor e o juiz trabalhassem juntos a peça acusatória contra o réu, como inutilmente buscou destacar a defesa.

Desnecessário dizer que a petição do conluio foi acolhida e por ela o governo foi questionado; entretanto, a trama não pararia aí. A Presidência apresentara suas explicações e obtivera acolhimento de dois auditores para seus argumentos, mas suas manifestações foram consideradas inconclusivas pelo chefe da Secretaria de Recursos do TCU (Serur) na qual a questão tramitava. Então, pasmem: o TCU resolveu remeter as explicações do governo à apreciação do próprio procurador, para indagar se elas esclareciam seus questionamentos. O resultado é conhecido. Dias depois, o empossado “presidente” nem tocaria na questão das pedaladas em seu pronunciamento a empresários e investidores na sede da *American Society/Council of the Americas*, em Nova York, quando defendeu a rigorosa legalidade e legitimidade do processo de *impeachment*:

Há muitíssimos meses atrás [*sic*], nós lançamos um documento chamado ‘Ponte para o Futuro’ porque verificávamos que seria

impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento”, afirmou Temer. “Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República, concluiu. (Carta Capital, 2016)

De resto, ofereceu a garantia de que tinha força no Congresso para aprovar a reforma da Previdência, a flexibilização das leis trabalhistas privilegiando o livre acordo entre empregados e empregadores, e para realizar o ajuste das contas públicas. Agora sabemos o que se deve esperar quando a ingenuidade de nossa boa fé no estado de direito se depara com a violência, por vezes insuspeita, das condutas de guerra e de produção de efeitos de verdade por uma conspiração contra uma nação.

Referências

Carta Capital. (2016, 23 de setembro). Impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. Recuperado de

<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro>

Carta Capital. (2017, 17 de fevereiro). “Não há como ficar calado”: a íntegra do discurso de Raduan Nassar. Recuperado de

<http://jornalggn.com.br/noticia/nao-ha-como-ficar-calado-a-integra-do-discurso-de-raduan-nassar-no-premio-camoos>.

Ciampa, A. C. (2007). Silvia Lane: o homem em movimento. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. spe. 2), 17-18.

Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas* (R. C. M. Machado & E. J. Morais, Trads.). Rio de Janeiro: Nau.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

CAMINHOS DA PSICOLOGIA SOCIAL: PERSPECTIVAS DE AÇÃO DIANTE DA PRIVAÇÃO DE DIREITOS

José Fernando Andrade Costa

Carlos Eduardo Mendes

Ivani Francisco de Oliveira

A contribuição social da Psicologia para América Latina. Essa foi a grande preocupação de José Ignacio Martín-Baró, psicólogo e sacerdote jesuíta, brutalmente assassinado pelo exército de El Salvador, em 1989. Sua análise arguta sobre a insuficiência da Psicologia em responder adequadamente aos problemas concretos dos povos latino-americanos inspira, cada vez mais, a edificação de um compromisso político dos profissionais de Psicologia com a efetiva transformação da sociedade.

Aos passos da história recente, as discussões acerca dos trabalhos realizados por psicólogas(os) envolvidos com os interesses das comunidades têm se expandido e, conseqüentemente, identificado novas demandas e a necessidade de novos conhecimentos e novas perspectivas de ação. Nesse sentido, o momento histórico atual enseja a reflexão crítica sobre os caminhos trilhados pela Psicologia, em especial no que concerne à Psicologia Social.

Foi nesse sentido que propusemos e coordenamos a Roda de Conversa intitulada “Caminhos da Psicologia Social: perspectivas de ação diante da privação de direitos”, durante o XIII Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em São Paulo. Tal oportunidade possibilitou reunirmo-nos com pesquisadoras(es) e estudantes interessadas(os) em apresentar e discutir experiências de pesquisa e intervenção orientadas para a construção de uma efetiva práxis, a partir de diferentes campos de atuação (trabalho, comunidade, questão racial, sistema prisional, políticas públicas, etc).

Este texto versa sobre a sistematização do diálogo resultante de tal Roda de Conversa. Trata-se, portanto, de tentar reunir aqui múltiplas vozes, fazendo um exercício de transformar uníssono em polifonia, de fazer ressoar o aprendizado derivado de um rico e proveitoso encontro. Reconhecemos que nossa síntese inevitavelmente furta a riqueza do espaço compartilhado de troca de ideias, porém, buscamos com este registro contribuir com o sentido histórico da ABRAPSO em posicionar-se criticamente contra todas as formas de opressão e autoritarismo persistentes em nossa sociedade.

Assim, resgatamos aqui, brevemente, os principais pontos levantados e refletidos pelos autores e autoras em seus respectivos campos de atuação que, de modo geral, versaram sobre diversas iniciativas e formas de resistência e enfrentamento que se desenvolvem conectadas ao seu fazer cotidiano, sempre em prol da defesa de direitos e da valorização da vida.

Sobre os trabalhos apresentados e os temas discutidos

Em nossa Roda de Conversa foram inscritos seis trabalhos, entre ensaios e relatos de pesquisa e intervenção, contando com a participação de onze autoras(es), além da participação de ouvintes-falantes, em duas sessões de apresentações e debate.

Os trabalhos versaram sobre diferentes temas. O primeiro, de Leticia Silva Santos (USJT/PUC-SP), sobre o “Significado do trabalho para profissionais de áreas produtivas da indústria automotiva do ABC paulista”, destacou a experiência da autora como psicóloga da área de Recursos Humanos em uma montadora, onde tem percebido que os trabalhadores do “chão de fábrica” vêm perdendo conquistas trabalhistas históricas, o que lhes afeta diretamente em sua estabilidade empregatícia (e em sua carreira). Por isso, a autora propõe-se a desenvolver uma pesquisa qualitativa participativa que considere o protagonismo dos próprios trabalhadores nas (re)definições do sentido do trabalho em tais circunstâncias.

Buscando dialogar metodologicamente, porém, com base na atuação com comunidades, José Fernando Andrade Costa (USP) apresentou algumas “Reflexões sobre a formação em Psicologia Social Comunitária, a partir da luta de moradores da periferia de São Paulo”. Neste trabalho, vimos uma experiência de pesquisa-ação participante na qual o pesquisador acompanha há seis anos a organização de um grupo de moradores de um bairro de São Paulo, que luta pela implantação de uma Unidade Básica de Saúde em sua região. Nessa experiência, nota-se o processo de fortalecimento comunitário (Montero, 2003) decorrente da ação dos moradores que, ao buscarem transformar suas condições de vida, transformam-se a si mesmos nesse processo. Além disso, foi enfatizado o impacto dessa experiência de pesquisa-ação para a formação crítica do pesquisador, reforçando a máxima de que “a luta é pedagógica”.

Luis Guilherme Galeão-Silva (USP) contribuiu com reflexões teóricas relativas à “(Re)organização das formas de lutas por meio da

memória coletiva”. O principal destaque se refere ao potencial transformador e de resistência contido nas narrativas. Quando o passado não é elaborado, à força ou por alienação, suas marcas permanecem e novas gerações padecem de males que desconhecem a origem. Assim, as narrativas, principalmente se estiverem articuladas aos espaços de ação política, podem propiciar a elaboração do passado e proporcionar resistências e luta por reconhecimento. Nesse sentido, entende que a elaboração do passado por meio da memória coletiva é uma via promissora para a conscientização e para evidenciar lutas por reconhecimento que visam garantir o respeito à dignidade de todos(as).

O debate sobre esses três primeiros trabalhos fez emergir considerações sobre um modo específico de fazer pesquisa e intervenção: a pesquisa-ação participante. Além disso, trouxe a categoria memória para o centro das reflexões sobre o embasamento teórico-crítico necessário ao desenvolvimento de uma efetiva práxis em Psicologia Social.

No ciclo seguinte de apresentações, esses temas foram retomados a partir de novas considerações. O quarto trabalho, coletivamente apresentado por Bruno Fiuza Birman, Jonatas Santos Ferreira, Thais Reis Santos e Thais Luana Michels Gimenez (Mackenzie), trouxe os resultados da pesquisa intitulada: “Egressos do Sistema Prisional: histórias de vulnerabilidade social”. Aqui foi enfatizada as histórias de vida de egressos do sistema prisional e a identificação tanto dos elementos que parecem ter contribuído para o encarceramento, quanto daqueles que podem ser considerados preventivos de situações de conflito com a Lei. A partir de entrevistas e análise de conteúdo, os pesquisadores(as) concluem que “as histórias de vida dos sujeitos são marcadas pela presença da vulnerabilidade social” e que ações profiláticas, nesses casos, passam pela formulação de políticas públicas que ofertem, aos egressos, oportunidades de inserção, principalmente pelo trabalho, sem com isso desconsiderar a importância central do apoio familiar para a recuperação subjetiva desses sujeitos.

Ainda na perspectiva metodológica de trabalhar com histórias de vida, Carlos Eduardo Mendes (USP) trouxe ao diálogo seu projeto de doutoramento sobre “Perspectivas de futuro de jovens negras com residência nas periferias brasileiras”. O autor ressaltou não apenas a dimensão do direito à memória como modo de enfrentamento da dominação, mas também o direito ao futuro, especialmente das jovens negras nas periferias. Vítimas de diversas formas de violência, raramente são consideradas como protagonistas das ações públicas. Frequentemente esquecidas e subjogadas em situações de grande vulnerabilidade, acabam tendo pouca ou nenhuma perspectiva de futuro. Descortinar como opera a dominação e revelar as estratégias de luta por reconhecimento é o diferencial desta pesquisa, que busca fazer ressoar as vozes dessas mulheres.

Por fim, o último trabalho foi apresentado por Tiago Corbisier Matheus (FGV), Roberth Tavanti (PUC-SP) e Lúcio Bittencourt (UFABC), intitulado: “Pesquisa-ação e as vulnerabilidades em M’Boi Mirim: juventudes, educação e cultura”. Os autores trouxeram suas reflexões sobre pesquisa-ação, enfatizando o caráter de “estrangeiridade” dos pesquisadores, e conseqüente necessidade de produção horizontal do conhecimento, além de indicarem a estratégia metodológica de construção coletiva de mapas artesanais com as pessoas da região onde se trabalha. Os pesquisadores ressaltaram a heterogeneidade da categoria vulnerabilidade, estimulando a continuidade do debate na roda de conversa.

Resultado e conclusões: pesquisa-ação participante, memória e vulnerabilidades

O resultado dessa Roda de Conversa foi um instigante debate, durante as duas sessões, no qual puderam ser identificadas algumas “perspectivas de ação” para a Psicologia Social, diante do atual cenário de ameaça e privação de direitos. De modo geral, tais contribuições versaram principalmente sobre os seguintes temas: (a) de-

envolvimento de metodologias participativas críticas em diferentes contextos, em que a Pesquisa-Ação Participante se mostra um terreno fértil; (b) o resgate da memória enquanto um direito (direito ao passado e ao futuro) e um método (de mobilização da consciência política); (c) a formulação de uma noção crítica de vulnerabilidades, no plural, capaz de abarcar a complexidade das situações de dominação e apontar novos caminhos de ação.

Quando falamos em metodologias participativas em Psicologia Social, o que exatamente estamos querendo dizer? Segundo Silvia Lane (1984, p. 18) “pesquisa-ação é por excelência a práxis científica”. Mas, será que estamos refletindo adequadamente, enquanto comunidade científica, na Psicologia Social, sobre o que entendemos por pesquisa-ação? Essa é uma pergunta muito pertinente e foi suscitada ao longo das conversas.

Diferentes contextos – como o empresarial, penitenciário, comunitário – podem permitir ou dificultar modos de pesquisar mais ou menos participativos. Além da circunscrição do ambiente, também a dimensão da abertura para a participação do outro como agente construtor da pesquisa deve ser refletida criticamente pelo pesquisador ou pesquisadora. Será que estamos de fato integrando as vozes dos outros quando os convidamos a participar de nossas pesquisas? Para saber, convém indagar sobre a relação estabelecida e refletir se há reconhecimento recíproco entre “estrangeiros” e “autóctones” quando iniciamos (e também quando publicamos!) nossas pesquisas. Compartilhar, nesse caso, é um dever ético e também uma ação política. E a pesquisa-ação participante é uma ferramenta de grande utilidade para desenvolver ações transformadoras, desde que tenhamos sempre a consciência de refletir criticamente sobre seus princípios e limites (Montero, 2006).

No caso da segunda categoria discutida, a memória, temos um tema clássico para Psicologia em geral e da Psicologia Social em particular. A perspectiva de ação que encontramos ao refletir sobre a memória remete ao que Martín-Baró (2011) afirmou ser uma das

tarefas urgentes da Psicologia Latino-americana, da Psicologia da Libertação: recuperar a memória histórica dos povos oprimidos. Avançando nesse caminho, percebemos que o combate ao esquecimento, enquanto forma de dominação, exige a afirmação da memória histórica e da memória coletiva (Schmidt & Mahfoud, 1993) como um direito humano inalienável. Mais: memória enquanto mediadora da ação e da consciência política não representa apenas um direito à elaboração crítica do passado, mas também às condições para a elaboração de um futuro melhor, pelo qual vale a pena lutar.

Circulando a memória, aprofundamos a democracia. É neste sentido que entendemos atualização da categoria “memória” no campo da Psicologia Social enquanto uma perspectiva de ação diante da privação de direitos. Seu teor crítico se inscreve na própria enunciação do direito à elaboração da história pelos povos oprimidos. Vivemos um momento de pensar formas de resistência que aproximem a elaboração do passado com a experiência do presente, para que o futuro não seja algo tenebroso, mas sim um caminho que devemos trilhar em direção à nossa própria libertação.

Por fim, a última categoria-síntese de nossa roda de conversa foi a noção plural de vulnerabilidades. Geralmente tomada no singular como “vulnerabilidade social”, acabamos tornando esvaziada de sentido essa categoria, pois perdemos a relação dialética entre dominação e resistência nela contida. É preciso expandir seu significado, aportando detalhes sobre o tipo específico de vulnerabilidade e os fatores que permitem caracterizá-la enquanto tal. Por exemplo: a vulnerabilidade decorrente da ausência ou da ação direta do Estado (vulnerabilidade institucional ou programática) difere de vulnerabilidades decorrentes de condições ambientais específicas (vulnerabilidade material) ou de situações de desproteção e risco decorrentes das relações entre indivíduos e/ou grupos (vulnerabilidade social). Assim, convém identificar corretamente o que é considerado vulnerabilidade em cada contexto e, conseqüentemente, identificar as potencialidades que se contrapõem a tal situação. Este

é o indicativo de mais uma perspectiva de ação, diante da privação de direitos.

Para encerrar este breve relato, gostaríamos de ressaltar que o objetivo dessa Roda de Conversa foi principalmente reunir pessoas comprometidas com o desenvolvimento de uma efetiva práxis transformadora. Reconhecemos os limites de tal empresa, porém sabemos também que um caminho se trilha um passo de cada vez. E que todo caminhar exige uma direção. Por isso, encerramos com as palavras de Martín-Baró, que nos instiga a ir sempre mais adiante.

Há uma grande tarefa adiante se queremos que a Psicologia latino-americana realize uma contribuição significativa para a Psicologia universal e, sobretudo, para a história de nossos povos. À luz da situação atual de opressão e fé, de repressão e solidariedade, de fatalismo e lutas, que caracteriza nossos povos, essa tarefa deve ser a de uma Psicologia da Libertação. Mas uma Psicologia da Libertação requer uma libertação prévia da Psicologia e essa libertação chegará apenas por meio de uma práxis comprometida com os sofrimentos e esperanças dos povos latino-americanos. (Martín-Baró, 2011, p. 196)

Referências

- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Martín-Baró, I. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 181-198). Campinas, SP: Alínea.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica en la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Schmidt, M. L. S. & Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4(1/2), 285-298.

PARA UMA PSICOLOGIA NÃO FASCISTA

Antonio Carlos Simonian dos Santos

Guilherme Reis

Fernando Aparecido Figueira do Nascimento

Mário Henrique da Mata Martins

Não é preciso ser triste para ser militante
(Foucault)

A proposição da Roda de Conversa “Para uma Psicologia não fascista” tem uma relação direta com o desenvolvimento dos Grupos de Estudos e Debates organizados pelo Núcleo Baixada Santista – ABRAPSO. Não se trata somente de compreender a História da Psicologia como um cenário em que se desenvolveram saberes passados. Trata-se de analisar a história do presente da Psicologia e da Psicologia Social.

A leitura e a reflexão de diversos textos que problematizam o papel da Psicologia Social em nosso cotidiano, em especial os de Martin-Baró (1997), fazem emergir um conjunto de temas relacionado com nossa práxis: o papel ético e político da ciência, a ideologia, a emancipação e o processo de subjetivação em uma sociedade transversalizada pela racionalidade de governo neoliberal.

Gergen (1973), ao propor a Psicologia Social como uma ciência histórica, se afasta da noção que atravessa o saber científico desde o século XVIII: a construção de leis universais que possibilitam prever e controlar o comportamento. O que implica, portanto, na compreensão de que os princípios do comportamento e da interação humana estão relacionados com as condições históricas (Gergen, 1973; Jacó-Vilela, Degani-Carneiro, & Oliveira, 2016). Não há dúvida que aqui estamos no cerne de uma ampla discussão sobre a ciência, seu método e seu papel na sociedade.

Durante todo o século XX, em seu movimento de autonomização, a Psicologia recebeu críticas não somente quanto à falta de sua unidade de campo, método e objeto, mas também como ciência que, em sua proximidade com as classes dominantes, buscou estratégias de normalização e a normatização dos indivíduos (Bock, 2009; Foucault, 2011; Prado-Filho, 2014).

Por sua vez, a possibilidade da constituição do sujeito psicológico, além de um acontecimento na ordem do saber e a entrada do homem como objeto das ciências, provoca ainda uma série de novas questões no campo da psicopatologia. O que é o sujeito normal? Como atribuir ao sujeito a sua verdade mais íntima? Na ordem jurídica, como indicar aquele que é responsável por seus crimes? Como classificar e identificar os fatores que predispoem o indivíduo à doença mental?

Nestes movimentos de rupturas e continuidades, propomos a reflexão sobre a elaboração de uma ciência que produza seus saberes assumindo, ou considerando, sua dimensão. Ainda que isso exija

reflexões não somente no campo metodológico, mas sobretudo em sua interface com a ação política (Arendt, 2014) e a ética.

Apresentações e discussões

As apresentações sob dois diferentes enfoques teórico-metodológicos, o materialismo dialético e a análise do discurso, inspirada na arqueologia de Foucault, abordaram trabalhos que colaboraram para a formação da Psicologia e do sujeito psicológico no Brasil.

A respeito dos discursos sobre a doença e a saúde mental no Brasil e a constituição do sujeito psicológico, nas décadas de 20 e 30 do século passado, abordou-se a relação entre o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira e o movimento higienista no país. A Psicologia, considerada como ciência propedêutica ao saber psiquiátrico higienista, contribuiria, sobretudo, com o desenvolvimento dos laboratórios e testes psicológicos e com as noções sobre o desenvolvimento infantil, com o ideal de construção de uma sociedade feliz, sadia e preparada para o trabalho. Em outras palavras, a prática da Psicologia resultante da Psicometria, sobretudo quando inserida na Liga Brasileira de Higiene Mental, teria como objetivo colocar o homem certo no lugar certo, no trabalho e na sociedade, a partir da revelação de sua verdade íntima. Ao mesmo tempo, esses saberes colaboraram com o avanço dos processos de promoção e prevenção das doenças mentais, conforme o higienismo mental da época. Neste sentido, a leitura dos textos freudianos, entre outros, a teoria do inconsciente e os textos sociais de Freud, também entraram no conjunto de saberes apropriados pela psiquiatria e pela medicina social.

O *zeitgeist* daquele início de século - com o positivismo reinante - possibilitou à elite influenciar a sociedade, desconsiderando a ideologia e privilegiando a ideia de uma ciência neutra que conduz a sociedade para o progresso, privilegiando a gestão: *non ducor, duco!* Uma racionalidade de governo sobre os corpos que articulava duas tecnologias: a disciplina e a biopolítica.

Pressionado pelo tempo, que somou o atraso no início da Roda, a duração da primeira exposição e o debate decorrente, Thiago Bloss de Araújo abordou a contribuição de Raul Briquet para a Psicologia Social, objeto do seu profundo estudo de mestrado. O autor, partindo de sua leitura marxista, evidencia o caráter da elite dos anos 30 do século passado, e endereça às angústias expressadas no debate, decorrentes da exposição anterior, uma reflexão sobre o caráter totalitário do capitalismo: o capital é o único sujeito, os indivíduos são o predicado do capital. Nesse contexto, assinala que a democracia ateniense era exercida pelos cidadãos; só eles participavam da mediação social e política, configurando o caráter excludente dessa democracia primitiva. Em seguida, abordou algumas características do pensamento original de Raul Briquet, seu estudo e a desconstrução do racismo reinante, sem, contudo, disfarçar seu próprio viés racista, o que revelava, assim, as ambiguidades do pensamento deste precursor da Psicologia Social.

Os aspectos relevados na apresentação conduziram às considerações sobre o avanço do fascismo em nossa sociedade. Durante o debate, os participantes da Roda evidenciaram o fascínio do fascismo, constatado na circulação das ideias do deputado Bolsonaro; outras, na desconsideração que ocorre nos programas sociais de inclusão (Bolsa Família), tanto em relação à pessoa atendida, que tem desconsiderada a sua condição de sujeito e é percebida apenas como usuária, quanto aos profissionais da área, que ficam limitados à sua especialidade e impedidos de compreender o indivíduo em perspectiva holística. Foram explicitados, ainda, a ampla interface entre o positivismo, inclusive na compreensão da História, o moralismo e o higienismo no Brasil, e como eles se manifestaram em um racismo do Estado implícito na construção do sujeito psicológico, bem como na construção de estratégias de promoção e prevenção fundadas na terapia moral: “conquiste a confiança do paciente e o induza a fazer o certo”.

A partir desse momento, a discussão abordou as possibilidades e dificuldades de enfrentamento do saber psicológico frente às práticas fascistas produzidas dentro do próprio campo de conhecimento. A ojeriza ao positivismo nas vertentes críticas da psicologia brasileira produziu, como consequência, uma associação direta entre este modelo de saber e o próprio fascismo. Essa associação trouxe como decorrência grave a ilusão de que um posicionamento contrário ao positivismo bastava para garantir que as práticas desenvolvidas pelos pesquisadores e profissionais do campo da Psicologia fossem anti-fascistas. Todavia, o fascismo pode se expressar em toda e qualquer vertente do saber psicológico, o que implica um reposicionamento dos profissionais do campo a respeito dessa condição.

Um exemplo claro foi o processo de classificação de pessoas fomentado pela ciência psicológica. Por mais que uma determinada pesquisa ou prática psicológica busque ser horizontal, há um abismo que separa os psicólogos e pesquisadores da Psicologia e os seus interlocutores. Quando psicólogos criam categorias nas quais as pessoas são classificadas, de acordo com critérios estabelecidos por eles mesmos, determinam uma forma de exercício de poder autoritário sobre o outro. A liberdade desses interlocutores lhes é tomada quando a eles se atribuem classificadores como *alienado*, *assujeitado*, ou mesmo *empoderado*. Embora pareçam formas válidas de denunciar ou enaltecer determinada característica dos interlocutores, elas partem de pressupostos e referenciais dos psicólogos para alcançar esse objetivo. A dominação do outro permanece, mesmo nas vertentes críticas da Psicologia, pela aplicação desse conhecimento à classificação do outro.

Frente a esse avanço sorrateiro (e por vezes gritante) do fascismo na sociedade e dentro da própria ciência psicológica, resta-nos a pergunta: o que fazer? Os participantes da Roda apresentaram múltiplas possibilidades de enfrentamento, sendo o questionamento da situação vigente e a discussão sobre a forma como têm se produzido o

conhecimento psicológico - mesmo que denominado crítico - maneiras de reverter o fluxo de pensamento que se estruturou na lógica de exercício de poder autoritário sobre o outro. É nesse sentido que um embate cotidiano frente às manifestações fascistas dessa ciência e um estudo contínuo da história do presente da Psicologia - uma história de suas práticas sob este enfoque - se fazem urgentes.

Considerações finais

O número de trabalhos inscritos nesta Roda de Conversa foi, no total, apenas três. Tal aspecto talvez tenha se dado em função da proposição que objetivava não somente discutir o passado da Psicologia e da Psicologia Social, mas, sobretudo, seu presente. No entanto, seu título, inspirado no prefácio de Foucault para o livro *Anti-Édipo*, não evidenciava de imediato esse objetivo.

Estudar a história da Psicologia e da Psicologia Social nos conduz a refletir sobre o presente de nossas práticas e de nossa sociedade. Que dominações do outro temos produzido em nosso cotidiano? Quais práticas fascistas perpetuamos em nossa produção do conhecimento psicológico? E, sobretudo, como fazer um movimento de oposição a essas práticas que promova a liberdade das pessoas, e não o seu aprisionamento dentro de nossos pressupostos psicossociais?

Os trabalhos apresentados nesta Roda remeteram diretamente a reflexões sobre a atualidade e sobre nossa práxis. Afinal, o que podemos fazer em nosso cotidiano para promover ações antifascistas? Como construir um modo de questionamento, não necessariamente psicológico, mas sobretudo humanista, que considere o lugar do outro como um lugar legítimo de saber e poder, nem acima e nem abaixo do nosso?

Nas últimas intervenções, uma autocrítica: não estamos livres de sermos autoritários, mesmo tentando construir uma posição crítica sobre os saberes psicológicos. As exposições provocaram questões nos participantes da Roda que assinalaram a importância do conhe-

cimento da história: é necessário conhecer a nossa história fascista na Psicologia para compreendermos o nosso presente em busca de uma psicologia não fascista.

Referências

- Arendt, H. (2014). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense.
- Bock, A. M. B. A. (2009). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In *Psicologia e compromisso social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Foucault, M. (2011). A Psicologia de 1850 a 1950. In *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (Coleção Ditos e Escritos I, 3a ed., pp. 133-161). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1957)
- Gergen, K. J. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26(2), 309-320.
- Jacó-Vilela, A. M., Degani-Carneiro, F., & Oliveira, D. M. (2016). A formação da Psicologia Social como campo científico no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3) 526-536.
- Martin-Baró, I. (1997). *Accion e Ideologia: Psicologia Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA.
- Prado-Filho, K. (2014). Para uma arqueologia da Psicologia (ou para pensar uma psicologia em outras bases). In N. M. F. Guareschi & S. M. Huning (Orgs.), *Foucault e a Psicologia* (pp. 81-102). Porto Alegre: EdiPUCRS.

MOVIMENTOS SOCIAIS E AUTÔNOMOS NO ENFRENTAMENTO ÀS PAUTAS AUTORITÁRIAS E À LÓGICA PRIVATISTA

Christiane Alves Abdala

Fernando Aparecido Figueira do Nascimento

Antonio Carlos Simonian dos Santos

Danielle Kepe de Souza Pinto

Rafael Lima

A ABRAPSO Regional São Paulo e seus vários núcleos têm expressado o objetivo e a necessidade de sua aproximação junto aos movimentos sociais. Isso implica sobretudo, reconhecer a dimensão política de nosso campo e a tarefa, como refere Martin-Baró (1996), de construção do “que fazer” psicológico que se comprometa com a emancipação dos povos. Como sabemos, tarefa nada simples.

Essa Psicologia da Libertação, conforme afirma Lacerda Junior (2016) ao apresentar a perspectiva de Martin-Baró sobre a práxis e a produção dos saberes psicológicos, deve alicerçar-se nos problemas reais dos povos, analisar o potencial crítico dos saberes produzidos e, sobretudo, deve conduzir a uma práxis que busca a transformação social das históricas condições de opressão.

Assim, a Roda de Conversa “Movimentos sociais e autônomos no enfrentamento às pautas autoritárias e à lógica privatista”, realizada no XIII Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO, objetivou proporcionar um espaço de diálogo entre os movimentos sociais e/ou autônomos, os pesquisadores, os(as) psicólogos(as), os psicólogos(as) sociais e demais interessados na reflexão acerca das formas de enfrentamento às pautas autoritárias e à lógica privatista.

O avanço dos projetos de um governo ilegítimo, que ataca a consolidação das políticas públicas, congelando seu financiamento, os ataques aos direitos dos trabalhadores, e a participação cada vez maior da iniciativa privada na administração pública tendem a aprofundar as desigualdades históricas de nosso país.

Mas, a lógica privatista encontra ainda braços largos no fascismo cotidiano que de alguma forma o neoliberalismo fortalece: a violência policial, como forma de controle das populações; o extermínio da população negra e periférica; a ressonância cotidiana do discurso conservador, que sustenta o racismo, a homofobia e a misoginia. Os sujeitos, ainda mais endividados, guardam com rancor o que lhes pertence e é na aquisição de objetos que encontram parâmetros para avaliação de sua vida. Mas, para além da culpabilização dos sujeitos, é importante lembrar que, em sua violência estrutural, trata-se de aspectos que sustentam os modos de produção do capitalismo.

Nesse sentido, vale destacar dois aspectos relacionados à produção de subjetividade a partir desta racionalidade: “o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais” (Sawaia, 2010, p. 104); e, “as

vítimas podem tornar-se, por força contínua da exclusão, algozes de uma sociedade que não as recebe, que não as contém, que não as respeita” (Mello, 2010, p. 142). Desta maneira, consideramos tratar-se de um importante debate em nossa atualidade, à medida que visou trazer a possibilidade de articular saberes e temáticas de diferentes campos, atores de diferentes lugares, conhecimentos e práticas de diferentes âmbitos.

Por sua vez, o Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO vem sistematicamente se aproximando, participando, compondo e discutindo junto aos movimentos sociais e/ou autônomos temas de relevância social, na tentativa de concretizar aquilo que Arendt (1958/2014) denominou “ação política”, destacando que tal ação precisa acontecer no espaço público e entre cidadãos. Mais do que cidadania, a emancipação dos povos se constrói na ação política cotidiana. Se é impossível que o psicólogo social transforme as condições sociais que enfrenta, sua compreensão sobre os processos de subjetivação, dos processos de sofrimento ético-político, e sua práxis para desideologização das injustiças sociais podem assumir importante papel. Entretanto, precisamos aprender com os movimentos sociais que cotidianamente estão na luta; precisamos, então, romper com compromissos históricos que a Psicologia assumiu em favor dos valores dos opressores.

A atuação legítima de movimentos sociais e/ou autônomos traz novas perspectivas e desafios ao cotidiano das populações e ao saber acadêmico. Com a atual crise da democracia representativa, observamos coletivos novos surgindo a cada dia, com problematizações, posicionamentos e atitudes diversas. A Psicologia Social, enquanto ciência de dobra na díade indivíduo X sociedade, não pode se abster desta realidade.

Sendo assim, para a concretização desta Roda de Conversa, além de duas pesquisas acadêmicas inscritas, foram convidados três coletivos: Mídia Ninja, Família Chegados e Coletivo Perifatividade, todos com propostas e ações relacionadas a posicionamentos críticos que

lutam contra a desigualdade social e a manipulação político-partidária, visando um real enfrentamento às pautas autoritárias e à lógica privatista crescentes em nossa sociedade.

Entre a academia e a rua: é nós!

Antes ainda de iniciarmos o relato sobre o desenvolvimento da Roda de Conversa, vale esclarecer a posição metodológica para a construção coletiva deste texto: optamos por reproduzir as anotações dos participantes e autores. Obviamente, por questões de espaço, muito não foi reproduzido.

A Roda se iniciou com a leitura da Carta de São Caetano, documento construído coletivamente pelos integrantes da ABRAPSO, que frisou seu posicionamento sobre os contextos sociais da atualidade brasileira (as ocupações, o fascismo, as Propostas de Emendas Constitucionais/PECs ilegítimas, etc). A primeira exposição abordou o conforto e os movimentos sociais, iniciando com uma proposta de vivência de apresentação do grupo. De pé a orientação: rodar – passos para o lado, para o outro, rodar, seguindo até o ponto inicial. Resultado: todos descontraídos! Em seguida, o autor apresentou o tema evidenciando a necessidade de pensar de forma diligente sobre como as atitudes arraigadas estão na origem do desconforto e demandam uma reflexão por parte dos movimentos sociais. Nos seus trabalhos como arquiteto, nos estudos na área de enfermagem, o conforto apareceu como o termo médio no contínuo que apresenta nos extremos, os excessos. Quando estamos no desconforto é necessário buscar o “conforto”.

O segundo tema abordou experiências de massa e o inconsciente em Vygotsky, com o alerta de um teor acadêmico para construir uma formulação teórica forte, voltada à realidade. O discurso amparou-se em Freud, Le Bon, eventos do início do século passado, Primeira Grande Guerra, Revolução de 1917, e as manifestações de massa, em uma exposição acelerada pelo curto espaço de tempo, e encerra-

da na ênfase da filogênese e a ontogênese, necessárias à internalização das condições sociais.

O Núcleo Baixada Santista anunciou, na sequência, o coletivo Perifatividade, que iniciou sua exposição com a leitura de uma poesia “*o fuzil de minha palavra precisa estar voltado para a verdadeira revolução...*”. A militante apresentou a proposta: trabalhar com as escolas que abrem as suas portas para as propostas elaboradas pelos integrantes do Perifatividade. Esse coletivo propõe saraus, círculos de cultura, produção de livros, cineclube, em que a revolução se inicia pela educação, mesmo na resistência de algumas instituições. Perifatividade leva também a poesia para outros espaços: espaços públicos, microfone na mão. Outro militante conta que foi abordado por PMs num bar durante um sarau, “*o bicho pegou!*”. O PM levou; o delegado liberou: esse delegado conhecia o trabalho do coletivo! *Alívio*. A apresentação se encerrou com três dos militantes cantando um rap: “*crime organizado é o Estado brasileiro ..., lutar e resistir*”.

A quarta apresentação foi do “Mídia Ninja”, coletivo de jovens e produtores culturais, que constituem a Rede Fora do Eixo, e que se resumiu como: “*somos de um movimento que surgiu da periferia do Brasil, no Norte, no Centro, fora do eixo*”. Enfrentando dificuldades, afirmaram buscar alternativas, seja a partir da relação com novas possibilidades de economias solidárias, seja na inovação e nas dinâmicas que envolvem aspectos da produção e circulação de música independente. Como diferencial, veio a ideia de morar juntos, criar casas coletivas, vinte a trinta pessoas convivendo, “*tesão e confiança*”; e transcender a música, buscando novas formas de produção e interação a partir de mídias e plataformas que visam a circulação de artistas independentes pelo Brasil. Segundo este grupo, entre 2005 e 2011, cerca de 150 coletivos circulavam em São Paulo envolvendo bandas, produzindo turnês, no formato *do it yourself*. Em 2013, surgiu a Mídia Ninja, em um funcionamento que ninguém ganha salário, o caixa é coletivo. São jovens saídos da classe média, que

lidam com tecnologia, não vêm das quebradas, mas têm conexão. São desiludidos com o que está aí: o discurso da “não política”, os erros do “petismo”, a busca de diálogo com quem não tinha o que falar. Em junho de 2013, consideram que cobriram a “parada”, descentralizaram, subverteram, pois quem ia para a mobilização, quando voltava para casa não via o que aconteceu: o encarceramento em massa, a porrada que começou “a comer”; a estratégia de mobilização mudou para ocupação. Uma nova forma de enfrentamento se delineou, e a Mídia Ninja se consolida por aí.

A última apresentação foi da ‘Família Chegados’. O militante do ‘Chegados’ convidou os participantes da Roda para aquecer com um grito repetido: “É NÓIS!”. Todos acompanharam. No relato: um grupo de amigos da Vila Margarida (São Vicente-SP), que não tinha carrinho, nem videogame, nada de escola, nem a importância dos livros. Esse grupo enxergou tarde o conhecimento e resolveu ajudar o pessoal das “quebradas” em uma procura: *“falamos com os brothers: surf, skate, que não é do nosso pesado, música na internet, o bagulho é louco”*. Em 2014, com *hip-hop, break*; um sarau!!! Rádio-feira, biblioteca comunitária, pipa – *“a gente gosta de pipa!!”* Tome: festival de pipa poética. Mas “e para colocar o arroz-feijão em casa? *“Morar junto é legal, mas não ‘tamo’ nisso, mas a gente sempre teve junto”*. Na comunidade, as mães perguntam: *“Onde vai? Para rua! Para a rua? Onde? É para a rua. Para rua! Para a biblioteca. Biblioteca? Melhorou!”* Alguém do Perifatividade interveio: é sempre assim nas quebradas. O do Chegados retrucou: *“tem muito trabalho de vocês para ‘eles’ defenderem, nós não!”*. Perifatividade respondeu: *“Vocês são da faculdade da rua: ‘bundinha de almofada’, qual é a biografia? Qual é a referência bibliográfica?”* Chegados respondeu: *“para ter uma noção do atraso: nós não ‘ocupa’ a escola porque escola é nada pra ‘nóis’. Pra que escola?”* Perifatividade respondeu: *“escola do jeito que está deforma. Minha escola foi o rap, ter é melhor que não ter”*.

O diálogo perdurou até a perda coletiva da noção do tempo, em uma conclusão de que os movimentos sociais presentes “deram uma

aula para “nóis”. Sem fronteiras nas diferenças apresentadas, considerou-se consensualmente, a necessidade de uma desconstrução do conservadorismo, por meio de trocas, compartilhamentos e aprofundamentos de diferentes saberes, advindos de diversos lugares. O desconforto, de faceta de persistência e não comodismo se apresentou como primordial para a conquista dos espaços, em que o enfrentamento às pautas autoritárias e à lógica privatista teria como sustento a luta coletiva de somatória das singularidades.

Considerações para não finalizar

Entendemos que as tensões fazem parte das discussões, principalmente nesse compartilhamento de saberes vindos de lugares tão distintos. As dificuldades na construção coletiva são evidentes e denunciam as amarras do sistema socioeconômico-político ao qual estamos submetidos, que privilegia uns em detrimento de muitos, um sistema marcado por segregações, inclusive em distinção de valor “mercadológico” de certos discursos, com pesos desiguais de formas de conhecimentos. Entretanto, enfrentar faz parte, e essa tem sido a palavra e a ação diferenciais da proposta para a transformação social com intervenção e comprometimento ético-político, visando uma sociedade mais justa.

Questões de gênero, violência policial nas periferias, ocupação dos espaços públicos e criminalização dos movimentos sociais foram alguns dos importantes pontos abordados pelos atores envolvidos nesta Roda, além da difícil articulação entre a academia, os saberes por ela produzidos e a sociedade em geral. As provocações, as tensões do encontro, os estranhamentos e as aproximações marcaram a necessidade de reflexões contínuas sobre o papel do psicólogo ou psicóloga social, não só nos movimentos sociais. Os movimentos sociais articularam-se sem a presença de profissionais da Psicologia e da Psicologia Social. Possuem vida e seu enfrentamento é cotidiano. Nas palavras da filósofa francesa “o alimento que uma coletividade

fornece à alma dos seus membros não tem equivalente em todo o universo” (Weil, 1949/2014, p. 15).

O encontro desta Roda de Conversa reforçou que não existem barreiras quando se reconhece a potência que emerge da troca de saberes; que a realidade social não exclui a academia, e que esta última deve estar à serviço da primeira. A Psicologia Social vai ao encontro dessa perspectiva, que se mostra substancial no enfrentamento das pautas emergentes, em que prevalecem a constante violação de direitos sociais.

Referências

- Arendt, H. (2014). *A condição humana*. (R. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1958)
- Lacerda, F. (2016). Insurgência, psicologia política e emancipação humana. In F. Lacerda & D. U. Hur (Orgs.), *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina* (pp. 49-63). Campinas, SP: Alínea.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Mello, S. L. (2010). A violência urbana e a exclusão dos jovens. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 131-142). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. (2010). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99-119). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Weil, S. (2016). *O enraizamento: prelúdio para uma declaração dos deveres para com o ser humano*. (J. Ferreira & J. Claudio, Trans.). Lisboa: Relógio d'água. (Original publicado em 1949)

VIOLÊNCIA DE ESTADO NA DEMOCRACIA: OPRESSÕES DE RAÇA, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Ivani Francisco de Oliveira

Elizangela André dos Santos

Clélia Rosane dos Santos Prestes

Este capítulo relata o diálogo estabelecido em duas Rodas de Conversa intituladas “Violência de Estado na Democracia: opressões de raça, gênero e orientação sexual”, ocorridas no XIII Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO-SP), que reuniu pesquisadores e estudantes interessadas/os em discutir a violência organizada e sistemática que se dirige a alvos definidos com base na raça, no gênero e na orientação sexual.

O genocídio da juventude negra, o perverso sistema prisional e socioeducativo, as violências racistas e/ou machistas, a tortura, a

violência policial e a violência de gênero são exemplos concretos e atuais dessas violências, que vêm sendo exercidas e experimentadas sem serem reconhecidas como tais. Pois, devido ao seu caráter estrutural, transformaram-se em algo normal, banal e até mesmo socialmente aceito. São violências que se expressam, também, na desigual distribuição do poder e, conseqüentemente, resultam em oportunidades desiguais, na discriminação e na injustiça social. Os trabalhos indicaram, por caminhos diferentes, a necessidade de ampliar a compreensão sobre a Violência do Estado na Democracia.

Os participantes das Rodas de Conversa trouxeram relatos de atos e condutas violentas praticadas por profissionais das áreas públicas da saúde e da segurança, particularmente contra indivíduos ou grupos desfavorecidos no que diz respeito às dimensões social e econômica. As exposições realizadas evidenciaram os limites estatais no sentido de controlar os seus agentes e impedir as agressões e discriminações nos serviços ou processos operados pelo Estado contra a pessoa ou contra coletividades, por motivo de raça ou gênero.

O Estado tem sido cada vez mais cobrado pelos movimentos sociais e levado a reconhecer as especificidades dos grupos em situação de risco. Ao mesmo tempo, os processos burocráticos têm operado uma dinâmica que desqualifica, ao não registrar de forma adequada, por exemplo, o quesito raça/cor, ou exige o 'boletim de ocorrência' como impedimento para não realizar o atendimento, inviabilizando o acesso à proteção de grupos historicamente violentados. Os procedimentos burocráticos mencionados impedem a possibilidade de verbalização do sofrimento vivido pelas pessoas desses grupos, o que, segundo Bento e Carone (2002), tem como desdobramentos o silêncio, que contribui para aumentar a exclusão dos indivíduos, e o descomprometimento do Estado e da sociedade com os segmentos populacionais em tela. A autora chamou esse processo de ausência de compromisso moral com os excluídos, que resulta na perpetuação do sofrimento.

As perspectivas de inserção no mercado de trabalho das mulheres negras fizeram parte das discussões das Rodas de Conversa, que sinalizaram a inserção dessas mulheres em posições consideradas de menor prestígio social em nosso país. Nesse sentido, a chamada análise interseccional da problemática foi apontada como potencialmente relevante, na medida em que oferece aportes teóricos e metodológicos capazes de apoiar pesquisadores, trabalhadores e ativistas sociais nos processos de identificação das desigualdade de gênero e de luta contra as situações de dominação às quais estão submetidas as mulheres negras.

Sobre os trabalhos apresentados e os temas discutidos

Nesta opção de Roda de Conversa foram inscritos doze trabalhos, contando com a participação ativa de autoras(es) e de ouvintes, em três sessões de apresentações e debate. Os trabalhos contemplaram diferentes temáticas. O primeiro, de Flávia Roberta Eugênio, especialista em Psicologia Política pela Universidade de São Paulo (USP) e mestranda em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NUTAS/PUC-SP), chamado “O atendimento aos casos de violência contra a mulher: os desafios da rede em face da violência estrutural”, descreveu a sua experiência como trabalhadora psicóloga na rede de atendimentos à mulher em situação de violência, em que percebeu que a burocracia e a exigência do boletim de ocorrência comprometem a qualidade da acolhida dessas mulheres.

Orientada por uma perspectiva feminista, Tamiris da Silva Cantares relatou o estudo “Violência contra mulheres: diretrizes políticas da Psicologia para o exercício profissional”, uma pesquisa documental cujo objetivo foi identificar e problematizar as diretrizes políticas que orientam o exercício profissional da Psicologia, referentes à violência contra as mulheres. A autora analisou os cadernos do Congresso Nacional de Psicologia entre os anos 1994 a 2013. A metodologia, ins-

pirada pelo viés materialista histórico-dialético, configurou-se pela produção interpretativa, de caráter quantitativo e qualitativo, por meio da técnica de análise de conteúdo. A análise observa a ênfase em políticas públicas e direitos humanos, apresentada nas referências técnicas para a prática profissional; e incentiva a organização coletiva para a garantia de direitos e compreensão das múltiplas dimensões da violência, considerando o diálogo com os movimentos sociais e populares e a participação política dos profissionais de Psicologia nos órgãos de controle social. Estes são passos importantes rumo à construção de uma Psicologia alinhada às demandas emergentes da realidade brasileira e coerentes com o desejo de transformação social. Ao analisar a atuação da rede de atendimento à mulher em situação de violência na cidade de São Paulo, os procedimentos adotados, os limites enfrentados e o potencial de resistência à violência contra a mulher, a autora compreendeu que a rede de atendimento é participante de uma estrutura patriarcal, que apesar de estar destinada a proteger a mulher, potencializa a violência existente e produz novas violências. A autora finalizou sua apresentação afirmando que é necessário um outro projeto de atendimento à mulher em situação de violência, pois o modelo que temos é completamente ultrapassado.

Lázaro Edson de Souza, estagiário no sistema prisional, contribuiu com os debates por intermédio da apresentação da sua pesquisa de iniciação científica, “A representação da mulher negra no mercado de trabalho: um estudo sobre a discriminação de gênero e raça”, a qual investiga os modos como a exclusão racial e de gênero são percebidos por mulheres economicamente ativas, buscando compreender os mecanismos de exclusão e como essas mulheres vivenciam a discriminação de gênero e raça. O debate sobre esses três primeiros trabalhos suscitou reflexões acerca das desigualdades de gênero e raça na sociedade brasileira e a importância da Psicologia enquanto campo de produção científica e área da prática profissional engajada na construção de sociedade justa para os homens e as mulheres.

No segundo ciclo de apresentações, as reflexões sobre a violência de Estado foram retomadas, a partir de novas considerações. O trabalho, apresentado pelo psicólogo Emiliano de Camargo David, “Saúde mental e dimensão étnico racial: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantil (CAPSi)” chama atenção para a falta de qualidade na coleta e análise do quesito raça/cor na saúde pública e para possibilidade do racismo reinventar o movimento manicomial.

Na perspectiva metodológica de trabalhar com as interseccionalidades, as pesquisadoras Chinaira Raiazac Faria Santana e Cristiane Maria da Silva apresentaram sua pesquisa sobre “Sistema prisional brasileiro: interseccionalidades à luz da Psicologia Social Crítica”. As autoras ressaltaram a importância e a necessidade do apoio oferecido pelos familiares de pessoas que se encontram aprisionadas durante a etapa de encarceramento e, de forma complementar, destacaram as dificuldades enfrentadas por mulheres grávidas, aprisionadas no sistema penitenciário nacional, particularmente no momento do parto, ocasião em que, segundo as autoras do estudo, são praticadas inúmeras violências tanto contra a mulher presa quanto contra o bebê.

Na terceira e última sessão da Roda de Conversa os trabalhos apresentaram uma belíssima diversidade de olhares e contribuições da Psicologia. A pesquisadora Flávia Roberta Busarello trouxe seu estudo de caso “O xokleng/laklânó na cidade loira: uma análise da migração forçada dos povos originários para a cidade de Blumenau a partir da Psicologia”, tendo a percepção de que a Psicologia produz pouco sobre indígenas e, quando o faz, utiliza-se da ótica da saúde mental, olhando para fenômenos como o suicídio e alcoolismo. Já seu trabalho vislumbra compreender a movimentação e interação desses sujeitos pela cidade de Blumenau/SC.

As autoras do trabalho “A visibilidade trans – travestis, transexuais e transgêneros, luta, resistência, movimentos sociais e polí-

ticas públicas”, Chinaira Raiazac Faria Santana e Cristiane Maria da Silva, afirmam perceber uma ‘genitalização’ das relações sociais, por isso a importância da “desmistificação das palavras “travesti”, “transexual”, e “transgênero” – que comumente são atreladas às óticas fetichistas, sensacionalistas e sexuadas – passando a ressignificá-las como categorias políticas de resistência e luta pelo exercício da cidadania e reivindicação de espaços de conquista como políticas públicas”.

Dialogando com a mesma perspectiva, o trabalho da autora Nathalia Sato “A construção social de gênero na trajetória de vida de pessoas travestis e transexuais no município de Santos” destaca a visão biológica da sociedade que prevê um alinhamento entre sexo, gênero prática sexual e desejo, conferindo o *status* de normalidade apenas às pessoas que possuem esse alinhamento.

Por fim, o último trabalho apresentado: “Tempestades secas: o gênero vivido à margem” foi de autoria de Franklin Costa Marques Filho, intrinsecamente comprometido com reflexões sobre as “estampagens ético-políticas expressas nos corpos e nos processos de subjetivação que o gênero é capaz de erigir na contemporaneidade”. Segundo o autor, é possível pensar em um novo tipo de realidade quando a natureza deseja outra natureza.

Resultados e conclusões

As Rodas de Conversa problematizaram o quadro desfavorável quanto à expectativa de vida de mulheres negras, comparativamente menor que a de mulheres brancas; e o reduzido acesso das pessoas negras, em particular as mulheres, às políticas públicas básicas, como os serviços de saúde e o saneamento. Analisando as reflexões desenvolvidas em torno das discussões realizadas, nota-se cada vez mais uma apresentação de destaque político e social das questões relacionadas à violência de Estado na Democracia e suas opressões de raça, gênero e orientação sexual na sociedade brasileira.

O contexto político no País indica que a discussão sobre as relações raciais e de gênero, ou mesmo as políticas de Estado, antes integradas ao Ministério das Mulheres e Igualdade Racial, foram absorvidas pelo Ministério da Justiça no ano de 2016, conforme a Medida Provisória nº 726/2016 do atual governo, e contam com evidente desprestígio.

Os riscos da falta de visibilidade são o da continuidade ininterrupta das desigualdades descrita por Lima, Rios e França (2013):

As mulheres, em seu conjunto, tiveram a maior taxa de crescimento nas faixas superiores de escolaridade, sendo que as mulheres negras acompanharam esse perfil de crescimento feminino. Entretanto, ao se observar os valores atingidos pelas negras em 2009, nota-se que só agora estas atingiram, nas faixas mais elevadas, valores próximos àqueles que as brancas tinham em 1995. As desvantagens das mulheres negras em relação às brancas eram tão elevadas no ponto de partida, que, mesmo tendo um bom crescimento ao longo do período considerado, elas ainda se mantêm bem longe de se assemelhar ao perfil das mulheres brancas ocupadas e mais escolarizadas. (p. 62)

As rodas de conversas problematizaram o quadro desfavorável das mulheres negras, desde a expectativa de vida ainda menor que as mulheres brancas, sem acesso às políticas básicas, aos serviços de saúde, saneamento, entre outras. A abordagem interseccional foi percebida como capaz de estimular estudos e/ou produções acadêmicas, nas quais homens e mulheres sejam protagonistas, levando-se em consideração as suas especificidades, sem ignorar a realidade vivida por grande parte desta população com menos acesso a bens e reduzida garantia de acesso às melhores oportunidades de trabalho com apropriada remuneração (Marcondes et al., 2013).

Referências

Bento, M. A. S. & Carone, I. (Orgs.). (2002). *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lima, M., Rios, F. & França, D. (2013). Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In M. M. Marcondes, L. Pinheiro, C. Queiroz, A. C. Querino & D. Valverde (Orgs.), *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (pp. 53-80). Brasília, DF: IPEA.

Marcondes, M. M., Pinheiro, L. Queiroz, C., Querino, A. C., & Valverde, D. (Orgs.). (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, DF: IPEA.

A LÓGICA PRIVATISTA NA EDUCAÇÃO E SAÚDE: ENFRENTAMENTOS À VIOLÊNCIA NA ESCOLA, AO CAPITALISMO ACADÊMICO E AO DESMONTE DO SUS

Cláudia Regina Campos Rodrigues

Débora Cristina Fonseca

Eduardo Pinto e Silva

Luciana Nogueira Fioroni

Priscila Carla Cardoso

Stephanie Carolin Santos Almeida

Discutimos, alicerçados nas sínteses de três Rodas de Conversa coordenadas pelo Núcleo Nordeste Paulista, a lógica privatista na Educação e Saúde. A perspectiva gerencialista constitui e reproduz uma racionalidade voltada a metas e desempenhos, típica das insti-

tuições privadas. A perspectiva privatista intenta naturalizar sua racionalidade instrumental, sob a justificativa dos termos “eficiência” e “eficácia”. E se expande na educação pública e no Sistema Único de Saúde, mas não sem embates e enfrentamentos.

Foram três as Rodas de Conversa que se articularam em torno da crítica à lógica privatista: “Práticas e pesquisas com jovens em situação de violência”, proposta por Débora Cristina Fonseca e Priscila Carla Cardoso; “Adesão e resistência ao capitalismo acadêmico: atores e práticas”, proposta por Eduardo Pinto e Silva e Stephanie Carolin Santos Almeida; e “O SUS na berlinda: reações e resistências ao desmonte”, proposta por Luciana Nogueira Fioroni e Cláudia Regina Campos Rodrigues.

Consideramos os efeitos deletérios à formação humana nas instituições educacionais, à saúde do trabalhador e ao SUS. A perspectiva privatista-gerencialista se objetiva no interjogo de distintos atores, numa dialética entre apropriações e objetivações. Conforme apontam Berger e Luckman (1978), processos de interiorização e exteriorização implicam em contradições entre identidades subjetivamente apropriadas e socialmente atribuídas.

É na realidade social e nas situações do cotidiano institucional que se engendram uma série de posições, contraposições e contradições. E, inevitavelmente, enfrentamentos do ser social, ético e político. Embates ocorrem fundamentalmente no plano das práticas sociais e no plano das discussões teóricas de diferentes perspectivas epistemológicas (Sawaia, 1995).

Enfocamos enfrentamentos à violência na escola e ao capitalismo acadêmico e tecemos breves considerações aos enfrentamentos existentes na saúde e desmonte do SUS.

As múltiplas formas da violência na educação

A violência apresenta diferentes facetas e formas de expressão: institucional, econômica, cultural, social, ideológica, simbólica

etc. Se faz presente no trabalho, na vida institucional e nos interstícios do cotidiano. E também nas práticas sociais da Educação e da Saúde.

Conforme aponta o clássico estudo de Arendt (1994), nas origens das diversas formas de violência está o totalitarismo, elemento balizador das práticas autoritárias que se recrudesce em contextos nos quais o valor mercantil sobrepuja o humano de forma mais intensa. Ou seja, em contextos como o do Brasil atual, no qual a perspectiva privada se intensifica, a violência se naturaliza e se apresenta como a única possível para lidar com a escassez dos recursos públicos. A construção ideológica do ajuste e do contingenciamento de recursos materializa-se na política que retira direitos e busca se legitimar por meio do retorno a termos dos tempos de exceção em que se designava adolescentes e jovens das camadas pobres como “menores” e se concebia a universidade não como instituição formadora, com função social, mas sim como instrumento de uma política excludente e concentradora de riqueza.

A violência, portanto, é exercida historicamente na sociedade, persiste, insiste. Ora se abranda, mais à frente se recrudesce. Num ir e vir no qual se objetiva, no institucional e fora dele, a violência extra e intramuros, como indicam Zaluar e Leal (2001).

A violência na universidade se expressa no institucional e no ser social. No plano institucional, consolida-se no capitalismo acadêmico que forja a criação de acadêmicos que atuam como capitalistas, em um processo no qual a política educacional superior se apresenta como *sub-set* (subproduto) da política econômica no contexto da reprodução e mundialização do capital, sob hegemonia da esfera financeira (Slaughter & Leslie, 2001). Já no plano do ser social, observa-se no ambiente universitário o desgaste de si, da identidade intelectual e da saúde da pessoa (Bernardo, 2014). Nas escolas, a violência assume dimensões concreto-punitivas, mescladas a aspectos ideológicos e a visões arraigadas e preconceituosas sobre a pobreza (Sposito, 2001).

A Roda de Conversa “Práticas e pesquisa com jovens em situação de violência” tratou diretamente da dimensão da violência e debateu a questão das situações de vida e sociais de jovens do Ensino Médio. Mas não seria exagero apontar que tal problemática se faz presente na universidade e na Saúde, temas das outras rodas que focaram o capitalismo acadêmico (Bernardo, 2014; Slaughter & Leslie, 2001) e o desmonte do SUS. Nas três situações há a ingerência da perspectiva privatista e gerencialista que ameaça os preceitos éticos, políticos e epistemológicos (Sawaia, 1995) pautados pelo ideal de transformação social.

Juventude e violência: uma crítica à concepção menorista

A Roda de Conversa que teve como objetivo promover o debate sobre práticas e pesquisas com jovens em situação de violência partiu da compreensão da relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como elemento balizador das medidas socioeducativas dirigidas aos jovens. Abordou impasses e constrangimentos de seus elementos basilares frente ao neoconservadorismo que ganha corpo na sociedade brasileira. Apontou como necessária a defesa do ECA e a contraposição aos agentes sociais conservadores que julgam que os direitos humanos são, em verdade, privilégios oferecidos aos bandidos e delinquentes, o que tende a estigmatizar a condição do jovem vulnerável aos processos de exclusão e violência. Indicou a urgência de debates com pesquisadores, profissionais, professores, estudantes e instituições que analisem as políticas públicas voltadas a este segmento da população brasileira. Temas como redução da menoridade penal e medidas socioeducativas devem ser considerados sob o *mister* da defesa dos direitos sociais e humanos, constituídos nos avanços e recuos na sociedade brasileira.

Foram debatidas pesquisas e práticas relacionadas à juventude em situação de violência e/ou vulnerabilidade social. A diversidade dos trabalhos apresentados enriqueceu a discussão. Os relatos de pesqui-

sas abarcaram trajetórias escolares de adolescentes protagonistas de violência e análise dos processos judiciais de adolescentes autores de atos infracionais. Já os relatos de práticas versaram sobre experiências dentro de diversas instituições, como Fundação CASA, abrigos, escolas e Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

A pesquisa “Trajetória de Alunos Protagonistas de Violência”, realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (Fonseca, Silva, & Salles, 2014), abordou trajetórias escolares de adolescentes autores de atos infracionais marcadas pelo dito “fracasso escolar”. Os registros de processos judiciais aplicados aos adolescentes em conflito com a Lei indicam violências presentes nas ações de proteção social do Estado, especificamente no Sistema de Garantia de Direitos de crianças em situação de violência intrafamiliar. Os trabalhos apresentaram pontos em comum em relação à reprodução da concepção minorista em detrimento à doutrina da Proteção Integral em ambientes diversificados (Poder Judiciário, escolas, equipamentos que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos). Indicou-se a incipiência da consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, no seio da lógica privatista - cuja faceta paradigmática pôde ser identificada na discussão da Roda de Conversa sobre o capitalismo acadêmico -, constitui um desafio para sociedade brasileira e para os atores sociais pautados pela perspectiva ético-política.

As limitações em torno da proteção social da criança vítima de violência e do adolescente autor de ato infracional foram apontadas pelos participantes do debate. Por extensão, foram pontuadas as implicações nefastas da visão hegemônica na efetivação de políticas públicas voltadas aos jovens advindos de segmentos mais vulneráveis. Tais políticas, sob a influência do viés hegemônico, impedem o que exigem, tal como se aponta na discussão da educação superior (Machado, 2007). No caso dos jovens, há a manutenção de práticas excludentes dentro de instituições (escola; poder judiciário) que deveriam trabalhar para sua superação.

Os relatos de experiências e pesquisas ainda incluíram: o debate de um Programa de Atendimento Materno Infantil (PAMI), destinado ao atendimento de adolescentes grávidas do Estado de São Paulo; um processo musicoterápico com adolescentes residentes em abrigo em São Paulo, que objetiva resgatar a autoestima e autonomia, trabalhar a integração e inter-relação grupal e proporcionar formas saudáveis de lidar com conflitos; um projeto de educação não-formal com adolescentes acompanhados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS); e, por fim, pesquisa que teve por objetivo investigar os sentidos de educação e de escola construídos por jovens e adolescentes que cumpriam medida socioeducativa.

O foco do debate foi o desafio de construções de práticas que contribuam para o caminho da plena implementação do ECA, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e da regulamentação do atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Na Roda foi apontado que, apesar da adversidade do contexto político e das formas de gestão privatistas, o compromisso ético-político da Psicologia Social, a ação concreta dos atores e a avaliação crítica dos retrocessos presentes na atual situação do país podem favorecer contrapontos ao recrudescimento conservador. Além disso, que a lógica instrumental se expressa na reprodução, ainda que sob contradições, da concepção menorista de culpabilização da condição social de pobreza, assim como na renitente criminalização da infância e juventude.

O capitalismo acadêmico e suas nefastas implicações

A violência na universidade, sob auspícios do poder, da ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007), da naturalização do produtivismo acadêmico e da transformação do conhecimento em saber com função produtiva e valor mercantil (Slaughter & Leslie, 2001), possui contornos tão mais sutis quanto insidiosos do que aqueles vivencia-

dos pelos jovens e a violência do social e do institucional que sobre eles recai - e também por meio deles se (re)produz - notadamente sob a égide da visão minorista nas escolas e poder judiciário.

No debate da Roda de Conversa “Adesão e resistência ao capitalismo acadêmico: atores e práticas”, procurou-se compreender as formas de adesão e resistência à mercantilização da universidade e do conhecimento, e discutiu-se pesquisa e dados sobre pós-graduação e seus impactos em discentes. Concluiu-se que a universidade pública no Brasil apresenta um processo de reconfiguração de sua identidade e de suas práticas. Se, por um lado há jovens excluídos da escola e da vida social digna, como os considerados na Roda anteriormente comentada, de outro, verificam-se novas formas de acesso de jovens, antes alijados da Educação Superior, com ampliação de cursos e matrículas. No entanto, também se materializam novas formas de gestão e de avaliação do trabalho, produção e ensino; práticas e valores gerencialistas adentram o espaço público e universitário e nele se naturalizam (Gaulejac, 2007). A ideologia gerencialista, fundamentada numa perspectiva funcionalista e pragmática, implica na mercantilização e privatização das práticas e saberes universitários, e forja professores e alunos que se adaptam a uma insana busca por metas e índices de produtividade como um fim em si mesmo.

A adesão aos valores da eficácia e eficiência implica em desgaste de alunos e professores (Bernardo, 2014), reprodução da sociabilidade produtiva e da política que, dada suas injunções paradoxais, quase impede aquilo que exige (Machado, 2007), de forma a se distanciar do ideal de transformação social e da constituição do conhecimento como elemento de reflexão e crítica da realidade social e da própria estrutura institucional universitária. Mas, essa adesão forjada pelo produtivismo acadêmico, pela mercantilização da instituição pública ou pelo que podemos denominar como capitalismo acadêmico, engendra também movimentos de resistência, como é exemplo notório a própria discussão da Roda em pauta. Estudantes participan-

tes do debate apontaram a relevância do movimento estudantil que protagoniza práticas e críticas ao capitalismo acadêmico. Portanto, eis de novo o jovem, ora considerado não como objeto da violência, mas sim como sujeito ativo e histórico.

A comunicação da pesquisa de Carolina Cássia Conceição Abílio, relativa a Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Presbiteriana Mackenzie)¹, deu início ao debate. Nela se considerou as percepções e vivências na pós-graduação e seus impactos psicológicos. O crescimento de 2004 a 2009 de 35,9% de cursos de mestrado e de 34,4% de cursos de doutorado engendrou uma realidade da pós-graduação que é estressante para o aluno, por conta de diversos fatores como: falta de tempo e remuneração; demandas do curso; supervisão do professor orientador. Tais fatores estressantes têm impacto na saúde e no desempenho desses alunos, comprometendo sua formação pessoal e profissional. A baixa remuneração do estudante, sob forma de bolsas de estudos, e o tempo curto para atender várias demandas, assim como a dinâmica de *public or perish*, foram considerados como os principais empecilhos do trajeto discente na pós-graduação. Esses foram alguns dos impasses e contradições da pós-graduação apontados na Roda.

O SUS na berlinda: reações e resistências ao desmonte

A proposta considerou a atual conjuntura política e econômica condizente à lógica do capital e do mercado. O Sistema Único de Saúde foi defendido, enquanto direito universal, e foram indicadas formas de construção de alternativas justas de produção da vida em sociedade. Os impasses e contradições desse processo foram abordados nesta Roda de Conversa realizada, na ocasião do evento, juntamente com a Roda de Conversa “Práxis da Psicologia Social na

1 Abílio, C. C. C. (mimeo). Percepções e vivências na pós-graduação: impactos psicológicos. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Saúde Coletiva e no contexto atual do SUS”, proposta pelo Núcleo Cuesta (vide outro relato). Em contextos políticos adversos, reiteram-se os desafios da promoção da saúde, do cuidado de base territorial e do trabalho interdisciplinar em contraposição ao saber biomédico hegemônico. Foram relatados sete trabalhos nas Rodas de Conversa, sendo quatro pesquisas, três experiências, uma extensão e duas vivências profissionais.

Considerações finais

Conclui-se que as discussões sobre a adesão e enfrentamento aos ditames privatistas necessita ser realizada sob uma pluralidade de perspectivas epistemológicas que preservem a diversidade da visão dos atores e de suas respectivas posições e contraposições. A troca de visões entre os campos acadêmico, da prática profissional e dos movimentos sociais enriquece o debate. O formato Roda de Conversa supera a lógica persistente do academicismo que, cada vez mais sujeito às influências da racionalidade instrumental e produtiva, privatista e gerencialista - cujo signo máximo é o capitalismo acadêmico (Slaughter & Leslie, 2001), tende a arrefecer debates em prol de exposições sedentas por certificações.

Consideramos necessário intensificar as possibilidades de enfrentamento da lógica privatista nos campos da Educação e da Saúde pública. Esse enfrentamento deve se pautar pela defesa incólume da necessidade da prevalência da formação humana (ética, política e socialmente compromissada) e pela promoção e prevenção da saúde, em contraposição aos fundamentos ideológicos, pragmáticos e funcionalistas da gestão. Caso não possamos compreender as contradições entre a adesão de atores à lógica da gestão - como doença social (Gaulejac, 2007) - e as críticas dos que a ela se contrapõem, os princípios que regem a perspectiva privatista tenderão a criar impasses à formação humana e à saúde do ser social. Psicólogos, docentes, alunos e cidadãos de forma geral, ao se lançarem no debate plural

e democrático, podem refletir sobre o cotidiano e neles atuar num sentido social e transformador, fundado na ética (Sawaia, 1995). E, assim, lutar para que os princípios mercantis não se sobreponham aos preceitos humanos e sociais, ameaçados de desefetivação.

Referências

Arendt, H. (1994). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Berger, P. L. & Luckmann, T. (1978). *A construção da realidade social: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bernardo, M. H. (2014). Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 129-139.

Fonseca, D. C., Silva, J. M. A. P., & Salles, L. M. F. (2014). Contradições do processo de disciplinamento escolar: os “Livros de Ocorrências” em análise. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 18(1), 35-43.

Gauléjac, V. (2007). *A gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Idéias & Letras.

Machado, A. M. N. (2007). Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira. *Universidade e Sociedade*, 39, 137-149.

Sawaia, B. B. (1995). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas verdades da Psicologia Social* (pp. 45-53). São Paulo: Brasiliense.

Slaughter, S. & Leslie, L. L. (2001). Expanding and elaborating the concept of academic Capitalism. *Organization*, 8(2), 154-161.

Sposito, M. P. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 87-103.

Zaluar, A. & Leal, M. C. (2001). Violência extra e intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45), 89-107.

PRÁXIS DA PSICOLOGIA SOCIAL NA SAÚDE COLETIVA E NO CONTEXTO ATUAL DO SUS: REFLEXÕES DE UMA RODA DE CONVERSA

Jéssica Rodrigues Rosa

Nicelle Juliana de Paula Sartor

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição Federal de 1988, complementada pelas Leis Orgânicas n. 8.080/90 e n. 8.142/90 e diversas outras que as seguiram, é fruto de intensa luta dos trabalhadores e de diversos outros segmentos da sociedade que buscam a concretização de uma política de saúde pública visando à universalização do acesso, integralidade da atenção e equidade no cuidado. Junto com essa luta temos também a Reforma Psiquiátrica, que conquistou avanços nas políticas públicas, nas práticas cotidianas e na garantia de direitos das pessoas com transtornos mentais. A elaboração dessa política amparou-se

em diversas experiências exitosas pelo mundo, pautadas por discussões e princípios como, por exemplo, a Declaração de Caracas, que determinou que “a atenção psiquiátrica convencional não permite alcançar os objetivos compatíveis com uma atenção comunitária, descentralizada, participativa, integral, contínua e preventiva” (Organização Mundial da Saúde [OMS], 1990, p. 1).

No Brasil das últimas décadas, tivemos uma ampliação da inserção de trabalhadores da Psicologia e de outras áreas na Saúde Coletiva, principalmente na Atenção Básica e na Rede Psicossocial de Saúde Mental, com atuação de equipes multiprofissionais. Fundamental para esta inserção foi a criação da Rede de Atenção Psicossocial, por meio da Portaria n. 3.088/2011, cuja finalidade é a articulação entre os serviços voltados ao atendimento de pessoas em sofrimento psíquico, e que prevê a inserção de equipes multiprofissionais no cuidado a essa população, dentre eles, o profissional de psicologia (Portaria n. 3.088/2011).

No entanto, estamos atualmente em processo de desmonte das políticas públicas brasileiras, em especial no campo da saúde. Com frequência, as fragilidades atuais do Sistema Único de Saúde são usadas como argumento para a proposição de políticas que rompem com os princípios fundamentais do SUS e colocam em risco os modelos democráticos e emancipatórios de cuidado.

Neste artigo, pretendemos discutir algumas destas questões, trabalhadas também na roda de conversa “Práxis da Psicologia Social na Saúde Coletiva e no contexto atual do SUS”, realizada no XIII Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO. A roda foi realizada em duas sessões, no terceiro dia do encontro, e coordenada por membros do núcleo Cuesta, juntamente com a roda “O SUS na berlinda: reações e resistência ao desmonte”, coordenada por membros do núcleo Nordeste Paulista. Este trabalho tem como objetivo retomar e ampliar algumas das discussões e reflexões realizadas nessa ocasião.

Ao elaborarmos a proposta da roda, determinamos como seu principal objetivo o compartilhamento de experiências teórico-práticas desenvolvidas na Saúde Coletiva, de modo a possibilitar reflexões a respeito dos rumos da Saúde Pública no Brasil e das contribuições da Psicologia Social para esta temática. Concordamos com Feuerwerker (2005, p. 492) quando diz que é dentro da Saúde Coletiva que são postas em movimento as ideias legadas pela reforma sanitária, “cabendo aos intelectuais e militantes desse campo a formulação de proposições que ajudem o SUS a se aproximar de seus princípios, num jogo complexo, em que existe uma tensão permanente entre saúde como direito do cidadão e saúde como mercadoria”. Consideramos também que a Psicologia deve se afastar de sua vocação histórica de instrumento de manutenção das estruturas sociais desiguais, papel que desconsiderou a realidade de grande parte da população e que levou, e ainda leva, muitos psicólogos a “distorções teóricas, a práticas descontextualizadas e etnocêntricas, e a uma psicologização dos problemas sociais, na medida em que não são capacitados para perceber as especificidades culturais dos sujeitos” (Dimenstein, 2001, p. 59).

Sete trabalhos foram apresentados nas sessões da roda de conversa: quatro relatos de pesquisas em andamento, três de experiências, um relato associado a projeto de extensão e dois de vivências profissionais.

As discussões apontaram alguns elementos fundamentais para a análise do contexto atual do SUS, tais como os poucos recursos financeiros, sua distribuição e gerenciamento. Somente no ano 2000 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 29, que prevê o repasse de percentuais mínimos da receita para a saúde e vincula valores para as três esferas governamentais, de extrema importância para garantia de recursos do SUS (Emenda Constitucional n. 29/2000). Entretanto, no último ano tivemos a criação da Proposta de Emenda Constitucional-PEC 241/16, que sugere o congelamento dos gastos voltados à saúde e educação por 20 anos (Sindicato Nacional dos

Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES], 2016), o que reduz drasticamente os recursos de custeio do SUS e afeta, progressivamente, todo o atendimento em saúde pública de milhões de brasileiros. Contra essa propositura, tivemos diversas manifestações que demonstraram a contrariedade da população em geral com a possível aprovação desta PEC, que não tem como objetivo garantir a melhoria da prestação dos serviços de saúde.

Outro momento importante das discussões foi relacionado à precarização do trabalho, em relação às condições gerais e contratuais, destacando-se diversas formas de terceirização da atividade laboral que estão ocorrendo no Brasil com as propostas de emendas constitucionais orientadas para o desmonte do sistema nacional seguridade social. Mais recentemente, vivenciamos a proposta de alteração da Previdência Social e das leis trabalhistas que, além de ampliar o tempo de contribuição dos trabalhadores, desvincular a aposentadoria do salário mínimo, facilitar terceirizações e outras propostas, coloca todos os trabalhadores em vulnerabilidade na relação com os empregadores, minando direitos e condenando os trabalhadores a uma exploração ainda mais desumana perante o capital. Diante dessa situação, tivemos no dia 28 de abril deste ano um chamado das centrais sindicais para uma Greve Geral em repúdio a essas propostas, ao qual obteve a adesão de diversos segmentos da sociedade, com paralisação total ou parcial dos serviços e ocupação de espaços públicos, em uma demonstração clara da insatisfação e mobilização de luta para garantia dos direitos desta e das gerações futuras.

Por outro lado, apesar das dificuldades, vários relatos apresentados nas sessões da roda mostraram a riqueza e potencialidade das políticas públicas desenvolvidas na Saúde. Como exemplo, apontamos um dos trabalhos que examinou o cotidiano e as vivências de pessoas moradoras de Residências Terapêuticas. O Serviço Residencial Terapêutico (SRT) é um equipamento previsto na Política Nacional de Saúde Mental para pessoas com longo tempo de internação em hospitais psiquiátricos que tenham perdido a vinculação familiar. A

criação das residências, junto a outros serviços, como o Programa de Volta Para Casa, tem auxiliado na diminuição de leitos psiquiátricos nas últimas décadas: entre os anos de 2003 a 2005, a estimativa é de que foram reduzidos 6.227 leitos, e de que existam hoje cerca de 357 residências terapêuticas em funcionamento, com aproximadamente 2.850 moradores (Ministério da Saúde, 2005).

No entanto, muitos questionamentos têm sido feitos, nos últimos anos, sobre o funcionamento das residências, suas possibilidades no cuidado ao usuário e produção de subjetividade *versus* a reprodução de práticas asilares. Pesquisas com moradores dessas instituições são valiosas na medida em que permitem um olhar mais qualificado e uma melhor compreensão sobre o cotidiano desses indivíduos e, conseqüentemente, sobre a função das residências terapêuticas na assistência a esta população.

Apesar da grande heterogeneidade de temas, objetivos e métodos de pesquisa dos trabalhos apresentados na Roda de Conversa, buscamos promover a interlocução entre as diferentes experiências apresentadas pelos participantes. Outra pesquisa apresentada em nossa roda, relacionada ao desenvolvimento de ações de Saúde Mental na Estratégia de Saúde da Família, com busca ativa de pessoas em sofrimento psíquico, trouxe à tona uma discussão sobre as potencialidades da assistência no campo da Saúde Mental e de ações na extensão universitária.

Ao mesmo tempo, alguns dos trabalhos trouxeram também a necessidade de aprofundamento das reflexões no que se refere a aspectos ainda pouco discutidos na área da saúde pública, como o protagonismo de usuários do SUS, a violência obstétrica, entre outros.

Considerações finais

Como conclusão das discussões, destacamos a urgência de reações contra o desmonte do SUS, principalmente por meio do fortalecimento coletivo dos trabalhadores e dos seus usuários. Além disso,

é preciso incentivar o controle social dessa política, por meio dos conselhos municipais e outros, diante da gravidade dos reflexos do sucateamento do SUS para a saúde da população e da importância da memória das lutas pela construção do Sistema para os movimentos de resistência.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Brasília (DF): Presidência da República.

Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 57-63. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Emenda Constitucional – PEC n. 241, de 15 de junho de 2006. (2006). Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000. (2000). Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília, DF: Presidência da República.

Feuerwerker, L. (2001). Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18), 489-506. Recuperado de <http://www.scielo.org/pdf/icse/v9n18/a03v9n18.pdf>

Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Ministério da Saúde. (2005). Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In Secretaria de Atenção à Saúde & Coordenação Geral de Saúde Mental (Orgs.), *Conferência regional de reforma dos serviços de saúde mental: 15 anos depois de Caracas*. Brasília, DF: OPAS.

Organização Mundial da Saúde [OMS]. (1990). *Declaração de Caracas*. Caracas: Organização Panamericana de Saúde.

Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. (2011). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES]. (2016). *PEC 241/16 congela gastos públicos por 20 anos para pagar dívida pública*. Recuperado de <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8190>

JUVENTUDES: PRÁTICAS CULTURAIS, POLÍTICAS E PARTICIPATIVAS

Roberth Miniguine Tavanti

Elisa Harumi Musha

Diferentes disciplinas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas como, por exemplo, a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Políticas (Abramo, 1997; Sposito, 2009), a Educação (Dayrell & Carrano, 2002; Scheivar & Cordeiro, 2007) e a Psicologia Social (Takeiti, 2014; Zanella, Groff, Silva, Mattos, Furtado, & Assis, 2013) dedicam-se aos estudos e pesquisas que tematizam as juventudes¹ na contemporaneidade, assim como discutem articulações entre juventudes e políticas públicas (Abreu, 2010; Frezza, Maraschin, & Santos,

1 A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. Enfatizamos aqui a noção de *juventudes*, no plural, privilegiando a diversidade dos modos de ser jovem existentes, assim como enfatizando a necessidade de articular a noção de juventude à de sujeito inserido em determinado contexto social e histórico (Dayrell & Carrano, 2002, p. 4).

2009), atividades artístico-culturais (Bin, 2009; Nascimento, 2006; Weller, 2011), e trajetórias e/ou modos de vida de jovens nas cidades (Maia, 2014; Takeuti, 2010; Tommasi, 2013).

A discussão da pesquisa, de autoria de Livia de Tommasi (2013), objetivou indagar as manifestações culturais que acontecem nas periferias de três regiões metropolitanas: Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Neste caso, nos dedicamos aos seguintes aspectos: (a) quantos dos grupos-coletivos identificados pela autora atuam nas periferias da cidade de São Paulo? (b) quais deles contam com a participação de jovens como protagonistas? e, (c) existem conexões entre as manifestações culturais e o seu entorno geográfico, simbólico e político?

Sobre as duas primeiras questões, a autora nos revelou um caminho, em particular, ao destacar a Agenda Cultural da Periferia² como sendo, desde 2007, um dos principais instrumentos de visibilidade, promoção e divulgação das mais diversas iniciativas associadas às atividades artístico-culturais que estão localizadas nas periferias da metrópole paulista. Levando em conta a terceira questão, optamos por abordá-la de modo ilustrativo, por meio de um dos trechos do artigo: “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político” (Tommasi, 2013, p. 29),

os artistas periféricos paulistas se contrapõem a esse padrão dominante quando apelam para um reconhecimento territorial e político (o “ser da periferia”) e não estético. Todo mundo tem direito a se expressar, a pegar o microfone na frente de um público e declarar sua poesia, não importa se “bela” ou “feia” ... Dessa forma,

2 A Agenda Cultural da Periferia é produzida pelo Espaço de Cultura e Mobilização Social da ONG Ação Educativa; ela é organizada em cinco sessões: literatura, *hip hop*, cinema e vídeo, samba, teatro. Necessário dizer que, além dela, existem outros fatores que contribuem para a efervescência cultural da periferia da capital, uma delas é o VAI (Programa para Valorização das Iniciativas Culturais), um fundo de apoio instituído por uma lei municipal, e um terceiro fator estaria relacionado às iniciativas dos próprios artistas periféricos – poetas e escritores – que produzem, colocam no mercado e vendem seus livros, organizam saraus e outros eventos para difundir suas obras (Tommasi, 2013).

os moradores das periferias afirmam seu direito a fazer arte, sair da invisibilidade e da criminalização e se afirmar enquanto produtores de arte. A postura política se expressa no conteúdo veiculado nas letras, na vontade de se expressar e falar da própria condição de vida. Para alguns, sobretudo os mais jovens, é também a expressão da vontade de fugir ao destino: nem bandido nem mão de obra barata, e sim artistas.

Interessante notar que, na maioria das vezes, as atividades de caráter artístico-culturais identificadas na zona Sul da cidade de São Paulo estão articuladas às ações coletivas ou às reivindicações sociais. Isto é, “fugindo das formas tradicionais de participação política (os partidos, os sindicatos, os movimentos estudantis), os artistas da periferia - em sua maioria jovens - expressariam através do corpo, da performance, da palavra, do traço, suas questões, demandas, denúncias” (Tommasi, 2013, p. 13).

Metodologia

Neste item procuramos destacar a importância da “Roda de Conversa” como uma metodologia de trabalho que objetiva facilitar a troca de conhecimentos e experiências entre os diferentes participantes - estudantes, pesquisadores, profissionais e militantes - das sessões realizadas durante o evento. Em outras palavras, tal estratégia de trabalho nos possibilitou construir um debate horizontalizado e democrático sobre os temas em questão, o que por sua vez nos serviu como um interessante recurso ético-político para o desenvolvimento de reflexões compartilhadas.

De acordo com Bernardes, Santos e Silva (2015) e Spink (2004), as rodas de conversa têm como objetivo subverter alguns ordenamentos da ciência hegemônica; funcionam, desse modo, como estratégia metodológica apoiada na radicalização da construção de uma ciência democrática, que busca desmistificar a falácia da neutralidade; assumem, uma postura anti- essencialista e contextualizada –

histórica e culturalmente localizada; e trazem para a roda as diversas dimensões que circulam sobre as temáticas em foco no debate.

Em suma, assim como os Círculos de Cultura, propostos pelo educador Paulo Freire no contexto da alfabetização de jovens e adultos (Freire, 1967) como uma ação cultural para a libertação e autonomia das pessoas, as “Rodas de Conversa” possibilitaram o estabelecimento de relações afetivas, horizontais, cooperativas e solidárias entre os diferentes integrantes – participantes – dos dois grupos que acompanhamos nas sessões propostas neste evento.

Destacamos, na sequência, informações básicas dos trabalhos apresentados nas duas sessões de Rodas de Conversa, pois tais conteúdos nos serviram de suporte para o posterior debate coletivo:

1ª Sessão: dia 13 de novembro de 2016

Título: A voz dos muros: os sentidos da arte do grafite para o jovem do Vale do Paraíba

Síntese: A partir dos dados obtidos no trabalho de pesquisa para a conclusão de curso de graduação em Psicologia, percebeu-se que, por meio da experiência do grafite, os jovens se reconhecem e são reconhecidos, se engajam, resistem e criam espaços - como os de lazer e de trabalho - revelando-se como uma prática essencialmente contra-hegemônica.

2ª Sessão: dia 14 de novembro de 2016

Título: Juventude vulnerável: atividades com alunos de ensino médio em uma escola pública

Síntese: A ação proposta para a diretoria e coordenação da E.E. Herculano de Freitas, localizada no Jardim Nakamura - M' Boi Mirim, São Paulo, consiste em realizar seis atividades com alunos entre 15 e 18 anos, do período noturno, que são considerados “problemáticos” pelos professores e pela direção, do ponto de vista da disciplina comportamental. É um trabalho que visa discutir ações em uma

escola de ensino médio da rede pública estadual, tendo em vista o combate à vulnerabilidade social na qual esse equipamento público de educação se encontra localizado.

Título: O desenvolvimento da aprendizagem de jovens em privação de liberdade: o currículo em questão.

Síntese: O trabalho objetiva discutir a superação de uma concepção de ensino-aprendizagem para a do desenvolvimento da aprendizagem sob a ótica da teoria de Vigotski (1996); coloca em pauta a discussão sobre o currículo escolar ministrado na Fundação Casa, bem como os projetos de apoio que visam garantir o acesso dos alunos aos conteúdos escolares do ensino regular. É proposta nesta pesquisa uma reflexão sobre até que ponto o sistema socioeducativo tem se preocupado com a aprendizagem efetiva dos jovens em privação de liberdade, levando em consideração possíveis defasagens escolares, considerando-os como sujeitos de direitos e protagonistas de suas trajetórias sócio- históricas.

Título: Produção de jovens de projetos sociais em Heliópolis – SP

Síntese: O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado em andamento com jovens moradores de Heliópolis-São Paulo, que mais especificamente fazem parte da União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS). Por meio de levantamento bibliográfico de obras da Psicologia Sócio-Histórica e entrevistas semi-estruturadas com os/as jovens, a pesquisa buscou analisar as afetações na configuração da subjetividade, projeto de vida e cotidiano, promovidas pela participação de jovens em projetos sociais financiados por empresas privadas.

Título: A leitura de jovens comuns como forma de resistência e engajamento

Síntese: O fenômeno literário ocorre, como toda experiência estética, no espaço potencial localizado no campo intermediário entre mundo interno e mundo externo e parte das oscilações entre o “eu” e o “objeto”, de forma que não é determinado nem apenas pela

psicologia do sujeito, nem apenas pelo conteúdo da obra, mas pela interação entre ambos. Assim, a pesquisa em andamento buscará conhecer possíveis formas de apropriação da literatura de massa, que contrariem seu potencial ideológico e abram caminho para a reflexão e construção de novos significados e sentidos na vida psíquica e social dos indivíduos.

Reflexões e encaminhamentos

Ao longo das discussões foram desenvolvidas reflexões e apontamentos sobre os distintos processos de segregação, marginalização, vulnerabilização e estigmatização relacionados a determinados segmentos da população como, por exemplo, adolescentes e/ou jovens moradores das periferias dos grandes centros urbanos. No tocante aos processos de vulnerabilização, destacam-se categorias ou nomeações distintas relacionadas às práticas de intervenção nos campos educacional e socioassistencial, que ora tratam os contextos como vulneráveis (contexto escolar e comunitário), ora acabam por rotular, ou mesmo, estigmatizar segmentos específicos – adolescentes vulneráveis ou jovens vulneráveis. Como exemplo desta rotulação ou estigmatização, ressaltamos uns dos trabalhos que teve como objetivo refletir sobre a categoria – “alunos problemáticos”. Neste ponto, o grupo trouxe uma argumentação em direção aos efeitos de tal estigma na produção cotidiana do contexto escolar e suas implicações nas relações entre alunos e alunos, alunos e professores, alunos e comunidade escolar, alunos e família.

A partir do trabalho “A voz dos muros: os sentidos da arte do grafite para o jovem do Vale do Paraíba”, foi possível identificarmos elementos para o desenvolvimento de um debate com foco na arte como ação política, decorrentes, neste caso, das práticas culturais protagonizadas por jovens envolvidos com a cultura hip hop. Refletimos ainda: (a) sobre os processos de criminalização e descriminalização das expressões artísticas relacionadas à cultura hip hop; e, (b)

sobre a importância das narrativas para os métodos de pesquisa em Psicologia Social, especialmente, quando associadas à construção de modos emancipatórios para os sujeitos envolvidos.

No segundo dia, contamos com a participação do movimento social formado pela militância da União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), localizada em Heliópolis. Entende-se por movimento social as ações coletivas de caráter social, político e cultural, construídas por atores de diferentes classes e camadas sociais. Historicamente, observa-se que eles têm contribuído para a organização e conscientização de indivíduos e grupos da sociedade civil, pois apresentam um conjunto de demandas, via práticas de pressão e mobilização, contínuas ao longo do tempo.

O debate nesta sessão girou em torno da explicitação dos diferentes contextos em que estão envolvidos os jovens moradores da região - projetos sociais, escolas, medidas socioeducativas em meio aberto - com ênfase nas possibilidades de enfrentamento e resistência vinculadas às ações educativas e culturais. Vale notar que as atividades propostas não se espelham apenas nas grandes teorias (ou pedagogias tradicionais), mas buscam estabelecer conexões entre as teorias “acadêmicas” e os saberes populares disponíveis aos grupos e organizações sociais com forte protagonismo dos jovens.

Refletimos que essa iniciativa, baseada no compartilhamento de saberes e práticas educativas e culturais, em muito contribuiria para uma melhor qualificação das pesquisas, estudos e trabalhos comunitários desenvolvidos nos espaços acadêmicos tradicionais, em especial em Psicologia Social, compreendendo-se, desse modo, a importância das lutas e o resgate da memória social presente nas ações dos movimentos sociais, especialmente, nas regiões periféricas das cidades.

Algumas das experiências relatadas pelos participantes da UNAS nos oferecem exemplos de que os movimentos sociais se organizam a partir da identificação de pautas comuns e construção de estra-

tégias coletivas, tanto na questão das ações cotidianas, quanto nos diferentes processos do pensar, educar e organização de formas de mobilização, enfrentamento e resistência.

Por fim, identificamos dois encaminhamentos ao longo das sessões em debate: (a) a importância do debate multidisciplinar sobre as temáticas relacionadas às juventudes em suas práticas participativas, culturais e políticas; e, (b) que devemos buscar, permanentemente, conexões com os diferentes movimentos sociais nos eventos e ações desenvolvidas pela ABRAPSO-SP. Isto porque verificamos um salto de qualidade tanto no debate acadêmico acerca da práxis em Psicologia Social, quanto na construção de estratégias propositivas frente aos problemas sociais e políticos contemporâneos.

Referências

Abramo, H. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), 25-36.

Abreu, J. (2010). *Cultura e política: o caso do Programa “VAI” em São Paulo (2004-2008)*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Bernardes, C. E., Santos R. G. A., & Silva, L. B. (2015). A roda de conversa como dispositivo ético-político na pesquisa social. In C. E. Lang, J. S. Bernardes, M. T. A. Ribeiro, & S. V. Zanotti (Orgs.), *Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas* (pp. 13-34). Maceió, AL: EDUFAL.

Bin, M. A. (2009). *As redes de escritura nas periferias de São Paulo: a palavra como manifestação de cidadania*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Dayrell, J. & Carrano, P. C. R. (2002). *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Recuperado de http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Frezza, M., Maraschin, C., & Santos, N. S. (2009). Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 313-323.

Maia, H. (2014). *Grupos, redes e manifestações: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nascimento, E. (2006). *Literatura marginal: os escritos da periferia entram em cena*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Scheivar, E. & Cordeiro, D. (2007). Juventude em “risco social”? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas Públicas dirigidas aos jovens. In Universidade do Estado do Rio de Janeiro, *Anais de comunicações científicas, IV Seminário Internacional as redes de conhecimentos e a tecnologia: práticas educativas, cotidiano e cultura*. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/estela/juventudeemriscosocial.pdf>

Spink, M. J. (Org.). (1999), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Sposito, M. P. (2009). *Estado da arte sobre a juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

Takeiti, B. (2014). *Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

Takeuti, N. (2010). Refazendo a margem pela arte e política. *Nômadias*, 32(1), 13-25.

Tommasi, L. (2013). Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política & Sociedade*, 23(2), 11-34.

Vigotski, L. S. (1996). *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Weller, W. (2011). *Minha voz é tudo que tenho: manifestações juvenis em Berlim e São Paulo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Zanella, A. V., Groff, A. R., Silva, D. O. B., Mattos, L. K., Furtado, J. R., & Assis, N. (2013). Jovens, juventude e políticas públicas: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). *Estudos de Psicologia*, 18(2), 327-333.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES E ENFRENTAMENTOS

Maria Cristina Dancham Simões

Cecília Pescatore Alves

Cristiane Moreira Cobra

William Joseph Gomes de Oliveira

A roda de conversa oferecida pelo Núcleo Vale do Paraíba da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), realizada sob o título “Políticas Educacionais na contemporaneidade: reflexões e enfrentamentos”, buscou refletir sobre formas de enfrentamento às políticas educacionais hegemônicas e naturalizadas, considerando-as não como direcionadas aos interesses públicos, mas antes com características mercantis da cultura hegemônica e, especialmente, com mecanismos de segregação e exclusão. A constituição da sequência de apresentação dos trabalhos encami-

nhados à roda foi pensada em dois encontros: o primeiro foi destinado às reflexões acerca da escola enquanto instituição; no segundo, o debate centrou-se na formação do professor.

Considerando a instituição escolar do ponto de vista histórico, e compreendendo-a tanto como espaço físico quanto relacional de constituição de subjetividades e expressão de conflitos, é possível remeter-se à ideia, tomada como ponto de partida da roda de conversa, de que o projeto de educação, tecido ao longo da história brasileira, tem sustentado as instituições educativas como mediadoras de políticas que priorizam a colonização em detrimento de possibilidades emancipatórias.

Contemplou-se, a partir da exposição de Alves e Cobra (2016), a reflexão sobre as políticas educacionais e as possibilidades de emancipação, evidenciando o descaso por parte do poder público em tal esfera. Recorrendo à trajetória histórica, retomada desde o período jesuítico até os dias atuais, demonstra-se como as estratégias governamentais de desenvolvimento, diretamente relacionadas aos meios de comunicação de massa, às agências internacionais e ao mercado econômico alimentam fins extrínsecos à formação. As rupturas e dificuldades da inserção e implementação das políticas nas escolas abrem margem ao surgimento de outras propostas com vistas à lógica do capital, como por exemplo, a insistência na noção de desenvolvimento de habilidades e competências no processo de escolarização.

A historicidade explorada pelas autoras é entendida como um dos elementos que constituem o posicionamento da ABRAPSO ao longo de sua trajetória, o que permitiu reconhecer, a partir de uma perspectiva crítica, que, no que diz respeito às considerações possíveis dentro da Psicologia Social sobre a Educação, apesar de alguns avanços, as políticas brasileiras são ainda insuficientes e desarticuladas, e não possibilitam identidades em emancipação.

Na continuidade da reflexão, na “roda de conversa” destaca-se, na apresentação de Oliveira e Alves (2016), que a historicidade de avanços e retrocessos da educação é expressa na escola atual a partir

de elementos da ideologia ali materializada, por meio de práticas de segregação sócio espacial. Mas também, nesse contexto, busca-se compreender as práticas de apropriação espacial como possibilidades de relações comunitárias.

Recorrendo a elementos constituintes da paisagem escolar, em pesquisa realizada pelos autores, as grades constituíram signos da contradição, ao mesmo tempo indicando elemento de proteção contra a violência urbana externa e aprisionamento dos sujeitos, impedindo a apropriação social do espaço. Na compreensão realizada, destaca-se a funcionalidade pré-estabelecida do espaço, o que impediria sua apropriação para práticas e relações comunitárias, reduzindo-o a um espaço de manutenção da ordem do sistema produtivo e de construção de subjetividades submissas e passivas. Ainda assim, as possibilidades de emancipação e de constituição de práticas comunitárias emergiram no discurso, quase sob uma perspectiva onírica, porém, apontam para a resistência dos indivíduos.

O segundo encontro foi dedicado à compreensão da formação de professores, entendida tanto como expressão das referidas políticas, mas também como possibilidade de emancipação. Terra e Novaes (2016) apresentaram uma compreensão da representação de professores sobre estudantes de baixa renda. A discussão foi fundamentada em pesquisa realizada pelas autoras sobre as representações que professores de um curso de Serviço Social de uma faculdade privada do centro de São Paulo construíram sobre os estudantes de baixa renda.

Adotando a perspectiva psicossocial da teoria das representações sociais, a compreensão das representações de professores pode oferecer elementos para a reflexão das práticas educativas no contexto de cursos universitários. Esta proposição contribuiu para a roda de conversa com um debate acerca das representações que professores podem construir sobre os estudantes de baixa renda. As temáticas identificadas pela pesquisa, e analisadas no evento, circulam, sobretudo, em dois eixos de representação não excludentes: um concentra discursos que rechaçam o termo “baixa renda” como qualificado-

ra dos estudantes; o outro identifica os estudantes como usuários do serviço social. Essas representações guiam as práticas docentes e podem ser compreendidas como alimentadoras de profecias autor-realizadoras. A contribuição da proposição para a roda de conversa estabeleceu-se na sua inclusão como elemento para a reflexão das práticas educativas, no contexto de cursos universitários.

Dando continuidade à reflexão sobre a educação universitária e formação de professores, Simões (2016a) introduz ao debate a problematização dos conteúdos de projetos pedagógicos de cursos de licenciatura para atuação no ensino básico brasileiro. Ao examinar aspectos da formação de professores pelo cotejamento dos projetos pedagógicos e das diretrizes curriculares nacionais, orientou-se pela teoria crítica, particularmente com fundamento nos conceitos de formação e autonomia, conforme Adorno (2003). Identificou-se possíveis tendências que levam ao abreviamento dos estudos propostos e ao esvaziamento dos significados de conceitos e termos; uma postura fetichizada em relação a um desempenho eficiente, possivelmente alinhada às imposições e à adaptação da Indústria Cultural, o que indica haver fins outros do que a promoção do sujeito vivo e da vida humana digna, não obstante sejam proclamados constantemente em sua defesa. No material da pesquisa realizada (Simões, 2016b), identificou-se que são raros os conteúdos que manifestam uma preocupação explícita e coerente com a consciência crítica dos futuros professores.

O modelo educacional vigente na maior parte do mundo é uma construção relativamente recente da história da humanidade, tendo surgido na Idade Moderna, por volta dos séculos XVII e XVIII. A noção de uma instituição específica com o objetivo de fornecer educação à população começou a ser difundida, e posteriormente popularizada, a partir da revolução industrial. Como bem coloca Michel Foucault (1987), a escola surgiu como um espaço de poder disciplinar, que visava moldar e limitar a forma de agir do educando.

Os pensadores da chamada Escola de Frankfurt, dentre os quais comumente se inclui Adorno, debruçaram-se sobre as consequências do processo cultural desencadeado pelo Iluminismo. De acordo com essa análise, este período estimulou o desenvolvimento de uma razão controladora e instrumental, que predomina até nossos dias. Embora a razão iluminista visasse à emancipação dos indivíduos e ao progresso social, terminou por levar a uma crescente dominação do ser humano, processo no qual o desenvolvimento tecnológico - industrial - a grande promessa de libertação do homem - se mostrou como instrumento de sua servidão voluntária.

Na análise althusseriana (Althusser, 1985), a escola constitui-se como um Aparelho Ideológico do Estado. Com a função de contribuir para a reprodução das relações de produção dominantes de uma sociedade, qualifica a força de trabalho, por meio da reprodução do conhecimento técnico a ser aplicado a um tipo específico de processo de produção. Assim, a escola reproduz regras de comportamento, normas e crenças que disciplinam os trabalhadores. Nessa concepção, a escola assegura formas silenciosas de submissão ideológica da classe trabalhadora, moldando a mentalidade dos jovens por meio dos processos educativos no longo prazo.

Pierre Bourdieu (1982)¹, importante sociólogo que empreendeu análises sobre o poder simbólico da escola na sociedade, afirma que no interior da escola moderna o poder simbólico está fortemente presente e funciona como representação das relações sociais, reproduzindo a cultura e a estrutura de classes, estratégias para todas as sociedades. Para este autor, o sistema educacional assegura, como escola reprodutivista, que o poder e os privilégios de classe sejam transmitidos de pai para filho, com uma falsa aparência de neutralidade que garante a reprodução das relações capitalistas de produção.

1 Para uma introdução à análise e aos conceitos de Pierre Bourdieu, Cf.: Nogueira e Nogueira (2002) e Saes (2007).

Conforme o Censo da Educação Básica (Ministério da Educação [MEC], 2015), em 2015, o país atingiu um total de mais de 50 milhões de matrículas nesse nível de ensino, a maior parte delas concentrada nos anos iniciais, ocorrendo um afunilamento nos anos posteriores. O mesmo Censo aponta também que, no Brasil, 81,6% das matrículas encontram-se na rede pública de ensino e apenas 18,4% na rede privada, fato que reforça a importância do sistema público no atendimento à população. Além disso, de acordo com o Movimento Todos pela Educação² (2017), os dados do IBGE/Pnad, em 2015, revelam que 76% de jovens até 16 anos concluíram o ensino fundamental, e que apenas 62,7% estão matriculados no ensino médio. “No Brasil, cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,5 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio”.

A expansão da educação infantil no Brasil transparece nos dados IBGE/Pnad 2015, com 90,5% de crianças entre 4-5 anos e 30,4% de 0 a 3 anos matriculadas. Mas é importante lembrar que tanto creches como pré-escolas surgiram em decorrência das transformações econômicas, políticas e sociais no país e dos processos de urbanização, com crescimento descontrolado das cidades, problemas graves de saneamento e elevados índices de mortalidade infantil. As instituições

2 Fundado em 2006, o movimento “Todos Pela Educação” é uma ação da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade, de acordo com o próprio site da instituição. Define-se como apartidário, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, comprometidos com a garantia do direito a uma Educação de qualidade; o objetivo deste movimento é propiciar condições de acesso, alfabetização e sucesso escolar. O movimento defende cinco metas, a serem alcançadas até 2022: toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola, toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos, todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano, todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos e investimento em Educação ampliado e bem gerido. Informações disponíveis em: Todos pela Educação (2017). O TPE. Recuperado de <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>

infantis não tiveram início somente como espaço de acolhimento da criança, mas também como lócus de instrução às mães sobre hábitos de higiene e cuidado. A educação infantil passa gradativamente a ser alvo de políticas públicas que, inicialmente, não estavam associadas aos processos de aprendizagem, mas sim às necessidades de sono, higiene e alimentação. A ampliação das ações, bem como de vagas públicas para a educação infantil relacionam-se diretamente à luta das mulheres por direitos. Entretanto, o déficit ainda é elevado: “é preciso ressaltar que os 9,5% restantes significam cerca de 500 mil crianças e que as desigualdades regionais são marcantes. Além disso, o foco não pode se restringir ao atendimento, sem um olhar especial para a qualidade do ensino” (Todos pela Educação, 2017).

Nos últimos anos, o estabelecimento de metas para conclusão do Ensino Fundamental na idade correta exigiu mudanças estruturais nos anos finais do Ensino, bem como a implementação de políticas públicas com foco no ensino de melhor qualidade, atreladas à diminuição de índices de reprovação e de evasão.

No caso do Ensino Médio, este necessita de reflexão e mudanças, pois sofre de problemas estruturais e apresenta um modelo único de formação que não oferece opções aos jovens que têm interesses e níveis de formação distintos. O Ensino Médio tem currículo único e inflexível para todos e é sobrecarregado por disciplinas obrigatórias que impõem a necessidade de uma alta carga horária. A escola conta com práticas pedagógicas sem abordagem interdisciplinar, o que desvincula a relação entre teoria e prática, e ainda prevalece o modelo de avaliação única para todos. Nosso modelo de ensino é enciclopédico e incentiva cópia e memorização de conteúdos em detrimento da criatividade e resolução de problemas do cotidiano. Além disso, nosso Ensino Médio está distante da vida do jovem, que não se sente motivado a ir à escola e aprender.

Soluções que atendam aos interesses de mercado, como a adesão imediata ao Ensino Médio Profissionalizante é outro capítulo, já escrito, da história da educação brasileira. Esse modelo foi implemen-

tado como formação voltada para classes operárias, num período de crescimento da indústria, em que era necessário garantir a oferta de mão de obra qualificada para trabalhar no chão de fábrica, e teve como público alvo os filhos dos operários, caracterizando-se como ensino voltado para classe pobre, enquanto as classes média e alta deveriam acessar a universidade. A indústria recebeu estímulos para criar escolas de aprendizagem (pelo Sistema S, como Senai, Senac e outras) e investir no ensino profissionalizante, que se apresentou como instrumento de reprodução da força de trabalho, sob a justificativa do desenvolvimento da economia nacional, e não como uma possível forma de ascensão, desenvolvimento ou de mobilidade social do trabalhador .

Na atualidade, a reforma do Ensino Médio apresenta novas articulações com as propostas neoliberais de privatização, e repete-se a política de uma escola para ricos e outra para pobres, sem que a preocupação com uma educação para a emancipação humana ganhe espaço em detrimento das determinações do mercado.

No caso do Ensino Superior, também é possível observar a evolução das matrículas na última década, quando houve um crescimento evidente, mas apenas 17,7% dos 22.681.790 jovens com idade entre 18 a 24 anos estão no ensino superior no Brasil. Dados da publicação *Education at a Glance* (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2015), mostram que, nas últimas décadas, o acesso ao ensino superior se expandiu notavelmente no mundo: em 2013, cerca de um em cada três adultos nos países da OCDE atingiu uma qualificação de nível superior; no Brasil, porém, o percentual da população brasileira entre 25 e 64 anos que atingiu o ensino superior é de 14%.

Ampliando a reflexão, é possível observar ainda que taxas de abandono, distorção idade-série e reprovação revelam grande disparidade entre as regiões do país, denunciando a falta de equidade e o hiato de oportunidades para crianças e jovens que moram em regiões mais pobres do país. A desigualdade de oportunidades educacionais bra-

sileira encontra um de seus exemplos máximos na diferença de 35 pontos percentuais entre a taxa líquida de matrícula dos 25% mais pobres e dos 25% mais ricos no Ensino Médio. Persiste no Brasil ainda um elevado número de analfabetos: de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2014), em 2014, eram 13 milhões, correspondendo a 8,3% da população brasileira e, considerando o analfabetismo funcional, esse percentual sobe ainda mais.

No Relatório Nacional PISA (OCDE, 2012), em relação à mensuração do desempenho dos alunos brasileiros, desde a primeira edição, nossos estudantes ocupam os últimos lugares nos *rankings* de leitura, matemática e ciências; e também na avaliação sobre resolução criativa de problemas, realizada com 44 países da OCDE, o Brasil ficou na 38ª posição. Nesta mesma avaliação, 47,3% dos alunos brasileiros possuem baixa performance em resolução criativa de problemas e apenas 1,8% alcançaram os níveis mais altos de proficiência.

Com relação à formação de professores, nos apropriamos aqui da fala de Gatti (2013), ao considerar que, apesar de alguns avanços, as políticas de formação docente são ainda insuficientes e desarticuladas; ocorre fragmentação, encurtamento dos cursos e falta integração da formação inicial e continuada, e mesmo os aspectos apontados no manifesto de 1932³ ainda são válidos, pois a sociedade mudou, mas

3 O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Ao ser lançado, no meio do processo de reordenação política resultante da Revolução de 1930, o documento tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Informações disponíveis em: InFo Escola: navegando e aprendendo (2017). Manifesto dos pioneiros da Educação Nova. Recuperado de: <http://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>

a estrutura curricular da formação não. Tal reflexão foi corroborada nas apresentações de Simões (2016a) e Terra e Novaes (2016), no segundo dia do encontro, ao identificarem, em suas pesquisas, por meio do conteúdo de documentos e entrevistas circunscritas à temática da formação de professores, recursos, representações e discursos que delineiam e expressa tal fragmentação.

O papel da escola é objeto de diversas pressões, posicionamentos arrazoados propagados pela mídia, com total ausência de profundidade reflexiva por parte da sociedade e pouca ou nenhuma autonomia das partes envolvidas (educadores e educandos), na tomada de decisões sobre a práxis educativa; imperativos de preparação para o mundo do trabalho, por parte da classe empresarial, para que a escola ofereça melhores resultados em termos de qualificação dos trabalhadores e aumento da produtividade; ansiedade da perspectiva do jovem que se depara com taxas de desemprego muito acima da média. A escola aprisionada tem expressão pelas apropriações sócio-espaciais, mediadas por grades e muros, configurando o espaço de relacionamento dos indivíduos e, também, de sua própria subjetividade.

A partir do debate realizado na roda de conversa foi possível identificar que a educação brasileira tem se posicionado em detrimento da emancipação humana, ao ser mediadora de uma política de identidade que obedece aos ditames do capital e prioriza a colonização, ao excluir um grande número de crianças do processo de escolarização e ao reproduzir, na dinâmica das instituições de ensino, práticas em que estão em jogo concepções e valores alinhados às exigências do mercado.

As atribuições de sucesso e fracasso ainda são destinadas às individualidades dos integrantes da escola. Manipulam-se os mecanismos simbólicos de naturalização das competências e incompetências. As preocupações têm se voltado muito mais para a resolução das tensões intrínsecas à realidade atual da escola que procura um bode expiatório: ora o aluno, ora o professor, ora a direção, ora a

estrutura e ora a própria escola, que acaba por tornar-se um sujeito no processo. (Alves & Cobra, 2013, p. 148)

Assim, as reflexões sobre a realidade vivida na sociedade atual e sobre as condições das instituições educativas ressaltam a necessidade de criação de novas formas de enfrentamento às políticas educacionais, atualmente hegemônicas e naturalizadas. Tais políticas não se direcionam aos interesses públicos, mas atendem às características mercantis da cultura hegemônica que possuem mecanismos de segregação e exclusão. Os enfrentamentos necessários vão desde pesquisas que adensem as questões em pauta até formas de denúncia sobre as ações sustentadas pelas políticas públicas que depõem contra uma educação para a emancipação humana, exigindo, fundamentalmente, uma postura de luta em sintonia com os ideais e finalidades da ABRAPSO.

Referências

Adorno, T. W. (2003). *Educação e emancipação* (W. L. Maar, Trad.). São Paulo: Paz e Terra.

Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado* (3ª Ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Alves, C. P. & Cobra, C. M. (2016.). Políticas educacionais brasileiras: reflexões [Resumo]. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO* (pp. 60-61). São Caetano do Sul, SP: ABRAPSO.

Alves, C. P. & Cobra, C. M. (2013). Políticas públicas de educação no Brasil: possibilidades de emancipação? *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 3(1), 132-151.

Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1982). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (2ª Ed.). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (L. M. P. Vassalo, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Gatti, B. A. (2013). Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*, 50(4), 51-67.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2014). *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD): síntese de indicadores*. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>

Ministério da Educação [MEC]. (2015). *Censo da educação básica*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192

Nogueira, C. M. M. & Nogueira, M. A. (2002). A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, 23(78), 15-3.

Oliveira, W. J. G. & Alves, C. P. (2016) *A escola aprisionada: práticas de segregação socioespacial e possibilidades de participação na escola da periferia*. [Resumo]. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO* (pp 30-31). São Caetano do Sul, SP: ABRAPSO.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2015). *Relatórios econômicos da OCDE Brasil*. Recuperado de <http://www.oecd.org/eco/surveys/Brasil-2015-resumo.pdf>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2012). *Relatório nacional PISA 2012: resultados brasileiros*. Recuperado de http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf

Saes, D. A. M. (2007). A ideologia docente em 'A reprodução', de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. *Educação & Linguagem*, 10(16), 106-125.

Simões, M. C. D. (2016a). As licenciaturas e as possibilidades à autonomia: análise de documentos da formação de professores [Resumo]. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO* (pp. 40-41). São Caetano do Sul, SP: ABRAPSO.

Simões, M. C. D. (2016b). *Formação do indivíduo, formação docente e educação especial: o lugar do sujeito e o compromisso com a adaptação*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Terra, C. & Novaes, A. O. (2016). Quem está ocupando os bancos do ensino superior privado? Representações de professores universitários sobre estudantes de baixa renda [Resumo]. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO* (p. 65). São Caetano do Sul: ABRAPSO.

Todos pela Educação. (2017). *O TPE*. Recuperado de <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>

O QUE FAZER? PROVOCAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS

Jean Fernando dos Santos

Beatriz Borges Brambilla

Cinara Brito de Oliveira

Mariana Serafim Xavier Antunes

Gláucia Tais Purin

Alessandro de Oliveira Campos

A formação social do Brasil e da América Latina, marcada por processos de exploração e colonização, produziu e produz uma série de desigualdades sociais. A temática social pouco foi tocada como questão central dos Estados, no entanto, com a organização dos movimentos populares e a inserção de pautas sociais nas agendas políticas, vivemos nas últimas décadas algumas reformas no bojo da promoção de políticas públicas e de direitos sociais. Por exemplo, no

Brasil, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) implementaram programas democrático-populares que representaram a ampliação de políticas públicas e debates em torno dos direitos humanos e sociais. Porém, mais de uma década depois, uma série de contradições emergiram, a partir das estratégias conciliatórias de classe, postas como construção política de Brasil, produzindo um cenário nacional desalentador.

Algumas conquistas políticas e sociais da sociedade brasileira materializam-se como condição essencial para a ruptura de processos históricos cristalizados, considerando o abismo, desigual e combinado, da realidade brasileira. Houve redução da pobreza e da desigualdade social; o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA, 2012) publicou relatório demonstrando que, entre 2001 e 2011, a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período.

Tal conjuntura se deu majoritariamente pelo investimento em políticas sociais; segundo os Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (Ministério do Planejamento, 2013) há relação direta com as mudanças nas relações de trabalho e na política de salário mínimo, Previdência Social, Bolsa Família e benefícios de prestação continuada. A redução dos níveis das desigualdades e de pobreza extrema representa uma ampliação de possibilidades reais de vida para grandes parcelas populacionais.

No entanto, no Brasil assistimos hoje um extermínio dos direitos sociais. Em 2016, o golpe de Estado, político-jurídico-administrativo, institui e legitima a falência do Estado, que tem se apresentado em seus três poderes como uma ameaça concreta à população, efetivando-se como o grande violador de direitos humanos, especialmente no que tange a direitos individuais, coletivos e sociais. Há um projeto instalado no País que explicita os entraves produzidos pela ação e omissão do Estado ao colocar a dignidade da pessoa humana em ameaça com a não efetivação dos direitos sociais mínimos.

É diante desta ameaça e ofensiva fascista de governos anti-progresistas, no Brasil e na América Latina, que se retoma a clássica questão posta por Lênin em 1902, convocando movimentos populares, instituições/entidades progressistas, trabalhadoras/es das políticas públicas e militantes: “O que fazer?”.

Diante das preocupações que esse cenário suscita e das discussões que têm se acumulado, o Núcleo SP ABRAPSO propôs uma Roda de Conversa, no XIII Encontro Regional ABRAPSO SP, com o título “O que fazer? Provoações para construção de práticas emancipatórias”. A atividade teve a participação de aproximadamente 30 pessoas, em duas sessões.

Este artigo tem como finalidade promover reflexões críticas a partir da atividade proposta e de sua temática. Para tanto, será colocada como questão central a Psicologia Social Crítica e sua práxis, nos diversos contextos, no enfrentamento do avanço neoliberal e na construção de espaços de luta. Como a Psicologia Social Crítica pode contribuir?

Psicologia Social Crítica e práxis profissional

A Psicologia Social Crítica surge na década de 1960, diante da ineficiência das teorias e práticas psicológicas, que dicotomizavam a relação indivíduo-sociedade e concebiam o chamado objeto da Psicologia como algo natural e interno ao sujeito. Com a intenção de construção de leituras da realidade, esta Psicologia Social Crítica oferece subsídios para responder e superar as situações de sofrimento humano decorrentes das opressões e violações que significativa parcela da população - não só do Brasil, mas de toda a América Latina - estava exposta. As possibilidades de atuação da Psicologia Social, que até então era restrita à academia, educação e à indústria, e que tinha como objetivo o ajustamento do indivíduo ao contexto social que se fizesse necessário, ampliou-se para as comunidades, a partir de

um debate sobre o compromisso da Psicologia com a transformação da realidade (Silva, 2012).

No Brasil, temos Silvia Lane como pioneira nesse debate, que passou a orientar uma série de pesquisas com o objetivo de compreender a relação do indivíduo com o meio histórico e social no qual está inserido; a formação da concepção de mundo do indivíduo; o papel das instituições no desenvolvimento da consciência social; a atividade humana como geradora da consciência de classe e a ação da Psicologia Comunitária como instrumento de conscientização/transformação (Silva, 2012).

De acordo com Sawaia (2009), o conhecimento produzido desde então - um saber militante - passou a orientar a práxis da psicologia nos mais diferentes espaços dedicados à emancipação humana, esta compreendida conceitualmente a partir das construções de Marx (1843/2010), em *Sobre a Questão Judaica*, em que diferencia emancipação humana de emancipação política. Afirmando que a emancipação política surge no fato do Estado poder se libertar de um “constrangimento”, sem que o homem encontre-se realmente liberto, ou seja, o Estado consegue ser um Estado livre, mas o homem não. Importante ressaltar que, para Marx, a emancipação política representa um grande progresso, mas não alcança a emancipação real, prática, que é a emancipação humana:

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas '*forces propres*' [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*. (Marx, 1843/2010, p. 54)

Nesse sentido, compreende-se emancipação como reunificação e reintegração de posse, social e individual, de uma força que um dia

esteve alienada. Para o autor, força vista como produção e reprodução, sob a dialética indivíduo-comunidade, vivida através da única forma que o homem conhece e é capaz de desenvolver: sua própria atividade.

É a atividade humana libertadora que possibilitará a emancipação humana. Nesse sentido, o presente projeto trata da investigação sobre as formas de subjetivação da realidade. Para tanto, a subjetividade humana possui lugar central nesta discussão. González Rey (2008) afirma que a subjetividade é um fenômeno exclusivamente individual, mas um importante aspecto dos fenômenos sociais. O autor desenvolve a ideia de subjetividade social, em que a vida é integrada, na medida em que o material simbólico e emocional, que constitui os sentidos subjetivos que produzem a experiência humana, são produtos da confrontação e interrelação entre as configurações subjetivas individuais implicadas na atividade e no sentido da ação e do processo de vida.

Face ao exposto, aponta-se como reflexão central do debate do “O que fazer?” a atuação profissional no campo das políticas sociais sobre o caráter emancipatório da práxis psi.

A Psicologia Social Crítica, práxis emancipatória e a organização popular

Diante da emblemática questão: “O que fazer?” emergiram, fundamentalmente, debates em torno das táticas e estratégias de construção de um projeto societário alternativo, com enfrentamentos contra a ordem instrumental da burocracia do Estado e do capital, considerando a multiplicidade de formatos, com avanços e recuos tanto no cenário nacional como mundial, compreendendo seus desdobramentos em tempo real dos modos e fazeres da política no cotidiano.

Considerando as contribuições postas pelos integrantes da Roda de Conversa - que tangem uma relação com a estética, comunica-

ção, política, economia e organização social - apresentaremos uma análise inspirada nas cinco dimensões fundamentais para o fazer transformador comunitário, sendo elas: ontológica, epistemológica, metodológica, ética e política (Montero, 2004).

Como construímos nossas relações com as pessoas com as quais trabalhamos? Quais são os atravessadores? Como as vemos? Como somos vistos? Como construímos espaços de diálogo? Quem direciona as demandas e ações (a/o psicóloga/o ou o sujeito)?

Essas são as questões que circundam o chamado debate ontológico do fazer transformador, materializado na práxis psicológica, na emergência da compreensão de uma subjetividade ativa, social e histórica, na desconstrução de relações de poder historicamente cristalizadas que demandam à psicóloga e ao psicólogo uma posição autoritária, impedindo a construção de novas alternativas de se construir caminhos independentes.

Para tanto, cabe à nossa atividade cotidiana uma horizontalidade eminente ao fazer coletivo, a escuta compreensiva, o diálogo, a troca, o reconhecimento dos sujeitos e grupos em sua totalidade. Tal concepção nos leva à pergunta: nesta relação, todos aprenderam e ensinaram? Nesta conjuntura se materializa o debate sobre a dimensão epistemológica. Qual a qualidade da troca, do compartilhamento? Como construir conhecimento, troca, compartilhamento, diálogo e transformação? A dimensão metodológica refere-se às escolhas produzidas quanto ao modo de estruturar o trabalho psicológico. Qual a melhor maneira de se engendrar uma intervenção considerando o movimento próprio da comunidade/instituição/grupo?

Por dimensão ética, retoma-se a ideia da relação com o sujeito, produzindo reflexões sobre como o respeito, a justiça e a solidariedade permeiam essas relações. A perspectiva da emancipação humana reside nesta seara, pois a dimensão ética expressa-se nos processos que implicam construir histórias da comunidade para superação das relações de dependência e dominação.

Embora compreendamos que ética e política são indissolúveis, Montero (2004) nos provoca para pensar na dimensão política, evocando os “pra quês” da intervenção psicossocial, explicitando o caráter político do fazer psicológico. Em benefício de quem? Onde chegaremos com isso?

Diante destas provocações, apontamos algumas sínteses produzidas na Roda de Conversa como princípios da práxis psicológica:

- Emergência pela construção de estratégias metodológicas que valorizem a expressão humana através da estética, com arte e cultura no cerne das intervenções psicossociais;
- Fomento de espaços comunitários alternativos que facilitem o encontro comunitário e a organização popular;
- Debater e enfrentar a mídia hegemônica, com comunicação popular comunitária, mídias alternativas e democratização da comunicação nas diversas esferas sociais e geográficas;
- Produção de práticas de enfrentamento aos processos de institucionalização de pessoas, afirmando o cuidado em liberdade e o direito à convivência familiar e comunitária;
- Construção de práticas democráticas e dialética no fazer nas políticas sociais, assegurando processos de escuta, ação e garantia de direitos no cotidiano profissional;
- Problematização da economia solidária como alternativa à economia hegemônica, construindo novas estratégias de autonomia econômica da população pobre;
- Facilitar a construção de estratégias autogestionárias de organização popular e de trabalhadores;
- Reconhecer a questão social como estruturante das desigualdades expressas na realidade brasileira, construindo intervenções com vistas à ruptura das violências de classe, raça e gênero;
- Pautar a formação de psicólogas e psicólogos diante dos desafios concretos apresentados na realidade brasileira.

As construções apresentadas pelo coletivo reafirmam a ideia de Martin-Baró sobre o “que fazer” psicológico no campo da libertação, materializando-se como horizonte da atividade de mediação, como instrumento de construção de uma nova realidade, produzindo formas de superação da identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do contexto. Para Martin-Baró (1996), aceitar a conscientização como horizonte não exige tanto mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha. Pressupõe que a(o) psicóloga(o) recoloca seu conhecimento e sua práxis, assuma a perspectiva das maiorias populares e opte por acompanhá-las no seu caminho histórico em direção à libertação.

O que fazer? Afirmar a práxis humana, como uma práxis social que produz realidade a partir do estranhamento, que possibilita a aparição da subjetividade como individualidade, singularidade vistas nas bases materiais da realidade. Fomentando o olhar, aproximar, pertencer, compartilhar, fazer, transformar *COM*.

Construir, propositivamente, colocar-se de maneira militante junto à organização popular, caminhando rumo a uma sociabilidade alternativa, emergindo o improvável e o impossível. O impossível aparece, então, nas ações políticas emancipatórias. O impossível funciona como algo que está por vir, e aqueles que lutam por liberdade e emancipação já começam a se sentir felizes por lutarem por isso (Arditi, 2011).

Pela emancipação como horizonte ético-político, como projeto de profissão e projeto de sociedade!

Referências

Arditi, B. (2011). *Agitado y revuelto: del “arte del imposible” a la política emancipatoria*. In E. Adamovsky, C. Albertani, B. Arditi, A. E. Ceceña et al. (Orgs.), *Pensar las autonomias* (pp. 281-308). Mexico, DF: Sísifo; Bajo Tierra.

Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada [IPEA]. (2012). *A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de Renda*. Brasília, DF: Autor.

Gonzalez-Rey, F. (2008). Subjetividade social, sujeto y representaciones sociales. *Diversitas*, 4(2), 225-243.

Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

Marx, K. (2010). *A questão judaica*. São Paulo, SP: Boitempo (Original publicado em 1843)

Ministério do Planejamento. (2013). *Indicadores de desenvolvimento brasileiro (IDB)2001-2012*. Brasília, DF: Autor.

Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós: Buenos Aires.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

Silva, C. M. M. F. (2012). *Por uma Psicologia Social Brasileira: Silvia Tatiana Maurer Lane*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NOTAS ACERCA DA DIALÉTICA COMO MÉTODO E SEU USO CONTEMPORÂNEO NA MEDIÇÃO DA TRANSMUTAÇÃO SOCIAL

Deivis Perez

Ruchelli Stanzani Ercolano

Luiz Carlos da Rocha

Estas notas apresentam uma discussão acerca da dialética como método acadêmico-científico e de atuação da pessoa na sociedade, concebida como um instrumento rigoroso para a compreensão da realidade em sua complexidade e capaz de ensejar a ação humana. Ademais, procuramos patentear uma leitura de um dispositivo metodológico, a instrução ao sósia, na qual defendemos que os seus usos podem representar atualizações contemporâneas e possibilidades de aplicação da dialética materialista enquanto enfoque capaz de garantir a apreensão da totalidade dos fenômenos; e, principal-

mente, como estratégia de produção de saberes e potencialização das movimentações e atividades de transmutação da concretude pelos indivíduos em situação de trabalho, considerando que a atividade laboral pode ser tomada como experiência humana privilegiada para fazer emergir processos que permitem à pessoa desenvolver a si mesma e, simultaneamente, alterar o seu meio em movimentações realizadas em articulação e acordo com os seus pares.

Apontamentos acerca da dialética

Conforme Gadotti (1995), a dialética, compreendida como lógica da natureza, forma de explicação da dinâmica e da modificação das coisas e dos seres vivos, nasceu com Zenão de Eléia e teve desdobramentos relevantes por intermédio de Heráclito de Éfeso. Segundo este filósofo pre-socrático, a realidade seria definida como um devenir perpétuo, caracterizada, portanto, como processo de transformação perene que alcança a tudo o que existe. Posteriormente, a dialética passou a ter outras representações alinhadas ao desenvolvimento da filosofia e do conhecimento científico. Na concepção moderna, era percebida como um modo de interpretação do real, que teria em sua essência a contradição e a marca das constantes mudanças. De acordo com Konder (2004), em seu texto introdutório sobre a dialética, o filósofo Aristóteles contribuiu para a sua difusão identificando-a com o sentido de permanente movimento e modificação da realidade. A despeito disso, em Aristóteles, a dialética se manteve como uma arte dialógica e argumentativa, que demanda a mobilização competente do uso da linguagem, da lógica e de saberes como a filosofia.

Numa etapa ulterior das evoluções e desdobramentos dos usos e delimitações da dialética, os renascentistas e iluministas a restringiram ao exame dos fenômenos por meio da tríade movimento, contradição e instabilidade. Por sua vez, ainda em sintonia com Konder (2004), foi Hegel quem apontou o papel ativo exercido pelo homem

na transformação do real e estabeleceu nexos entre a dialética e o exame da concretude dos movimentos político e econômico. Estavam lançadas as bases para um profundo questionamento tanto dos métodos positivistas, que simplificavam o acesso e a construção dos conhecimentos humanos, quanto dos métodos metafísicos, que não focalizavam o mundo objetivo para garantir a compreensão do ser e das coletividades humanas.

Cumprir observar, em acordo com Kopnin (1969/1978), que no século XIX foi disseminada a visão de que tais métodos não colaboravam para o desenvolvimento da ciência e que apenas uma teoria filosófica crítica, complexa e com profundidade ontológica e epistemológica poderia dar conta do real, o que (re)conduziu à dialética. Para Kopnin (1969/1978), foi a filosofia marxiana que logrou superar a partição entre ontologia, natureza fundamental da realidade, e a gnosiologia, necessidade e capacidade humana de conhecer e validar o objeto de conhecimento, recorrendo à compreensão da dialética sobre as conexões entre o indivíduo e o objeto no curso sociopolítico, histórico e econômico das práticas dos homens. Nesta abordagem filosófica materialista, o sujeito e o objeto encontram-se em (inter)relação, ao mesmo passo que o pensamento e o ser também se acham nesta influência mútua, possibilitando a examinação da prática por meio do pensamento e do conhecimento teórico. Portanto, a dialética, agora nomeada materialista, contrariamente à metafísica e ao positivismo, não aparta o método de pensamento das transformações da realidade objetiva e, ainda, não considera possível o desenvolvimento de uma ciência separada, segregada ou desmembrada do ser.

Em face do exposto, é possível afirmar com Kopnin (1969/1978), que a dialética materialista se propôs a desvendar os princípios do progresso do saber humano a partir dos seguintes pressupostos: (a) o conhecimento é advindo da compreensão da realidade objetiva pelo pensamento, ou seja, o saber teórico é, por assim dizer, constitutivamente pleno de matéria empírica; (b) os resultados atuais ou

conhecimentos existentes são oriundos do movimento de saberes, que se vinculam e se contrapõem, numa constante exigência de estabelecimento de relações entre o sujeito e o objeto, e da representação na consciência humana dos aspectos da realidade objetiva, que estão fora do ser; e, (c) os saberes disponíveis são o resultado histórico e social da própria dinâmica de construção do conhecimento, o qual emerge do desconhecimento e segue em direção ao conhecimento impreciso e incompleto até alcançar as suas formas mais precisas e completas. Assim, nas palavras do autor:

a dialética marxiana não serve a si mesma nem é necessária à sua autojustificação; ela é um método de aquisição da verdade objetiva e está subordinada à tarefa de representar as leis da natureza e da vida social tais quais elas existem na realidade. (Kopnin, 1969/1978, pp. 98-99)

Ademais, o teórico considerou a dialética como um método poderoso em ciência, devido à sua ênfase especial ao movimento de busca de resultados objetivos-verdadeiros de modo a ela própria modificar o seu formato e se desenvolver a partir dos novos conceitos científicos. A dialética materialista marxiana possui três leis básicas, as quais não representam de maneira integral toda a profundidade da dialética, mas são suficientes para estabelecer veemente oposição à metafísica. São elas: “1) lei da unidade e luta dos contrários; 2) lei da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas; 3) lei da negação da negação” (Kopnin, 1969/1978, p. 103).

Em Konder (2004), encontramos a elucidação dessas leis fundamentais, sendo que a primeira diz respeito à compreensão da totalidade do objeto, uma vez que não é possível a sua apreciação e interpretação isoladamente, de modo que é necessário estudá-lo em meio ao quadro interrelacional ou sociointeracional em que ele está inserido e que o constitui, já que os diversos aspectos da realidade estão conectados ao objeto ou fenômeno e integram a sua natureza própria. Já a segunda lei traz em seu bojo a questão da fluidez do

objeto e indica que as mudanças nele ocorridas nem sempre se dão na mesma frequência espaço-temporal e intensidade, sendo que ora distinguem-se pequenas alterações quantitativas (processo lento), ora notam-se grandes saltos qualitativos com metamorfoses radicais (processo rápido). Por fim, a terceira lei, a negação da negação, que manifesta, no âmbito da dialética materialista marxiana, a importância da contradição como aspecto constitutivo da força que conduz o objeto ao movimento e às transformações da realidade. Esta última lei se apresenta de maneira não linear e impregnada de conflitos, teses e antíteses, afirmações e negações, prevalecendo a síntese deste movimento, que traz em si a essência das formas anteriores do objeto e, simultaneamente, a sua própria destruição e os seus novos feitiços de ser e estar no mundo.

É preciso citar que a noção de «categorias» é relevante para o entendimento da dialética materialista. Estas são definidas como reflexos do “... mundo objetivo, uma generalização dos fenômenos independentemente da nossa consciência” (Kopnin, 1969/1978, p. 105) e, em última análise, as categorias são reduções da realidade, cognoscíveis no processo de compreensão do objeto ou fenômeno e que asseguram uma aproximação que busca contemplar, de alguma forma, a multiplicidade e diversidade do real. As leis fundamentais e as categorias, no quadro da dialética materialista, compõem um método de decifração do universo objetivo localizado no exterior da consciência humana, do pensamento do homem.

Foi considerando estas duas dimensões - leis da dialética e categorias - que Kopnin (1969/1978) definiu o pensamento como “*o reflexo da realidade sob a forma de abstrações (...) um modo de conhecimento da realidade objetiva pelo homem*” (p. 121, grifo do autor). Contudo, o conhecimento não é uma cópia fiel da realidade, mas uma releitura, um reflexo criativo que, ao mesmo tempo, se opõe e se identifica com ela, pois é “... resultado da atividade subjetiva que parte da fonte objetiva” (Kopnin, 1969/1978, p. 124). Portanto, a dialética marxiana evidencia que o homem se coloca em atividade

intelectual por meio do pensamento, para apreender a realidade e produzir reflexos criativos e conhecimento sobre ela, os quais servem de base para a prática verdadeira, a atividade criadora do homem que resulta na fazedura de objetos necessários a ele.

Neste enfoque da dialética “o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização” (Konder, 2004, p. 36), tendo em vista que nunca atingirá seu esgotamento e saturação. Nesse sentido, qualquer objeto apreendido ou criado pelo homem é parte de um todo, sendo necessário reconhecer as suas limitações quando examinado particularmente. É importante destacar que a totalidade de um objeto não se constitui pela soma das suas partes, mas pela integração delas, e que “a maior ou menor abrangência de uma totalidade depende do nível de generalização do pensamento e dos objetivos concretos dos homens em cada situação dada” (Konder, 2004, p. 38). Assim, a totalidade é restrita a um momento do movimento contínuo e perpétuo de totalização, já que este nunca tem fim por não se consumir integralmente.

No que tange a essa totalidade, a perspectiva dialética tem como centro o conteúdo de cada síntese, que é constituído pelas contradições e mediações concretas do real. Assim, o trabalho efetivado pela via da dialética tem como centro a decifração dos relacionamentos, desacordos e coincidências das partes do todo, as quais formam a unidade, de sorte que não sejam desconsideradas as partes ao se estudar o todo e nem ignorado o todo ao se investigar cada parte de um objeto. Esta unidade, o todo e as partes do objeto, é em si contraditória, entretanto, este caráter não denota a falha de raciocínio, mas o princípio elementar do movimento característico da realidade e dos seres. Por esta razão é que a dialética é, também, incessantemente colocada na posição de objeto de análise, a fim de que seja modificada. Nesta perspectiva, a dialética materialista não se torna um método estático, uma vez que está em constante movimento auto-reflexivo e de transformação, o que a coloca em correspondência com o inelutável processo de alteração da realidade, dos seres, das práticas e dos conceitos.

Um caso contemporâneo de aplicação da dialética no campo da Psicologia

Na seção anterior buscamos tecer considerações acerca dos princípios fundamentais da dialética e, neste tópico, nos dedicamos a desenredar a leitura de enfoque dialético materialista de um instrumento metodológico. O dispositivo ao qual fazemos referência é nomeado “instrução ao sócia” e foi criado no âmbito da Psicologia do Trabalho por Ivar Oddone (1986). Nas últimas décadas, tem sido apropriado e desenvolvido no quadro teórico da Clínica da Atividade¹ pela equipe do Laboratório de Psicologia do Trabalho do *Conservatoire National de Arts e Metiers de Paris* (CNAM), sob a coordenação de *Yves Clot*, que tem raízes epistemológicas na Psicologia Histórico-Cultural ou Psicologia Sócio Histórica Cultural de Lev Semenovitch Vigotski. Vale notar que a instrução ao sócia é um método indireto de acesso ao psiquismo humano, que pretende contribuir para que um trabalhador ou um coletivo de trabalhadores, mediado por um analista ou pesquisador do trabalho, se torne capaz de (re)conhecer, examinar e, hipoteticamente, ampliar a sua capacidade de agir sobre a sua atividade laboral, potencializando a reconfiguração ou transmutação do trabalho conduzida pelo próprio indivíduo e por seus pares.

Notadamente, a instrução ao sócia consiste em criar as condições para que um profissional ou coletivo de trabalhadores tome a si e a sua ocupação como objetos de análises, desenvolvimentos e transformações. Em resumo, a proposta feita ao voluntário num processo aplicativo deste dispositivo é que ele realize a descrição das suas atividades laborais a um pesquisador ou analista do trabalho, supondo

1 Neste capítulo optamos por focalizar os nexos entre a dialética materialista e a instrução ao sócia. Para conhecer a perspectiva dos pesquisadores da Clínica da Atividade sobre o protocolo de aplicação deste dispositivo metodológico sugerimos a leitura de: Clot, C. (2010). Trabalho e poder de agir (G. Teixeira & M. Vianna, Trad.). Belo Horizonte: Fabrefactum.

que este é um sósia que o substituirá em suas ocupações num dia. O que se pretende é criar as condições para que o trabalhador converta em linguagem o seu trabalho (Clot, 2010) e, gradualmente, reviva as suas ações ocupacionais, sem que isto represente uma repetição dos seus atos. A expectativa é que seja possível ao profissional reexaminar e redescobrir o seu ofício, com vistas à tomada de consciência dos aspectos constituintes, potencializadores e dificultadores da sua laboralidade; em última instância, que sejam abertas zonas de desenvolvimento, reordenamentos e metamorfoses do trabalho, do meio e da coletividade profissional conduzidas pelos próprios trabalhadores. Complementarmente, mas não menos importante, é entender o indivíduo como dispositivo para o desenvolvimento coletivo e vice-versa, diga-se, visualizar a grupalidade humana como um instrumento e uma ambiência privilegiada para o desenvolvimento individual.

O dispositivo visa ainda oferecer ao labutador, por meio da modificação da sua ação trabalhista, a possibilidade de ampliar a sua potência de atuação sobre o ambiente, de desenvolver ou aprimorar as suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais, e de torná-lo sujeito da sua atividade. Logo, a instrução ao sósia, percebida como um instrumento metodológico dialético materialista, tem o seu centro no movimento do trabalhador, que coloca a si e ao seu trabalho como objetos de análise, a fim de refletir acerca das suas ações, afetos, contradições, relações sociais, padecimentos e condições ocupacionais.

Todo o processo de contato com o vivido e as suas modificações promovidas pela aplicação da instrução ao sósia, que consideramos típicos da dialética materialista, devem acontecer de modo situado institucionalmente e sócio-historicamente. Ainda, cumpre notar que o curso dessa (re)entrada do trabalhador na sua própria atividade, proporcionada pela técnica do sósia, não ocorre sem conflitos da pessoa consigo mesma e com o seu coletivo ou ausente da experimentação de situações e afetos excruciantes. Trata-se, por assim dizer, de enfrentar os desdobramentos e dificuldades que envolvem conhecer e (re)criar, no decurso das movimentações dialéticas, a experiência

vivida como um meio para a construção de uma vida presente ou porvindoura diferente.

Além do mais, avaliamos que a instrução ao sócia pode ser compreendida e aplicada na direção de atender à demanda vigotskiana, a qual pronunciava que a “necessidade de sair de uma vez por todas dos limites da experiência direta é assunto de vida ou morte” (Vigotski 1927/1996, p. 283), por intermédio da produção de instrumentos metodológicos e interventivos na realidade, capazes de favorecer a aproximação, o exame, a compreensão e transmutação das diferentes dimensões do psiquismo humano.

A instrução ao sócia pode ser aplicada, conforme defendemos, visando (re)conectar o sujeito à sua realidade e, numa perspectiva dialética materialista marxiana, permitir às pessoas e grupos promoverem conscientemente metamorfoses da sua existência concreta e subjetiva, sobretudo em contexto de trabalho, sempre tendo em vista que se está na presença de uma história incessantemente inacabada, na medida em que o “tomar consciência não consiste (...) em reencontrar o passado intacto pelo pensamento, mas, sobretudo, em revivê-lo e fazê-lo reviver na ação presente, para a ação presente” (Clot, 2010, p. 222).

Ao focalizar o sujeito e seus movimentos e desenvolvimentos em situação laboral, a instrução ao sócia permite que a tarefa do pesquisador do mundo do trabalho seja mediar a pessoa, no sentido da ampliação do seu poder de agir sobre si e sobre o seu meio. É por esse ângulo que a abordagem desenvolvimentista vigotskiana tem orientado os estudiosos da Clínica da Atividade, de acordo com Clot (2010, 2006), na compreensão do trabalho, definido como experiência tipicamente humana que permite à pessoa transformar, simultaneamente, o meio em que está inserida e desenvolver a si mesma, em função do estímulo que o trabalho oferece à articulação entre a ação individual e a atividade coletiva, o que faz emergir e consolidar as capacidades de indivíduos e grupos. Esta perspectiva ampliada da noção de trabalho reconhece a sua relevância para a efetiva realiza-

ção das capacidades humanas, na mesma medida em que está atenta para o fato de o trabalho se constituir, sob certas circunstâncias, em dimensão que conduz à paralisia da ação, ao sofrimento da pessoa e à doença (Perez, 2016).

A instrução ao sócia, visualizada como dispositivo metodológico dialético materialista, se debruça sobre a atividade laboral do homem com o intuito de transformá-la em uma prática criativa, capaz de desenvolver o sujeito e estimular as suas potencialidades. Para tanto, é preciso compreender o trabalho de acordo com os princípios dialéticos, em sua unidade contraditória, isto é, não o tomar isoladamente, mas inserido e integrado a uma realidade objetiva, contextualizado como uma atividade concreta e situada. Cumpre lembrar Wisner (1993), que ressaltou a importância de apreender o trabalho em seu contexto real de execução, de modo que fosse possível visualizar a técnica, a instituição, a política, a cultura, a infraestrutura e o sujeito de forma integral, a fim de ter uma percepção mais sensível do homem, considerando-o como sujeito afetado que tanto transmite essa afetação à sua atividade como também é tomado por ela (Amantini, 2003).

Por fim, acreditamos que a instrução ao sócia, no caminho da dialética marxiana, pode tencionar a socialização entre os pares de trabalho das estilizações pessoais, dos modos de agir individuais e da atividade grupal, para conservar a plasticidade, a fluidez e a liberdade do movimento humano em situação ocupacional, a fim de tornar o trabalho e os processos de desenvolvimento individual e da coletividade objetos de reflexividade, produção de movimentações, transmutações e de potencialização da vida, desde que exista acordo entre os trabalhadores.

Referências

Amantini, S. N. S. R. (2003). *Desafio do ensino de design frente ao novo século: um estudo da disciplina de ergonomia nas escolas paulistas de desenho industrial*.

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP.

Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho* (A. Sobral, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Clot, C. (2010). *Trabalho e poder de agir* (G. Teixeira & M. Vianna, Trad.). Belo Horizonte: Fabrefactum.

Gadotti, M. (1995). *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório* (9ª Ed.). São Paulo: Cortez.

Konder, L. (2004). *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense.

Kopnin, P. V. (1978). *A dialética como lógica e teoria do conhecimento* (P. Bezzerra, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1969)

Oddone, I. (1986). *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec.

Perez, D. (2016). Produzir saberes para o trabalho: um método em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 21(3), 305-316.

Vigotski, L. S. (1996). O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica (C. Berlinder, Trad.). In L. S. Vigotski, *Teoria e método em Psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927)

Wisner, A. (1993). *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia* (L. F. Ferreira, Trad.). São Paulo: Fundacentro.

PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: ALGUNS DESAFIOS E COMPROMISSOS NA ATUAL CONJUNTURA

Juliana Lopes da Silva

Mariana Pereira da Silva

Márcia Hespanhol Bernardo

Neste capítulo, busca-se discutir brevemente algumas características do trabalho no contexto atual e os compromissos da Psicologia com relação a ele, conforme discutido em roda de conversa durante o XIII Encontro Regional da Abrapso Rio. Para que uma análise apropriada desse tema seja possível, considera-se fundamental que questões históricas e sociais sejam problematizadas e colocadas em relevo. Seligmann-Silva (2011) elenca alguns pontos que avaliamos serem fundamentais para realizar tal intento, como: a divisão social do trabalho e a divisão internacional da riqueza e do poder; políticas econômicas, sociais e direitos trabalhistas do país que interferem nas

relações sociais de trabalho; as políticas de gestão das empresas, seus processos decisórios e, de modo especial, os parâmetros éticos que determinam as relações de trabalho; as coletividades representadas no ambiente de trabalho e a individualidade dos trabalhadores.

Sob tal perspectiva, se torna preponderante a consideração a respeito das mudanças trazidas pela lógica neoliberal iniciada pelos capitalistas mundiais a partir da década de 1970 (Antunes, 2011). O capitalismo, que passava por uma crise estrutural, buscou novas estratégias para a continuidade da expansão do capital, sendo estas focadas na ampla flexibilização. De acordo com Stecher (2014), essa característica se apresenta em diversos níveis, tais como: flexibilização do emprego, na qual ocorrem variados tipos de contratação de mão-de-obra; flexibilização temporal, marcada por alterações na carga horária e/ou jornada de trabalho; flexibilização produtiva, com contratação de empresas para terceirização de parte do processo produtivo e estabelecimento de alianças estratégicas; e, por fim, flexibilização do trabalho, ligada a mudanças no processo de trabalho no interior das empresas, que variam desde o nível de atividades ao nível de recompensas. Também é importante destacar que tal lógica impregna a sociedade como ideologia por meio da divulgação massiva do discurso empresarial (Boltanski & Chiapello, 2009) que, conforme reflexão apresentada por Oliveira (no prelo), parece normatizar também a vida dos trabalhadores na atualidade.

O Brasil passou por grandes reformas a partir da década de 1990, que oficializaram a flexibilização no cotidiano de trabalho. No atual momento, essa política se apresenta ainda com mais força em nosso país, com propostas que aniquilam as conquistas (ainda incipientes) dos trabalhadores conseguidas ao longo do século XX. Tais reformas, voltadas especialmente para a flexibilização dos contratos de trabalho, incluem a terceirização e quarteirização, o que é apontado por Seligmann-Silva (2011) como um dos fatores que impacta na subjetividade dos trabalhadores. Alinhadas à lógica neoliberal, elas se traduziram em políticas que favorecem a precarização social, conforme

nos aponta a autora. Conceitualmente, a precarização social se refere à “fragilização do tecido social – das estruturas (instituições) que regem a coesão e a proteção coletiva e dos laços que vinculam entre si os seres humanos” (Seligmann-Silva, 2011, p. 460). De acordo com Sennett (2006), o enfraquecimento dos vínculos contratuais se reflete negativamente nos trabalhadores em diversos aspectos, dentre os quais ressaltamos o planejamento de vida em longo prazo, que inclui também questões financeiras, de saúde e segurança, bem como restringe as possibilidades de construção de vínculos sociais estáveis entre os trabalhadores, interferindo na formação de coletivos. No XIII Encontro ABRAPSO Regional São Paulo, esse tema foi abordado por Barros (no prelo).

Seligmann-Silva (2011, p. 459) destaca que “a precarização se instalou não apenas nas situações de trabalho, mas também no mundo contemporâneo. Os vínculos e os relacionamentos humanos, nos mais diversos âmbitos, foram atingidos”. Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), por sua vez, afirmam que a precarização é um processo multidimensional, que atinge a vida dentro e fora do trabalho e envolve sentimentos de insegurança e de sujeição, assim como o aumento da competição e do individualismo. Nesse contexto, os trabalhadores são responsabilizados por seu fracasso ou sucesso, sem que as condições materiais e as possibilidades de existência sejam consideradas. Desse modo, não é difícil concluir que tal lógica interfere diretamente na subjetividade e na forma com os indivíduos se veem, veem o mundo e o seu trabalho.

Segundo Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), quanto mais se expande a vulnerabilidade social, a desestabilização dos vínculos de trabalho e a flexibilização, mais se promove a precarização social, o adoecimento e até mesmo a destruição ambiental. Outra característica das mudanças neoliberais, conforme aponta Antunes (2011), é a intensificação na exploração do trabalhador. Nesse sentido, ressaltamos que a presença de sobrecarga de trabalho, adoecimento e aumento de índices de afastamento entre profissionais de diversas

áreas. Esse tema foi abordado por Reis (no prelo), focalizando o caso de professores da educação fundamental. Segundo a autora, os professores encontram-se cada dia mais sobrecarregados e desgastados devido ao trabalho; 82% dos participantes da sua pesquisa afirmaram que o trabalho os adocece.

Seligmann-Silva, Bernardo, Maeno e Kato (2010) apresentam dados da Previdência Social, no contexto brasileiro, que mostram o crescimento dos afastamentos por problemas de saúde mental relacionados ao trabalho, que haviam passado de 612, em 2006, para 12.882 em 2009. Ainda que se saiba da grande dificuldade no estabelecimento do nexos entre adoecimento e trabalho, bem como da até então subnotificação dos casos de agravos à saúde em decorrência do trabalho (Cordeiro, Sakate, Clemente, Diniz, & Donalisio, 2005), tais dados mostram o quanto é alarmante a propagação da lógica da flexibilidade em relação às condições de saúde do trabalhador.

Dada a importância das práticas de gestão no envolvimento dos trabalhadores, consideramos relevante problematizar como, historicamente, vem se dando a participação dos psicólogos inseridos nos contextos de trabalho que, por vezes, estão engendradas, na construção do discurso ideológico voltado para a flexibilização (Bernardo, Oliveira, Souza, & Sousa, 2017). Com relação a esse tema, Pereira (no prelo) discute o trabalho dos psicólogos na avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho em altura e em espaços confinados, demonstrando que tal atuação pode legitimar práticas que impõem a adaptação como obrigação do trabalhador em relação às atividades de trabalho, postura favorável à ampliação do capital. Vale ressaltar que a realização de uma análise crítica das práticas dos psicólogos nesse contexto incluiria um questionamento sobre o uso dos testes psicológicos, que se voltam à avaliação de aptidões individuais, sem qualquer reflexão acerca dos processos sociais presentes no contexto no qual o trabalho será realizado. Ainda, tal postura

não inclui a necessária adaptação do trabalho ao trabalhador, e a situação de trabalho na qual o trabalhador será incluído.

Frisamos que a Psicologia Social do Trabalho assume uma postura contra-hegemônica que pode ser adotada por profissionais da Psicologia, tendo em vista seu compromisso social. Tal perspectiva se pauta na compreensão do caráter desigual da relação capital-trabalho e na denúncia da realidade de opressão e superexploração à qual os trabalhadores estão continuamente expostos. Segundo Bernardo, Sousa, Pinzón e Souza (2015), a Psicologia Social do Trabalho surgiu a partir de pesquisas em Psicologia Social e da aproximação de profissionais a movimentos sociais dos trabalhadores, que lutavam pela saúde do trabalhador e por um olhar mais crítico frente às relações de trabalho. As autoras afirmam que, nessa perspectiva, as relações no mundo do trabalho são entendidas como assimétricas, permeadas por aspectos históricos, sociais e subjetivos, que devem ser analisados para a compreensão do trabalho enquanto fenômeno complexo.

Um exemplo de atuação da Psicologia, enquanto prática de resistência, é a construção de espaços de reflexão acerca da vivência no trabalho, como é o caso da pesquisa de Rigotti (no prelo) que, focalizando trabalhadores da saúde, estudou a relação entre alienação e autonomia, o sentido do trabalho para eles e o quanto o modelo biomédico é ainda vigente, sendo que o apoio matricial¹ é uma atitude para enfrentar esse modelo, pois favorece a reflexão e a interdisciplinaridade.

Desse modo, os temas debatidos demonstraram tanto a realidade cruel a que os trabalhadores estão expostos, como as possibilidades de resistência que estão presentes no seu cotidiano, além do com-

1 O apoio matricial, de acordo com Rigotti (2016), pode ser entendido como uma estratégia para compartilhamento de conhecimentos, que visam à produção de processos de trabalho em saúde não alienantes. São espaços de diálogo entre profissionais distintos, que compartilham conhecimentos acerca do trabalho para construir intervenções que ampliem a comunicação e atuação entre todos os profissionais.

promisso dos psicólogos com esse contexto. É importante frisar a presença, no evento, de um debate que demonstrou que o sofrimento relacionado ao trabalho tem sido vivenciado individualmente. Nesse sentido, discutiu-se a individualização da vida, do trabalho, da carreira e suas consequências na desmobilização de coletivos e na fragilidade dos vínculos pessoais vivenciados na sociedade contemporânea.

Foi consenso que a única forma de enfrentar tais pontos é por meio de coletivos, embora os valores capitalistas promovam a desunião e a competitividade. Além disso, a utilização de abordagens integradoras para o contexto de trabalho foi incentivada, como aquela proposta por Seligmann-Silva (2011) para a saúde mental relacionada ao trabalho e a perspectiva crítica e reflexiva da Psicologia Social do Trabalho (Bernardo et al., 2015).

Referências

Antunes, R. L. (2011). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (15ª ed.). São Paulo: Cortez.

Barros, S. P. (no prelo). Trabalhadores terceirizados na universidade pública: contrastes entre o discurso neoliberal e a precarização das condições de trabalho [Resumo]. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro da Regional São Paulo*. São Caetano do Sul: ABRAPSO.

Bernardo, M. H., Oliveira, F., Souza, H. A., & Sousa, C. C. (2017). Linhas paralelas: as distintas aproximações da psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 15-24.

Bernardo, M. H., Sousa, C. C., Pinzón, J. G., & Souza, H. A. (2015). A Práxis da psicologia social do trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In M. C. Coutinho, O. Furtado & T. R. Raitz, *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas*. Florianópolis: ABRAPSO.

Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Cordeiro, R., Sakate, M., Clemente, A. P. G., Diniz, C. S., & Donalísio, M. R. (2005). Subnotificação de acidentes de trabalho não fatais em Botucatu, SP, 2002. *Saúde Pública*, 39(2), 254-260.

Correa, P. R. L. & Assunção, A. A. (2003). A subnotificação de mortes por acidentes de trabalho: estudo de três bancos de dados. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 12(4), 203-212.

Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248.

Oliveira, F. M. U. (no prelo). A ideia de empresa como norma geral de vida. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro ABRAPSO Regional São Paulo*. São Caetano do Sul: ABRAPSO.

Pereira, A. C. L. (no prelo). Fatores psicossociais de risco: reflexões e proposição de uma nova práxis em psicologia. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro ABRAPSO Regional São Paulo*. São Caetano do Sul: ABRAPSO.

Reis, G. G. (no prelo). Sofrimento e prazer no trabalho: um estudo sobre os processos de saúde/doença de professores da educação fundamental. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro ABRAPSO Regional São Paulo*. São Caetano do Sul: ABRAPSO.

Rigotti, D. G. (no prelo). Apoio matricial como estratégia de promoção de maior autonomia nos processos de trabalho em saúde do SUS – Campinas. In Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais de comunicações científicas, XIII Encontro da Regional São Paulo*. São Caetano do Sul: ABRAPSO.

Rigotti, D. G. (2016). *Matriciamento e coprodução de autonomia: percepções dos apoiadores matriciais do SUS – Campinas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade de Campinas, Campinas.

Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortês.

Seligmann-Silva, E., Bernardo, M.H, Maeno, M., & Kato, M. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 187-191.

Sennett, R. (2006). *A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Record.

Stecher, A. (2014). El campo de investigación sobre transformaciones del trabajo, identidades y subjetividad en la modernidad contemporánea. Apuntes desde Chile y América Latina. In A. Stecher, & G. Lorena, *Transformaciones del trabajo, subjetividad e identidades: lecturas psicosociales desde Chile y America Latina*. Santiago: Ril Editores.

Carta de São Caetano do Sul

A Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social/ABRAPSO, que no seu XIII Encontro realizado em novembro de 2016, na cidade de São Caetano do Sul/SP, destacou a temática “Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista” vem, por meio deste documento, afirmar sua posição ética e política em relação às ameaças de retrocesso dos direitos humanos e sociais em nosso país.

Por uma Psicologia comprometida com os direitos humanos e com a realidade brasileira

A ABRAPSO surge como desdobramento das críticas de um grupo de profissionais brasileiros e latino-americanos à produção de conhecimento e atuação em psicologia deslocadas da realidade vivida, propondo-se a edificar saberes capazes de romper com a lógica disciplinadora e normativa presente na ciência psicológica, mediante a valorização das dimensões política, histórica, social e econômica presentes na constituição humana.

Nosso compromisso é construir uma Psicologia Social que contribua com o processo de transformação do país, na busca por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Almejamos uma sociedade capaz de superar formas de abuso históricas e estruturais que, para privilegiar as elites econômicas do país, promovem a exploração dos trabalhadores, o racismo, a violência do Estado, a precarização das políticas públicas de assistência e educação, a higienização do espaço urbano e o insuficiente direito à cidade.

O neoliberalismo e o desmonte do Estado

O avanço da racionalidade tecnológica e das práticas neoliberais tem levado a uma crescente redução dos direitos dos trabalhadores. Com a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 55, nossos direitos sociais, arduamente conquistados, se encontram em risco por representarem um obstáculo aos interesses econômicos das elites brasileiras e mundiais.

Nos últimos 20 anos, alcançamos o aumento de políticas públicas essenciais à diminuição da população em situação de extrema pobreza, à ampliação do acesso à universidade, à proteção de populações historicamente vulneráveis, e avançamos no debate sobre temas estruturantes de nossa sociedade – o racismo, a diversidade sexual, a exploração do trabalho, os danos ambientais etc.

O atual governo se utiliza da farsa de que o rombo nas contas públicas se dá em função das políticas de distribuição de renda e de assistência à população, para retirar recursos de setores como saúde, educação, assistência social, moradia, segurança etc.

Lucros exorbitantes e redução de direitos à população

Para compreender melhor a questão, vejamos os números: de 2009 a 2013 o Brasil apresentou um superávit nas contas públicas, ou seja, gastou menos do que deveria gastar com as políticas públicas. No ano de 2014 o déficit foi de 0,4%, e em 2015 de 2% do nosso PIB (Produto Interno Bruto).

Esses valores, ao contrário do discurso governamental, encontram-se dentro da normalidade. Na Europa, por exemplo, um déficit de até 3% do PIB é considerado dentro do esperado. Isso porque é incontestável o papel das políticas públicas na melhoria da vida da população e no aumento do PIB.

Os verdadeiros rombos nas contas públicas vêm do sistema financeiro, que em 2015 representava um déficit de 6,7% do nosso PIB. Esse sistema financeiro penaliza quem trabalha e investe na produção, aumentando os lucros daqueles que não produzem nada, como banqueiros e investidores.

A PEC 55 fere a dignidade humana

A aprovação da PEC 55 congelará os investimentos públicos por 20 anos e levará a um desmonte dos já precários serviços públicos, pois retira recursos de setores fundamentais para a população brasileira, em especial a população mais pobre. Sua aprovação contraria os anseios da população e é inconstitucional, pois fere uma cláusula pétreia (obrigatória) da nossa Constituição. Significa ainda o desmonte de políticas públicas como Saúde, Educação e Assistência Social.

Com a crise econômica mundial, a resposta do governo é o corte dos recursos em setores essenciais à valorização da vida, sem nenhuma preocupação com os anseios da população, e os movimentos sociais que buscam canais de diálogo têm sido duramente hostilizados.

Em defesa da saúde, educação, moradia e segurança

A PEC 55 trava os investimentos em saúde, educação, assistência social etc. (setores nos quais os gastos são menores e a utilidade indiscutível), mas não limita os gastos da dívida pública, ou seja, a “torneira” continuará escorrendo para o enriquecimento de banqueiros e investidores.

A Constituição Brasileira, no seu artigo 4º, inciso II, estabelece os direitos humanos como princípio do Estado, cabendo aos nossos governantes orientar sua atuação pela dignidade humana. Saúde, educação, moradia, segurança, lazer são aspectos fundamentais para alcançarmos esse ideal.

Em defesa da população vítima de extermínio

De acordo com o artigo 144 da nossa Constituição, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, cabendo aos governantes criar políticas para redução da violência.

No Brasil, mata-se mais do que nas principais zonas de guerra pelo mundo. Segundo a Anistia Internacional, em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas, das quais 30 mil são jovens e 77% negros.

Os dados apontam para uma política de criminalização da pobreza e indiferença frente a essas mortes, pois somente 8% dos homicídios no país tornam-se processos criminais, evidenciando-se um “genocídio silenciado” da população pobre. Esse panorama será acentuado com a diminuição de investimentos em políticas públicas.

Em defesa da democratização dos meios de informação

A comunicação – instrumento de poder e possibilidade de protagonismo, participação e exercício da cidadania – constitui-se um bem público, devendo garantir qualidade e pluralidade em seu conteúdo e difusão.

Com esse poder (que é uma concessão do Estado) concentrado nas mãos de pequenos grupos (famílias) e servindo exclusivamente a fins comerciais, temos visto o silenciamento de boa parte da população, a desinformação, a eleição de suposto(s) inimigo(s) e herói(s) da nação, a promoção do medo e a difusão de narrativas contrárias aos interesses da maioria da população brasileira.

Segundo nossa Constituição, artigo 220, § 5º, os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio, como observamos hoje. Assim, democratizar os meios de comunicação é garantir que todas as vozes e versões possam ser acessadas e as pessoas tenham condições de se posicionar de forma crítica.

Mínimo nos investimentos e máximo na violação de direitos

A proposta do Estado mínimo tem significado a defesa do interesse privado pelos governantes e violência contra quem ousa contestar. O autoritarismo governamental avança sem pudor. Aos que se opõem ao avanço das políticas neoliberais, o Estado brasileiro tem respondido com spray de pimenta e balas de borracha.

Assim, o Estado é mínimo na garantia dos direitos e máximo na construção de condições que privilegiam o avanço do mercado e a maximização dos lucros a poucos.

Este governo - representado por um presidente ilegítimo, um Congresso e um Senado formados por uma maioria de parlamentares investigados por corrupção - incentiva o avanço do capitalismo selvagem e ataca sistematicamente os direitos da população.

Resistência e mobilização

Para a Regional São Paulo da ABRAPSO a pobreza e a ausência de direitos e garantias fundamentais fere a dignidade humana e reduzir políticas públicas essenciais é um ato criminoso, pois aumenta o abismo histórico entre a elite e a população em geral.

Diante do atual Estado de Exceção (ditadura), somente com a mobilização social retomaremos um processo mais democrático e plural de tomada de decisão, a fim de barrar os retrocessos e dar continuidade aos avanços sociais.

São Caetano do Sul, novembro de 2016.

**Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia
Social / ABRAPSO**

Links para outras informações:

Auditoria Cidadã da Dívida: <http://www.auditoriacidada.org.br>

Instituto de Geografia e Estatística - IBGE: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br>

Artigos pelo Professor Ladislau Dowbor que explicam sobre a conjuntura econômica no contexto do avanço neoliberal <http://dowbor.org/>

Sobre o extermínio da população pobre e negra: <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/indiferenca-e-racismo/>